



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

Medidas Explícitas e Implícitas de Atitudes Frente à Adoção e seus Correlatos

Valorativos

Mestranda: Tamiris da Costa Brasileiro

João Pessoa, Fevereiro de 2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

Medidas Explícitas e Implícitas de Atitudes Frente à Adoção e seus Correlatos

Valorativos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, da Universidade Federal da Paraíba, por Tamiris da Costa Brasileiro, sob a orientação da Profa. Dr^a. Patrícia Nunes da Fonsêca, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social.

João Pessoa, Fevereiro de 2014

B823m Brasileiro, Tamíris da Costa.
Medidas explícitas e implícitas de atitudes frente à adoção
e seus correlatos valorativos / Tamíris da Costa Brasileiro.-
João Pessoa, 2014.
191f. : il.
Orientadora: Patrícia Nunes da Fonsêca
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA
1. Psicologia social. 2. Valores humanos. 3. Medidas
explícitas. 4. Medidas implícitas. 5. Atitudes. 6. Adoção.

UFPB/BC

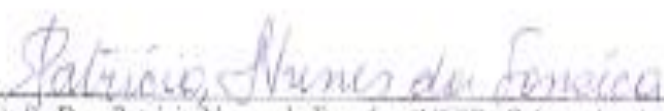
CDU: 316.6(043)

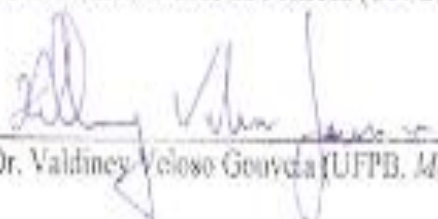
Medidas Explícitas e Implícitas de Atitudes Frente à Adoção e seus Correlatos

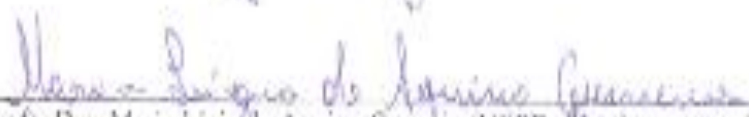
Valorativos

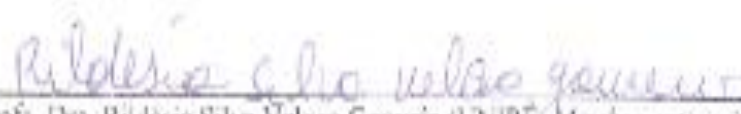
Tamiris da Costa Brasileiro

Banca Avaliadora:


Prof. Dra. Patricia Nunes da Fonseca (UEPB, Orientadora)


Prof. Dr. Valdíney Veloso Gouveia (UEPB, Membro interno)


Prof. Dra. Maria Lígia de Aquino Gouveia (UEPB, Membro externo)


Prof. Dra. Rildésia Silva Veloso Gouveia (UNIPÊ, Membro externo)

João Pessoa, Fevereiro de 2014

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

À professora Patrícia Nunes da Fonsêca, pela oportunidade concedida, sem a qual meu ingresso no mestrado não teria sido possível. Obrigada por ter “aberto as portas”, quando tudo parecia perdido, e por ter estado disposta a encarar junto comigo este desafio. Por ter sido, em tantos momentos, mais que uma orientadora, uma mãe. Um exemplo de profissional e de ser humano incrível, com quem eu pude aprender, para além de conteúdos acadêmicos, ensinamentos para a vida. Obrigada, professora, pelo incentivo e confiança. Por acreditar em mim e no meu trabalho, muitas vezes, até mais que eu mesma. Sou grata, de igual modo, às cobranças até à empatia e força dadas nos momentos de desespero, me fazendo acreditar que daria certo. À senhora, minha eterna gratidão. Ao seu esposo e colega de turma, José Farias de Souza Filho, agradeço as suas sugestões e críticas quando a dissertação ainda ganhava forma e pelos momentos de descontração.

Meus mais sinceros agradecimentos ao Prof. Valdiney Veloso Gouveia, por todas as contribuições que foram essenciais para a execução desta dissertação. Professor, obrigada por ter “aberto as portas” do BNCS e pela disponibilidade, sempre que precisei de sua ajuda. Ao senhor, meu respeito e gratidão.

À professora Rildésia Silva Veloso Gouveia por aceitar participar da banca avaliadora, contribuindo com suas sugestões, críticas e pontos de vistas.

À professora Maria Lígia de Aquino Gouveia, por ter aceitado gentilmente participar da banca avaliadora e, em especial, por ter sido pessoa-chave em despertar em mim o interesse pela Psicologia Social. Tenho sorte de ter podido contar com seus

ensinamentos ao longo dos anos da graduação, que é referência acadêmica para mim e por quem tenho grande admiração.

À professora Viviany Silva Pessoa (Vivi), por sua amizade, conversas descontraídas e por me encorajar, muitas vezes, quando o desânimo se fazia presente em meio às dificuldades.

Aos membros do núcleo de pesquisas *BNSC* (Bases Normativas do Comportamento Social): Ana Isabel, Ana Karla, Deliane, Kátia, Larisse, Layrtthon, Leogildo, Rafaella, Renan, Rômulo, Roosevelt, Bruna, por toda a ajuda que me dispenderam sempre que precisei, em algum momento, de cada um deles e, em especial, à Rebecca por ter sido meu “braço direito”, com quem pude contar diversas vezes e que contribuiu para que este desafio se tornasse mais fácil.

A todos os integrantes do NEDHES (Núcleo de Estudos de Desenvolvimento Humano, Educacional e Social), Jaci, Juliana, Thiago, Patrícia, Jérssia, Bia, Eugênia, Gil, Lins e, em especial, a Thayro, companheiro do mestrado, por incontáveis vezes ter estado disposto a solucionar as minhas dúvidas e a me dar forças sempre que precisei.

Ao CNPQ, pela bolsa a mim concedida.

Aos meus pais, Tarcízio e Goreth, que não medem esforços para que tudo seja possível em minha vida. À minha irmã, Tamáris, pela cumplicidade, amizade e companheirismo em todos os momentos. Ao meu namorado, David, pela paciência e incentivo de sempre.

À Deus, por tudo.

RESUMO

Resumo. A presente dissertação teve por objetivo conhecer em que medida os valores humanos e as atitudes frente à adoção explicam a intenção de adotar. Deste modo, optou-se por realizar três estudos. O *Estudo 1*, objetivou construir duas medidas explícitas de adoção, a *Escala de Atitudes frente à Adoção* (EAFA) e a *Escala de Intenção Comportamental de Adotar* (EICA). Contou-se com a participação de 206 pessoas da população geral de João Pessoa (PB), sendo a maioria do sexo feminino (60%), com idade média de 32 anos ($DP = 7,61$). Em relação à EAFA, esta apresentou uma estrutura de três fatores: *disponibilidade em adotar* ($\alpha = 0,89$), *riscos associados à adoção* ($\alpha = 0,78$) e *aspectos humanitários da adoção* ($\alpha = 0,78$), que explicam conjuntamente 45% da variância total. A EICA, por sua vez, apresentou apenas um fator, que explica 65,8% da variância total, tendo apresentado um *Alfa de Cronbach* de 0,86. O *Estudo 2*, teve como objetivos: a) comprovar as estruturas fatoriais das medidas EAFA e EICA, além de b) testar o modelo explicativo da intenção de adotar, considerando como variáveis antecedentes os valores e as atitudes explícitas frente à adoção. Contou-se com 215 pessoas da população geral, com idade média de 33 anos ($DP = 7,67$), sendo a maioria do sexo feminino (51%). Estes responderam as medidas elaboradas no estudo 1, além do *Questionário dos Valores Básicos* (QVB), da *Escala de desejabilidade social de Marlowe-Crowne* (EDSMC), e de um questionário sociodemográfico. Os resultados permitiram comprovar a estrutura trifatorial da EAFA e unifatorial da EICA, além de apontar para a elaboração de um modelo teórico envolvendo os valores *suprapessoais*, de *experimentação* e *interativos* na explicação das atitudes frente à adoção e estas, por sua vez, predizendo a intenção de adotar. Este modelo se mostrou adequado aos dados empíricos [$\chi^2/gl = 2,40$, $GFI = 0,99$, $AGFI = 0,98$, $CFI = 1,00$ e $RMSEA = 0,00$ (0,06 – 0,00), $PCLOSE$ ($p = 0,92$)]. Por fim, o *Estudo 3* partiu dos seguintes objetivos: c) construir uma medida implícita de atitudes frente à adoção (IAT – Adoção), e d) elaborar um modelo alternativo da intenção de adotar àquele proposto no estudo, envolvendo os *valores e atitudes implícitas frente à adoção*. Participaram 50 pessoas da população geral, sendo a maioria do sexo feminino (54,9%), solteira (56,9%), com idade média de 29,55 anos ($dp = 6,49$). Além da medida implícita, foram utilizados os mesmos instrumentos do estudo 2: QVB e EICA, além dos dados sociodemográficos. No geral, os resultados indicaram que as pessoas apresentam atitudes implícitas favoráveis frente à adoção e que estas estão inversamente correlacionadas aos valores de *realização*. O segundo modelo teórico também se mostrou adequado [$\chi^2/gl = 1,33$, $GFI = 0,90$, $AGFI = 0,81$, $CFI = 0,97$ e $RMSEA = 0,08$ (0,001-0,17); $PCLOSE$ ($p = 0,28$)]. Logo, os objetivos desta dissertação foram cumpridos, elaborando medidas explícitas e implícitas, e testando dois modelos alternativos da intenção de adotar, tendo estes apresentado resultados satisfatórios por meio das variáveis valores e atitudes explícitas e implícitas frente à adoção.

Palavras-chave: Medidas explícitas, medidas implícitas, atitudes, adoção, valores humanos.

ABSTRACT

Abstract. This dissertation aimed to know the extent of which human values and attitudes explain the intention during adoption. Thus, we chose three studies. *Study 1* aimed to build two explicit measures of adoption, the *Attitudes toward Adoption Scale (EAFA)* and the *Behavioral Intention of Adopting Scale (EICA)*. The participation consisted of 206 people from the general population of João Pessoa (in the State of Paraíba, Brazil), mostly female (60%) with a mean age of 32 years ($SD = 7.61$). The EAFA presented a structure containing three factors: *availability to adopt* ($\alpha = 0.89$), *risks associated with adoption* ($\alpha = 0.78$) and *humanitarian aspects of adoption* ($\alpha = 0.78$), which together explain the 45% of the total variance. The EICA, in turn, showed contained only one factor, which explains 65.8% of the total variance under Cronbach's alpha of 0.86. *Study 2* aimed to: a) confirm the factorial structures of the measurements of EAFA and EICA, and b) test the explanatory model of the intention to adopt, considering antecedent variables as values and explicit attitudes toward adoption. The sample consisted of 215 people from the general population, with an average age of 33 years ($SD = 7.67$), mostly female (51 %). They answered the measurements from *study 1*, in addition to the *Basic Values Questionnaire (QVB)*, the *scale of social desirability Marlowe - Crowne (EDSMC)* and a *sociodemographic questionnaire*. The results allowed the confirmation of the factorial structure of EAFA and unifactorial structure of EICA, while pointing to the development of a theoretical model involving the *supra-personal*, *interactive* and *experimental* values in explaining attitudes towards adoption and these, in turn, predicting the intention to adopt. This model is suitable for empirical data [$\chi^2/df = 2.40$, $GFI = 0.99$, $AGFI = 0.98$, $CFI = 1.00$, $RMR = 0.02$ and $RMSEA = 0.00$ (0.06 - 0.00), $PCLOSE$ ($p = 0.92$)]. Finally, *Study 3* had the following objectives: c) construct a measurement tool to examine implicit attitudes toward adoption (IAT - Adoption), and d) develop an alternative model of intention to adopt to that proposed in the study, involving values and implicit attitudes towards adoption. 50 people participated from the general population, the majority was female (54.9%), single (56.9%) with mean age of 29.55 years ($SD=6.49$). Besides the implicit measurement, the same instruments were used in the *study 2*: QVB and EICA, beyond the demographic data. Overall, the results indicated that people have implicit attitudes favorable toward to adoption and that these are inversely correlated realizable values. The second theoretical model also was proven adequate [$\chi^2/gl = 1.33$, $GFI = 0.90$, $AGFI = 0.81$, $CFI = 0.97$ e $RMSEA = 0.08$ (0.001-0.17); $PCLOSE$ ($p = 0.28$)]. Therefore, the objectives of this thesis were met by developing explicit and implicit measurements, and testing two alternative models of the intention to adopt, and these presented satisfactory results using the variable values, and implicit and explicit attitudes toward adoption.

Keywords: explicit measurement; implicit measurement; attitudes; adoption; human values.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PARTE I - MARCO TEÓRICO	21
CAPÍTULO 1. ADOÇÃO: UM BREVE HISTÓRICO	22
1.1 A Adoção na história	23
1.2 A adoção na evolução histórica do Brasil	29
1.3 Panorama dos estudos sobre adoção	34
CAPÍTULO 2. MEDIDAS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS DE ATITUDES	45
2.1 Medidas explícitas de atitudes	47
2.1.1 Método de Thurstone	47
2.1.2 Método de Likert	48
2.1.3 Método de Osgood	49
2.1.4 Método de Guttman	50
2.1.5 Método de Bogardus	50
2.2 Medidas implícitas de atitudes	51
2.2.1 Priming	52
2.2.2 Teste de Associação Implícita	56
2.2.3 Medida de TAI computadorizada	57
2.2.4 Medida do TAI versão lápis e papel	60
2.2.5 Formas alternativas do TAI	62
2.2.6 Single Categoric IAT	62
2.3 Outros tipos de Medidas Implícitas	63
2.3.1 Técnicas de Neuroimagem	64
2.4 Relação entre medidas explícitas e implícitas	64
2.5 Medindo atitudes explícitas e implícitas frente à adoção	66
CAPÍTULO 3. VALORES HUMANOS	79
3.1 Valores Humanos na perspectiva Cultural	80
3.1.1 Valores individualistas e coletivistas de Hofstede	80
3.1.2 Valores materialistas e pós materialistas de Inglehart	81
3.2 Valores na perspectiva individual	82
3.2.1 Valores instrumentais e terminais de Rokeach	82
3.2.2 Tipos Motivacionais de Schwartz	84
3.2.3 Teoria Funcionalista dos Valores Humanos de Gouveia	87
CAPÍTULO 4. OBJETIVOS E HIPÓTESES	99
4.1 Objetivo Geral	100
4.2 Objetivos Específicos e hipóteses	100
4.2.1 Objetivos Específicos	100
4.2.2. Hipóteses	101
PARTE II	104
ESTUDOS EMPÍRICOS	104
ESTUDO 1. MEDIDAS EXPLÍCITAS DE ADOÇÃO: CONSTRUÇÃO E	105
PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS	105
Objetivo geral e objetivos específicos	106
Delineamento e Hipóteses	106
Participantes	106

<i>Instrumentos</i>	107
<i>Procedimento</i>	107
<i>Tabulação e Análise dos dados</i>	108
<i>Resultados</i>	108
<i>Parâmetros psicométricos das medidas explícitas</i>	109
<i>Escala de Atitudes Frente à Adoção (EAFA)</i>	109
<i>Poder discriminativo dos itens</i>	109
<i>Análise Fatorial</i>	111
<i>Escala de Intenção Comportamental de Adotar (EICA)</i>	116
<i>Discussão Parcial</i>	118
ESTUDO 2. CORRELATOS VALORATIVOS DAS ATITUDES EXPLÍCITAS	
FRENTE À ADOÇÃO	121
<i>Objetivo geral e objetivos específicos</i>	122
<i>Delineamento e Hipóteses</i>	122
<i>Participantes</i>	122
<i>Instrumentos</i>	123
<i>Procedimento</i>	124
<i>Tabulação e Análise dos dados</i>	124
<i>Resultados</i>	126
<i>Comprovação da Estrutura Fatorial da EAFA</i>	126
<i>Estrutura Fatorial da Escala de Intenção Comportamental de Adotar (EICA)</i> ...	129
<i>Variáveis Explicativas da Intenção de Adotar</i>	130
<i>Testagem do Modelo Explicativo da Intenção de Adotar</i>	134
<i>Discussão parcial</i>	135
ESTUDO 3. CORRELATOS VALORATIVOS DAS ATITUDES IMPLÍCITAS	
FRENTE À ADOÇÃO	137
<i>Objetivo geral e objetivos específicos</i>	138
<i>Delineamento e Hipóteses</i>	138
<i>Participantes</i>	139
<i>Instrumentos</i>	139
<i>Procedimento</i>	141
<i>Tabulação e Análise dos dados</i>	141
<i>Resultados</i>	141
<i>Estatísticas Descritivas</i>	141
<i>Correlações entre os valores, atitudes implícitas e intenção de adotar</i>	142
<i>Verificação das hipóteses</i>	144
<i>Discussão Parcial</i>	147
DISCUSSÃO GERAL	149
<i>Limitações Potenciais</i>	150
<i>Estudo 1: Medidas explícitas de adoção: construção e parâmetros psicométricos</i>	152
<i>Estudo 2: Correlatos valorativos das atitudes explícitas frente à adoção</i>	155
<i>Estudo 3: Correlatos valorativos das atitudes implícitas frente à adoção</i>	157
<i>Importância do Estudo</i>	158
<i>Direções Futuras</i>	159
REFERÊNCIAS	161

LISTA DE FIGURAS

<i>FIGURA 1:</i> EXEMPLO DE SEQUÊNCIA DE PROCEDIMENTOS PARA OS CINCO BLOCOS DO TAI ...	58
<i>FIGURA 2:</i> ESTRUTURA BIDIMENSIONAL DOS TIPOS MOTIVACIONAIS (SCHWARTZ, 2001, p. 59).....	86
<i>FIGURA 3:</i> DIMENSÕES , FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES DOS VALORES BÁSICOS	91
<i>FIGURA 4:</i> PADRÃO DE CONGRUÊNCIA DAS SUBFUNÇÕES DOS VALORES BÁSICOS	97
<i>FIGURA 5:</i> REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS VALORES PRÓPRIOS DA ESCALA DE ATITUDES FRENTE À ADOÇÃO (EAFA)	112
<i>FIGURA 6:</i> GRÁFICO DOS VALORES PRÓPRIOS DA MEDIDA DE INTENÇÃO COMPORTAMENTAL DE ADOTAR (EICA)	117
<i>FIGURA 7:</i> MODELO DE EQUAÇÃO ESTRUTURAL DA EAFA COM TRÊS FATORES	128
<i>FIGURA 8:</i> ESTURURA FATORIAL DA EICA	129
<i>FIGURA 9:</i> MODELO TEÓRICO PARA EXPLICAÇÃO DAS ATITUDES EXPLÍCITAS FRENTE À ADOÇÃO E INTENÇÃO DE ADOTAR	134
<i>FIGURA 10:</i> MODELO ALTERNATIVO DA INTENÇÃO DE AADOTAR, ENVOLVENDO OS VALORES E AS ATITUDES IMPLÍCITAS FRENTE À ADOÇÃO	147

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: VALORES INSTRUMENTAIS E TERMINAIS DE ROKEACH (1973)	83
TABELA 2: PODER DISCRIMINATIVO DOS ITENS DA EAFA	110
TABELA 3: ESTRUTURA FATORIAL DA ESCALA DE ATITUDES FRENTE À ADOÇÃO (EAFA).....	113
TABELA 4: ESTRUTURA FATORIAL DA ESCALA DE INTENÇÃO COMPORTAMENTAL DE ADOTAR (EICA)	118
TABELA 5: CORRELAÇÕES ENTRE AS ATITUDES EXPLÍCITAS FRENTE À ADOÇÃO E OS VALORES HUMANOS.....	131
TABELA 6: CORRELAÇÕES COM O CONTROLE DA DESEJABILIDADE SOCIAL.	132
TABELA 7: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO TESTE DE ASSOCIAÇÃO IMPLÍCITA - TAI.....	142
TABELA 8: CORRELAÇÃO ENTRE VALORES, TESTE DE ASSOCIAÇÃO IMPLÍCITA – ADOÇÃO E MEDIDA DE INTENÇÃO DE ADOTAR	143

Desde a antiguidade, tem sido comum a paternidade e filiação entre pessoas que não possuem vínculo consanguíneo. De fato, é milenar a prática de se criar filhos alheios por meio da adoção (Ariès, 2006; Marcílio, 1998). A bíblia denota sua existência desde tempos remotos. Conforme se extrai de alguns relatos do velho testamento, entre aproximadamente 1.200 e 1.000 a. C, Moisés foi adotado por Térmulus, filha do Faraó; Ester foi adotada por Mardoqueu e Sara adotou os filhos de sua serva, Agar (Granato, 2010).

Tendo sido feito resgate nos diferentes períodos históricos, registros disponíveis indicam que a adoção tem assumido significados, características e objetivos distintos, ao longo da história, em diversas culturas (Amim & Menandro, 2007). A propósito, a maneira como sua prática é entendida varia de acordo com aspectos históricos e culturais, em consonância com as leis e modo de pensar de cada época, encontrando-se motivada por razões distintas (Maux & Dutra, 2010). Por exemplo, no Brasil, tendo sido regulamentada pelo Código Civil de 1916, a adoção do tipo *clássica* surge com o objetivo de atender unicamente aos interesses dos adotantes, proporcionando filhos a quem não podia tê-los, sendo priorizada à busca por recém-nascidos com as mesmas características físicas dos pais adotivos. A propósito, neste período, somente recorriam à adoção os casais inférteis, depois de esgotadas todas as possibilidades de terem um filho legítimo. Com efeito, as leis brasileiras, em seu início, priorizavam o laço de sangue, o que dava ao fator biológico um status superior (Weber, 1998).

Nas últimas décadas, porém, com a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, desaparece, perante a lei, qualquer tipo de discriminação entre filhos adotivos e biológicos e o sentido da adoção é modificado. Neste momento, sua

prática passa a ser norteadada pelo *princípio do melhor interesse da criança* e incentivada como alternativa para a inserção no ambiente familiar da criança privada desse convívio. Segundo revelam dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2004), estima-se que cerca de 80 mil crianças e adolescentes vivam em instituições de acolhimento no país, em sua maioria, sem contato com a família – que, dentre os motivos, inclui negligência dos pais, maus-tratos e abandono.

Nesta direção, vê-se surgir um movimento nacional por uma *nova cultura de adoção*, impulsionado pela Lei de nº 12.010/09 (Nova Lei da Adoção), com o qual se passa a buscar uma família para uma criança, e não mais uma criança para uma família. Neste contexto, são incentivadas *adoções modernas*, que incluem adoção tardia, transracal, de crianças com necessidades especiais e grupos de irmãos. Visa-se com isso à criação de um panorama favorável a novas práticas de adoção que inclui mudanças nos significados atribuídos à paternidade e filiação adotiva (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007). Não obstante, tendo sido ao longo dos anos atravessada por crenças, valores e padrões de comportamento, a adoção no país carrega em suas raízes históricas e culturais estigmas de uma prática tida como de segunda categoria (Pinto & Picon, 2009), que contribui para difundir a noção de que adotar um filho pode ser um risco, tendo em conta à vulnerabilidade a problemas de comportamento e personalidade associados à herança genética (Maux & Dutra, 2010), sendo a adoção ainda recorrida, predominantemente, na atualidade, como solução para os casos de infertilidade (Ebrahim, 2001).

Tais aspectos têm refletido sobre o frequente impasse observado entre o perfil de crianças disponíveis para adoção e a demanda dos futuros pais. Atualmente, registra-se que 5.471 crianças e adolescentes estão aptos para adoção, contra um número de 29.440

de pessoas que pretendem adotar, o que representa um número 5,4 vezes maior, segundo o Cadastro Nacional de Adoção (CNA, 2013). Isto se deve ao fato de que a maior parte das crianças aptas para adoção é de origem afrodescendente, passam dos dois anos de idade e, em alguns casos, apresentam doenças ou deficiências, o que não corresponde aos atributos solicitados pelos adotantes, isto é, recém-nascidos, de mesma cor de pele e, preferencialmente, do sexo feminino (Rossetti-Ferreira, Costa, Serrano, Mariano, & Solon, 2008; Ebrahim, 2001).

Para além de tais aspectos, acrescenta-se o fato de que até a década de 80 existiam poucas pesquisas sobre a adoção no país, o que contribuiu significativamente para que sua prática esteja atrelada a mitos e preconceitos (Weber, 1999), e encontre-se referenciada na literatura de maneira generalizada, refletindo em formas distorcidas de compreender e lidar com o tema. Em contrapartida, nos últimos anos, tem-se verificado um aumento no número de estudos nacionais relativos à adoção (Campos & Costa, 2004; Pauli & Rossetti-Ferreira, 2009), embora estes tenham sido dedicados, especialmente, a relatar casos clínicos e/ou a comparar amostras de filhos adotivos e não-adotivos, o que contribui para que sua prática esteja associada a problemas e equívocos.

De modo geral, as pesquisas são conduzidas sob enfoques teóricos e métodos variados, que dificultam um consenso entre os achados, além de que grande parte das discussões atuais focalizam, sobretudo, as percepções e os sentimentos dos filhos adotados, revelando-se carência de estudos que partam da perspectiva dos adotantes, de modo que se possa romper com estigmas existentes (Huber & Siqueira, 2010). Ademais, pouco se sabe até então sobre as atitudes das pessoas em relação à adoção, como medelas, e o porquê de manifestarem determinadas atitudes.

A este respeito, no cenário brasileiro, são escassas as referências a estudos empíricos sobre atitudes diante da adoção. Por exemplo, em busca realizada no Scielo (2012), Index Psi (bvs-psi.org.br) e Google Acadêmico (2012) com as expressões-chave “atitudes frente à adoção” e “escala de atitudes frente à adoção”, foram encontrados apenas dois estudos que fazem referência à construção e validação de medidas explícitas, do tipo autorrelato, sendo estas direcionadas a modalidades específicas da adoção, tal como a *Escala de Atitudes frente à Adoção por Homossexuais* (Falcão, 2004) e a *Escala de Atitudes frente à Adoção Tardia* (Oliveira & Cavas, 2009).

A propósito, nos estudos acerca das atitudes frente à adoção, a mensuração por meio de medidas explícitas é predominante. Contudo, o método de mensuração explícita possui um viés próprio, o da desejabilidade social, isto é, tendência de distorção de autorrelatos para uma direção favorável, como estratégia pessoal de autoafirmação e aceitação grupal (Furnham, 1986). Deste modo, as mensurações implícitas vêm sendo desenvolvidas como alternativa para controlar a reatividade da medida, tendo em conta que medem os processos automáticos e fora do domínio do indivíduo (Greenwald et al., 2009).

Na literatura internacional, autores já fazem menção a este tipo de medida nos estudos sobre atitudes frente à adoção transracial (Tinkler & Horne, 2011), sendo que em um número maior de pesquisas sobre adoção são empregadas mensurações explícitas (Bonds-Raacke, 2009; Brown, Ryan, & Pushkal, 2007; Brown, Scott & Therese, 2008; Brodzinsky & Evan B. Donaldson Adoption Institute, 2007; Dembroski & Johnson, 1969; Ryan 2000; Evan B. Donaldson Adoption Institute, 2002; Gibbons, Wilson, & Rufener, 2006; Fenster, 2002, 2004; Mallinger, 2011; Tinkler & Horne, 2011;

Whatley, 2002). Por outro lado, a nível nacional, não foi encontrada qualquer evidência empírica quanto à utilização das medidas implícitas relativas à adoção.

Nesta direção, com o propósito de suprir a carência de produções na área acadêmica que se utilizem de indicadores psicométricos para conhecer as atitudes diante da adoção, justifica-se a necessidade de contar com medidas adequadas para estudá-las. Em termos gerais, pretende-se elaborar duas medidas atitudinais de adoção, sendo uma explícita e outra implícita, procurando-se, ainda, estudar as variáveis antecedentes e consequentes envolvidas no posicionamento das pessoas diante desta prática. Neste sentido, e partindo da *Teoria funcionalista dos valores* (Fischer, Milfont, & Gouveia, 2011), buscar-se-á, nesta dissertação, conhecer em que medida o perfil valorativo das pessoas e suas atitudes frente à adoção predizem o comportamento de adotar. Não tendo sido encontradas pesquisas no âmbito nacional e internacional sobre o tema, que adotassem esta perspectiva teórica, justifica-se a viabilidade do presente estudo.

A fim de atender aos objetivos propostos, a presente dissertação foi subdividida em duas partes principais. O Marco Teórico (Parte I) compreende quatro capítulos: (1) *Adoção: Um breve histórico*, que tem como objetivo fazer um apanhado da adoção nos diferentes períodos históricos, breve resgate de sua prática na evolução histórica do Brasil, além de uma revisão sobre os estudos localizados na literatura internacional e nacional sobre o tema; (2) *Medidas explícitas e implícitas de atitudes*, por meio do qual se descrevem os principais métodos de mensuração no campo das atitudes, além das medidas explícitas e implícitas encontradas no campo da adoção; (3) *Valores humanos*, em que são apresentadas as principais teorias acerca dos valores humanos, com maior ênfase na *Teoria Funcionalista dos Valores Humanos* (Gouveia, 1998, 2003; Gouveia, Fischer, & Milfont, 2008); e, por fim, (4) *Objetivos e hipóteses*, por meio do qual são

expostos os objetivos gerais e específicos dos estudos, assim como as hipóteses fundamentadas na perspectiva teórica adotada.

Os Estudos Empíricos (Parte II), por sua vez, são compostos por três estudos: (5) *Estudo 1: Medidas Explícitas de Adoção: Construção e Parâmetros Psicométricos*, teve como objetivo elaborar e validar duas medidas explícitas, uma atitudinal de adoção e outra de intenção de adotar; (6) *Estudo 2: Correlatos Valorativos das Atitudes Explícitas frente à Adoção*, procura conhecer as correlações entre valores humanos e atitudes frente à adoção, além de testar um modelo explicativo da intenção de adotar, com base nos valores e atitudes explícitas frente à adoção. (7) *Estudo 3: Correlatos Valorativos da Atitudes Implícitas frente à Adoção*, objetiva à construção de uma medida implícita de atitudes frente à adoção, e testagem de um modelo teórico alternativo para explicar o comportamento de adotar, levando em conta as variáveis: valores e atitudes implícitas frente à adoção.

PARTE I - MARCO TEÓRICO

CAPÍTULO 1. ADOÇÃO: UM BREVE HISTÓRICO

Este capítulo tem como objetivo fazer um apanhado geral acerca da adoção, reunindo elementos históricos encontrados na literatura que possibilitam à construção de um entendimento amplo de sua prática ao longo dos anos. Em seguida, faz-se um traçado histórico de sua evolução na legislação brasileira, que constituem como base para compreendê-la nos dias atuais. Por fim, expõem-se um panorama dos estudos sobre adoção, fazendo um breve resgate das primeiras investigações sobre o tema até aquelas mais recentes encontradas na literatura, incluindo os estudos relativos às atitudes frente à adoção, que constituem o cerne da presente dissertação.

1.1 A Adoção na história

A adoção surge nos primórdios da humanidade e se mantém ao longo dos anos até os dias atuais. A propósito, parece razoável afirmar que não houve nenhuma época histórica sem alguma prática relativa à adoção (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007), sendo, pois, importante retratá-la no decorrer da história. Embora não seja possível determinar uma data ou precisar um momento exato de sua origem, existem evidências de sua prática nas civilizações antigas desde tempos remotos.

Nesta direção, tal como assegura Coulanges (1983), a adoção se reflete ao longo de toda a evolução da humanidade, desde as mais antigas civilizações, estando seu berço situado na Índia; logo, por meio das crenças religiosas, teria sido transmitida aos egípcios, persas, hebreus e, mais tarde, aos gregos e romanos. Há relatos bíblicos de adoção nas sociedades mais primitivas, sendo o mais antigo registro datado do ano de 1.250 a. C. A bíblia traz indicações de que faraó do Egito havia determinado a morte de todos os meninos israelitas que viessem a nascer. Coube, então, à mãe de um pequeno hebreu colocá-lo dentro de um cesto e deixá-lo à beira do rio Nilo, na esperança que se

salvasse. Térculos, filha do faraó, o encontrou, recolheu-o e decidiu criá-lo como se fosse seu, dando-lhe o nome de Moisés. Na civilização egípcia, era comum os jovens serem adotados pelo faraó e, posteriormente, um deles poderia sucedê-lo ao trono (Paiva, 2004; Granato, 2010).

Ao longo de sua trajetória histórica, a adoção procurou atender a diferentes propósitos (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007), adequando-se aos padrões religiosos, políticos, econômicos e sociais de cada época e das diferentes culturas (Weber, 2007), sendo que nos tempos antigos sua prática tinha significado diferente do atual (Granato, 2010). Na época dos povos primitivos, a adoção surgiu para atender aos anseios de ordem religiosa, a fim de propagar o culto doméstico e evitar a extinção da família. Afinal, acreditava-se que os vivos eram protegidos pelos mortos e que estes, por sua vez, dependiam dos ritos fúnebres de seus descendentes para terem tranquilidade na vida após a morte. Assim, o homem que não tinha filhos encontrava na adoção a solução para que a família não se extinguísse, sendo tal prática somente permitida como último recurso para a continuidade da família que não possuía descendência natural (Coulanges, 1950; Chaves, 1995; Moraes, 1983; Weber, 1998).

Entre os povos antigos, a forma de proceder à adoção era, inicialmente, por meio de uma cerimônia sagrada, oportunidade em que o recém-chegado era admitido ao lar. Havia um desligamento completo da família em que nascera. Não podia o filho adotado tornar a entrar na família de seus pais biológicos; porém, a lei lhe facultava que, tendo um filho e o deixando em seu lugar na família adotante, poderia retornar ao seu lar de origem, rompendo, por fim, quaisquer laços entre ele e o próprio filho. No que se refere, então, à introdução da adoção nas sociedades antigas e ao modo como foi utilizada, tal

prática esteve dedicada a atender unicamente aos interesses do adotante sem apresentar quaisquer preocupações com o bem-estar do adotado (Granato, 2003, 2010).

Nas civilizações antigas, devido a sua considerável expressão, a adoção teve acolhimento em alguns códigos orientais, quais sejam: o *Código de Urnamu* (2.050 a. C.) – considerado a legislação mais antiga de que se tem notícia acerca da adoção; *Código de Liptistar* (1.875 a. C.), *Código de Eshnunna* (1.825 a. C.), sendo minuciosamente disciplinada pelo *Código de Hamurabi* (1.728 a. C.). Esta última codificação, de maneira específica, contava com duzentos e oitenta e dois dispositivos, sendo nove deles referentes à adoção (arts. 185 a 193); tal como postulava os artigos 192 e 193, ao filho adotivo que ousasse dizer aos pais adotivos que eles não eram seus pais, cortava-se a língua; ao filho adotivo que aspirasse voltar à casa paterna, afastando-se dos pais adotivos, extraíam-se os olhos (Costa, 1998; Lisboa, 1996).

Anos mais tarde, entre os povos orientais, a adoção também foi referenciada pelo *Código de Manu* (1.500 a. C.); tida como a codificação mais avançada entre os povos antigos, esta legislação previa para os hindus: “aquele a quem a natureza não deu filhos, pode adotar um para que as cerimônias fúnebres não cessem” (Granato, 2010, p.37). Este conjunto de leis dirigia os povos da Índia sob influência religiosa e política; no que se refere à adoção, esta era apresentada como um ato solene, que consistia em encher uma taça com vinho, água e licor, que, depois de provados, eram derramados em louvor à divindade; neste momento, os pais entregavam o filho à outra pessoa. O adotando deveria ser do sexo masculino, pertencer à mesma classe social do adotante, saber da importância das cerimônias religiosas e desligar-se de sua família natural (Granato, 2005, 2010).

Nas civilizações gregas (800 a. C), de igual modo, a adoção esteve vinculada às crenças religiosas, com o objetivo primordial de perpetuar o culto familiar pela linha masculina; Atenas, em especial, contava com uma boa regulamentação da adoção, e sua finalidade era, como na quase totalidade das civilizações antigas: de cunho religioso, visando garantir a continuidade do culto doméstico e evitar a extinção da família (Granato, 2010). Em Roma, tal como aponta Rodrigues (2002), a adoção mantinha o mesmo objetivo de proporcionar filhos àqueles que não possuíam prole consanguínea, sendo considerado o lugar em que mais se desenvolveu e onde mais foi utilizada; o adotado, que deveria ser do sexo masculino, assumia o nome do adotante e herdava seus bens.

Não obstante, para além da fundamentação religiosa, as adoções encerravam finalidades políticas. No Império Romano, por exemplo, a prática da adoção teve grande importância para legitimar o direito político dos sucessores de seus líderes, sendo este Império governado por descendentes adotivos por mais de um século (Fonseca, 2002; Vargas, 1998); entre os povos romanos, tanto adotante como adotado deveriam consentir expressamente a adoção. A mulher, que durante muito tempo não pudera adotar nesta sociedade, no Baixo Império foi autorizada a fazê-lo, na hipótese de ter filhos mortos na guerra (Granato, 2010). Além disso, na civilização romana, era exigida a idade mínima de 60 anos para o adotante, sendo vedada a adoção àqueles com descendência legítima (Alves, 1917).

Na Idade Média, entre os povos germânicos (500 a. C), além de ser praticada como meio de perpetuar o chefe da família, a adoção tinha por finalidade a garantia de que os feitos bélicos tivessem continuidade; assim, o adotando deveria demonstrar suas qualidades de combatente. Por fim, a adoção conferia ao adotado o nome, as armas e o

poder público do adotante (Granato, 2010; Weber, 1999, 2001). No entanto, sua prática, que também esteve associada a fins econômicos, entrou em desuso nesta época devido à ausência da base religiosa que a incentivava. De fato, no período medieval, o patrimônio das famílias sem herdeiros passava a ser administrado pelos senhores feudais e pela Igreja, a qual, além de apresentar interesses secundários, de ordem econômica e social, não reconhecia a adoção, pois entendia que este modo de constituição familiar possibilitava a admissão de filhos adulterinos ou incestuosos (Carvalho, 2013; Paiva, 2004).

Deste modo, tal como pontuara Sznick (1988), o instituto da adoção somente passou a ser reutilizado na época moderna, por meio de três legislações principais, a conhecer: o Código promulgado por Christian V, na Dinamarca (1683); o Código Prussiano, também conhecido como Código de Frederico, na Alemanha (1751); e o *Codex Maximilianus*, da Bavaria (1756). A partir destas codificações, era indispensável o contrato por escrito, que devia ser submetido à apreciação do tribunal e, além disto, deveria a adoção apresentar vantagens para o adotado, incluindo direitos sucessórios e o caráter de irrevogabilidade. Estas leis irão influenciar, anos mais tarde, o Código Napoleônico de 1804, a partir do qual, a adoção segue de forma progressiva em meio a conquistas voltadas aos interesses dos adotados, passando a fazer parte de quase todas as legislações modernas.

Dentre os avanços conquistados pela referida legislação na França, inclui a promulgação de quatro tipos de adoção: a *adoção ordinária* (permitia que pudessem adotar pessoas com mais de cinquenta anos, sem filhos, mantendo-se uma diferença de quinze anos entre adotante e adotado); *adoção remuneratória* (prevista na hipótese de ter sido o adotante salvo por alguém; poderia, então, adotar essa pessoa); *adoção*

testamentária (permitida ao tutor, após cinco anos de tutela) e a *adoção oficiosa* (espécie de adoção provisória, em favor dos menores); sendo que a legitimação adotiva somente foi introduzida na legislação francesa, por meio do decreto da Lei de 29 de julho de 1939, a qual dispunha que o adotando deveria ser desligado de sua família natural e integrado na família adotiva, sendo órfão ou abandonado por seus pais, desde que tivessem menos de cinco anos de idade (Granato, 2010; Sznick, 1988).

Em síntese, cada cultura tem assumido posturas diferenciadas em relação à adoção, que a levaram a apresentar variadas configurações ao longo da história da humanidade. Neste sentido, para que se possa compreender a evolução do conceito da adoção na história, faz-se necessário reconhecê-la em meio aos avanços das legislações que a regulamentaram no decorrer dos anos. No Brasil, sua prática passou por significativas mudanças legais e sociais até assumir, na atualidade, um caráter social e humanitário. A propósito, após ter sido levado em conta o *melhor interesse da criança*, filosofia internacional que norteia as regulamentações e políticas de atenção à criança em vários países (Palacios & Amorós, 2006), a adoção passou a ser aplicada, excepcionalmente, nos casos em que se busca uma família para a criança privada desse convívio, constituindo-se como uma alternativa para assegurar o direito à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

A seguir, será feito um breve resgate histórico da adoção no Brasil, procurando-se contemplar suas múltiplas expressões frente aos avanços das legislações, incluindo o Antigo Código Civil (Lei de nº 3.071), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA; Lei de nº 8.069/90) e Novo Código Civil (Lei 10.406/02) que culminaram, anos mais tarde, na criação da Nova Lei da Adoção (Lei de nº 12.010/09).

1.2 A adoção na evolução histórica do Brasil

A prática da adoção sempre esteve presente no Brasil. A propósito, pesquisadores indicam que registros de suas raízes históricas datam desde a época da colonização (Chaves, 1994; Freire, 1994; Freitas, 1997; Leite, 1997; Marcílio, 1997; 1998; Paiva, 2004; Passetti, 1996; Priore, 1996; Rizzini, 1997; Vargas, 1998; Venâncio, 1999; Weber, 1998, 1999). No período colonial, em razão do abandono crescente de crianças entre índios, brancos e negros (Leite, 1997) – em geral, associado à pobreza e/ou à censura a mães solteiras que se viam coagidas a doarem seus filhos –, a prática de criar filhos alheios tornou-se comum, passando, então, a ser difundida e aceita no país a todos os tempos (Marcílio, 1997).

Nesta direção, ao se remeter à adoção na origem histórica do Brasil, passa a se ter ciência de que esta prática esteve relacionada à caridade, em que os mais ricos prestavam assistência aos mais pobres (Maux & Dutra, 2010), coerente com os princípios religiosos vigentes (Rizzini, 1997; Venâncio, 1999). Assim, as crianças abandonadas, em sua maioria, eram acolhidas como agregadas em casas de famílias – quando não, atendidas por instituições religiosas –, e logo passavam a ser reconhecidas como *filhos de criação*; tal arranjo filiativo, praticado sem quaisquer respaldos jurídico-legais, constituía-se como forma de adoção e implicava na garantia de mão-de-obra gratuita àquelas famílias (Freitas, 1997).

Neste contexto, tal como pontuam Rizzini e Rizzini (2004), durante longo período no Brasil, a prática da adoção se configurou de maneira informal – afinal, não se havia interesse político-social em legitimá-la –, até ser normatizada pela Lei de 22 de setembro de 1828, a respeito da qual se refere à literatura como a primeira legislação relativa à adoção do país (Paiva, 2004). Não obstante, de acordo com Marcílio (1997) e

Venâncio (1999), não demorou para que esta lei entrasse em desuso, tendo em conta que, mesmo diante de casos decorrentes de intencional abandono, ela dispunha que os pais biológicos deveriam permanecer com o direito ao exercício do pátrio poder sobre seus filhos, de modo que isto veio a desmotivar famílias com anterior interesse em adotar, cujo reflexo teria provocado a redução do número de adoções no país.

Anos mais tarde, com o surgimento do Código Civil de 1916, correspondente à Lei de nº 3.071, que, de fato, regulamentou a adoção, sutis avanços puderam ser identificados na legislação do país. Tendo como finalidade incentivar adoções por casais inférteis, dispôs que o pretendente à adoção deveria contar com, no mínimo, 50 anos, além de não apresentar prole legítima (Siqueira, 1993). Nesta legislação, a adoção era tida como uma prática revogável e não integrava, em sua totalidade, o adotando na nova família, sendo assim designada de *adoção simples*, à medida que este não rompia vínculos com seus descendentes naturais (Silva, 1995). Os pais adotivos, por sua vez, conquistaram o direito de exercer o poder familiar sobre seus filhos. Ademais, a forma de se proceder à adoção dava-se por meio de escritura pública (Marmitt, 1993), e o adotante deveria ter, no mínimo, dezoito anos a mais que o adotado (Freire, 1994). No tocante à herança, segundo Lisboa (1996), o filho adotivo, quando equiparado ao legítimo, detinha a menor parte dos bens.

Após alguns anos em vigor, a legislação supracitada passou a ser substituída pela Lei de nº 3.133 em 18 de maio de 1957, cuja finalidade consistia em eliminar maiores impedimentos frente à prática da adoção; logo, a referida lei dispôs sobre a idade mínima dos pretendentes à adoção (Diniz, 1996), prevendo, então, a redução de 50 para 30 anos, assim como de 18 para 16 anos a idade mínima entre adotante e adotado. Dentre outros quesitos, estabelecia que, na condição de casados, os cônjuges só

poderiam adotar após cinco anos de matrimônio, tendo em conta que deveriam se evitar adoções precipitadas (Silva,1997). A partir desta legislação, a adoção passa a ser deferida em cartório, ainda que não houvesse total integração do adotado à nova família (Nogueira, 2001). Entretanto, sem apresentar o resultado esperado, anos mais tarde, veio a ser substituída.

Assim, no ano de 1965, entrou em vigor a Lei de nº 4.655, que instituía sobre a legitimação adotiva, e consistia numa forma mais ampla da adoção; somente aplicada a crianças com menos de sete anos de idade, determinava que estas teriam a certidão antiga cancelada e, posteriormente, seriam registradas com o sobrenome de sua atual família, sendo rompidos, deste modo, todos os vínculos de filiação biológica; aos requerentes à adoção, foi mantida a idade de 30 anos e a condição de um período mínimo de cinco anos de matrimônio para se adotar, tal como previsto na Lei de nº 3.133. Além disso, havia a exigência de um período de três anos de guarda do menor pelos requerentes, para só então se deferir a legitimação, que permitia aos adotados adquirir grande parte dos direitos do filho biológico, exceto nos casos de sucessão de bens, se viessem a concorrer com o filho legítimo (Granato, 2003, 2005, 2010).

Anos mais tarde, a referida legislação foi substituída em 1979 pela Lei de nº 6.697, com a criação do Código de Menores, passando a contemplar a *adoção plena*, em que se rompiam todos os vínculos entre o menor e sua família biológica, sendo que este entrava para a família do adotante como se fosse filho de sangue. Anos mais tarde, com a introdução da Constituição Federal de 1988, a adoção passa a ser regulamentada pelo princípio da igualdade, tal como postulava (art. 227, em seu § 6º): “*Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação*”.

Assim, para se dar maior ênfase à Constituição, foi editada, em 13 de julho de 1990, a Lei de nº 8.069, que dispôs sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Tal como pontuam Freire (1994) e Vargas (1998), foi somente a partir do ECA que desapareceu qualquer tipo de discriminação entre filhos adotivos e biológicos. Esta lei foi responsável por ampliar o leque de características dos candidatos à adoção, sendo esta requisitada por qualquer pessoa maior de 21 anos de idade, independentemente de seu estado civil, desde que fosse mantida a diferença de 16 anos entre adotante e adotado. Além de não serem permitidas adoções por familiares (avós e irmãos do adotando), o estatuto aprovou a *adoção moderna*, que abrange a adoção tardia, inter-racial, de grupos de irmãos, entre outros, buscando solução para dificuldades da criança sem família (Brasil, 2001).

Após ter entrado em vigor o Novo Código Civil no ano de 2002, por meio da Lei de nº 10.406 de 2002, algumas modificações relativas ao processo de adoção foram estabelecidas, tendo em conta a redução da maioridade penal. Por exemplo, foi permitido que pessoas mais novas pudessem adotar, desde que comprovada estabilidade familiar (Rodrigues, 2001). Tal como pontuam Huber e Siqueira (2010), no que tange ao processo de candidatura à adoção na atualidade, a legislação brasileira habilita adotar um filho qualquer pessoa maior de 18 anos, independentemente do estado civil, respeitando uma diferença mínima de 16 anos entre adotante e adotado, devendo o candidato à adoção se submeter a um parecer técnico do juiz. De acordo com Figueiredo (2009), frente às lacunas e contradições encontradas entre os dispositivos do ECA e do Código Civil, foi lançado um projeto para aprovação da Nova Lei da Adoção, a Lei de nº 12.010 de julho de 2009.

A Nova Lei da Adoção evidencia a preocupação com a efetividade do direito fundamental à convivência familiar no seio da família natural, somente mostrando-se favorável à adoção, após serem esgotadas todas as possibilidades de conservação da criança e/ou adolescente na família de origem (Ribeiro, Souza, & Santos, 2012). A propósito, tal como postula Granato (2010, p. 52), “*A adoção é uma medida excepcional e irrevogável, a qual deve ser recorrida apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa*”; constitui-se, assim, como uma das formas de colocação de crianças e/ou adolescentes em uma família substituta, pressupondo a perda do poder familiar pelos pais biológicos e a aquisição de um novo vínculo de filiação pela criança (Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008). Dentre as inovações implementadas, as crianças maiores de 12 anos de idade passam a opinar sobre o seu processo de adoção e, no que se refere aos grupos de irmãos, deve ser evitado o rompimento definitivo dos vínculos fraternais, exceto em casos especiais analisados pela justiça (Rizzardo, 2007).

Além disso, a referida lei preconiza acompanhamento psicológico e acolhimento judicial a gestantes ou mães que manifestem o desejo de entregar seu filho para a adoção. Para as crianças que já se encontram afastadas das famílias de origem, em casas de acolhimento institucional, a Lei de nº 12.010/09 dispõe que avaliações periódicas (seis meses) devam ser realizadas para que seja verificada a possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta; além disso, nenhuma criança ou adolescente deverá permanecer institucionalizado por mais de dois anos, salvo comprovada necessidade (Brasil, 1990, art. 19).

Tal como anteriormente mencionado, as leis brasileiras, em seu início, privilegiaram os filhos biológicos em detrimento dos adotivos (Weber, 2011).

Entretanto, no decorrer dos anos, o sentido da adoção foi modificado, com o qual se passou a privilegiar também o adotado, sendo priorizada a busca de famílias para as crianças e/ou adolescentes em estado de abandono (Amim & Menandro, 2007). Isto contribui para influenciar e promover novos processos de adoção em prol de uma *nova cultura de adoção*, com o qual se constrói um panorama favorável a novas práticas de adoção, tendo em conta concepções mais positivas em relação à filiação adotiva. Essa nova cultura busca incentivar adoções tardias de grupos de irmãos, de crianças com necessidades especiais, portadoras de HIV e também de adoções interracialis (Freire, 2001; Vargas, 1998). Assim, pressupõe-se que por meio da *nova cultura da adoção* tenha se propiciado também mudanças nos valores e nos significados atribuídos à adoção, assim como em relação à maternidade e paternidade adotiva (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007).

Nesta direção, se reconhece que as atitudes das pessoas frente a este tipo específico de prática social devem ser estudadas, na tentativa de melhor compreender este fenômeno, reconhecendo-se a importância desta dissertação. Porém, antes de expor algumas noções sobre as pesquisas relativas às atitudes frente à adoção, pretende-se, a seguir, fazer um apanhado dos estudos sobre adoção, procurando situar a compreensão deste tema na literatura internacional e nacional.

1.3 Panorama dos estudos sobre adoção

A adoção tem sido um tema recorrente na literatura nos últimos anos (Baptista, Soares, & Henriques, 2013; Cavalcante & Magalhães, 2012; McKay, Berbery & O'Brien, 2011; Paulsen & Merighi, 2009; Ross & Goldberg, 2010; Otuka, Scorsolini-Comim & Santos, 2013). Entretanto, mesmo que se reconheça um aumento no número

de estudos nacionais sobre o tema, a maior parte das produções na área tem sido originada fora do país (Brodzinsky & Steiger, 1991; Howard et al., 2004; Juffer, Van Ijzendoorn, & Bakermans-Kranenburg, 2009; Palacios & S'anchez-Sandoval, 2005).

A propósito, em se tratando das primeiras investigações acadêmicas neste campo de estudo, Palacios e Brodzinsky (2010) asseguram que estas foram conduzidas por pesquisadores europeus e, principalmente, estadunidenses, e datam do final da década de 1950, tendo sido intensificadas em décadas posteriores. De fato, é a partir dos anos 80 que se constata um progressivo aumento no volume de publicações relativas à temática no exterior (Brodzinsky, 1987; Hodges & Tizard, 1989; Piersma, 1987), cujo interesse predominante consiste em comparar traços de normalidade e anormalidade psicológica em amostras de filhos adotados e não adotados. Pesquisadores revelam que a atenção dada aos aspectos psicopatológicos deveu-se, fundamentalmente, à crescente representação deste primeiro grupo na população clínica e psiquiátrica (Keyes, Sharma, Elkins, Iacono, & McGue, 2008).

Pesquisas levadas a cabo, neste período, nos Estados Unidos, Canadá e Grã-Bretanha, constataram que os índices de crianças e adolescentes adotivos em atendimento nos ambulatórios de saúde mental variavam de 3% a 13%, com estimativa média de 4% a 5%, correspondendo, aproximadamente, ao dobro de sua representação na população geral (Brinich, 1980; Goldberg & Wolkind, 1992; Jerome, 1993). Tais indicadores contribuíram para se fazer surgir um entendimento de que a condição de adotado pode ser considerada, por si, um fator de risco (Feigelman, 1997; Scarr & Weinberg, 1994). A propósito, pesquisas que seguem esta vertente sugerem que os filhos adotados, pelo fato de estarem expostos à vulnerabilidade psicológica relativa ao abandono e à perda de referências da família de origem (Rutter, 2005; Smyer, Gatz,

Simi, & Pedersen, 1998), apresentam maior probabilidade de desenvolverem transtornos emocionais (e.g., depressão, ansiedade; Rutter et al., 2007) e de conduta, a exemplo de comportamentos delinquentes e criminosos (Feigelman, 1997), no período da adolescência e na idade adulta (Van IJzendoorn & Juffer, 2006).

Além disso, pesquisas apontam que as experiências que antecedem o processo de adoção (e.g., histórico de abuso, negligência) (Plomin & DeFries, 1985), assim como a história pregressa em instituições (McDonald et al., 2001) parecem estar associadas a uma maior vulnerabilidade a comportamentos de externalização (e.g., agressividade, impulsividade), dificuldades acadêmicas (Black, & Pasley, 1998; Brodzinsky, 1993; Brodzinsky, Radice, Huffman, & Merkler, 1987; Fronteiras & Verhulst, 2000), problemas relativos ao apego (Juffer & Rosenboom, 1997), no período pós-adoção (Huizink & Mulder, 2006; Linnet et al., 2003; Thapar et al., 2003).

Pesquisadores têm se interessado ainda pelo impacto dos fatores genéticos sobre os eventos estressores o desenvolvimento cognitivo e sócio-emocional (Goldfarb, 1945; Spitz, 1965; Tizard & Hodges, 1978). Ademais, as pesquisas constataram (Brodzinsky et al., 1984) que os eventos estressores estão associados, sobretudo, à predisposição genética, que inclui as condições de saúde física e mental da sua família de origem (Weber, 1999), podem implicar na não adaptação à adoção.

Outros estudos se propõem a verificar os efeitos da idade sobre os resultados negativos da adoção. Embora alguns pesquisadores tenham encontrado correlações positivas entre a idade e eventuais problemas emocionais e comportamentais em filhos adotados (Sharma, McGue, & Benson, 1996), principalmente no período da adolescência (Barth, Berry, Yoshikami, Goodfield, & Carson, 1988), a maioria dos achados indica que a idade de colocação da criança na família adotiva não determina

disfunções futuras ou problemas de adaptação (Brodzinsky et al., 1987; Brodzinsky, Radice, Huffman, & Merkler, 1987; Moore & Fombonne, 1999; Sharma et al., 1998). Contudo, muitos candidatos a pais adotivos ainda temem o fato de lidar com o passado da criança (Brodzinsky, Smith, & Brodzinsky, 1998), medo esse fundamentado no estigma de que crianças mais velhas trariam consigo maus hábitos, defeitos de caráter adquiridos em suas famílias de origem (por convivência ou por herança biológica) ou ainda adquiridos em abrigos (Costa e Rossetti-Ferreira, 2007).

Tal como pontuam alguns autores (Brodzinsky & Huffman, 1988), as investigações que objetivavam identificar os fatores de risco associados à adoção dominaram o campo de estudos sobre o tema por quase três décadas e, embora se façam presentes em algumas discussões atuais (Keyes, Sharma, Elkins, Iacomo, & McGue, 2008), depois do ano 2000, passaram a assumir nova direção. Isto porque, de acordo com alguns críticos, os estudos que reportavam resultados negativos associados aos filhos adotivos, mostravam-se com sérias limitações metodológicas, dada a intencionalidade e a não representatividade da amostra; isto é, de natureza meramente descritiva, caracterizando-se por amostras pequenas, por vezes, utilizando-se de apenas um único respondente (Brodzinsky, Schechter, Braff, & Singer, 1984; Rosnati, Montiroso, & Barni, 2008).

Neste cenário, abriu-se espaço para pesquisas que tiveram como foco os fatores de proteção ligados à adoção, tendo sido estes objeto de interesse de alguns investigadores nos últimos anos (Van IJzendoorn & Juffer, 2006). A propósito, mesmo que se os pesquisadores contemporâneos tenham interesse em comparar resultados dos grupos de adotados e não adotados, os estudos recentes sobre adoção não se limitam em explicar os comportamentos desviantes associados à adoção, como também se

preocupam em conhecer os fatores protetivos que atuam como mediadores da relação entre os membros das famílias adotivas (Landsford, Ceballo, Abadia, & Stewart, 2001).

Não obstante, pouca atenção ainda tem sido dada aos resultados positivos da adoção. De fato, ainda são escassos os estudos que indicam que as interações familiares podem promover resultados saudáveis para o desenvolvimento de crianças e adolescentes adotados (Palacios & S'anchez-Sandoval, 2005; Reuter, Keyes, Iacono, & McGue, 2009; Whitten, 2001). Os resultados de uma meta-análise sugerem que se os pais adotivos forem capazes de criar um ambiente familiar saudável, muitas crianças adotadas podem superar as dificuldades iniciais de adaptação e desenvolver, anos mais tarde, vínculos seguros com suas famílias adotivas (Juffer, Van Ijzendoorn, & Bakermans, Kranenburg, 2009), isto porque a qualidade da relação entre pai e filho em famílias adotivas atua como fonte de resiliência, de modo que pode protegê-los contra possíveis fatores de risco (Van IJzendoorn & Juffer, 2006).

De fato, Tienari et al. (2004) pontuam que aquelas crianças com predisposição genética a doença mental que vivem em uma família acolhedora e recebem apoio apresentam, consideravelmente, têm menos probabilidade de sofrerem uma doença comparadas àquelas com riscos semelhantes que são criados em famílias com relações adversas entre pais-filhos. Logo, estudos orientados por esta perspectiva defendem que a adoção confere mais benefícios para as crianças que outras que crescem em condições menos favoráveis (Bohman & Sigvardsson, 1990; Hoksbergen, 1999; Palacios & Sanchez-Sandoval, 2003), considerando as características demográficas de famílias adotivas, em comparação com as famílias de origem (Bohman & Sigvardsson, 1980; Fergusson, Lynskey, & Horwood, 1995). Por exemplo, pesquisas realizadas sobre adoção internacional revelam que as crianças adotadas por famílias estrangeiras que se

mostraram com sérios atrasos, tanto no desenvolvimento psicossocial e físico no momento da sua chegada em famílias adotivas (Johnson, 2000; Palacios, S'anchez-Sandoval, & Le'on, 2005; Rutter et al., 2000), apresentaram uma melhoria muito significativa após alguns anos com suas famílias adotivas (Juffer & Van IJzendoorn, 2005; 2006; Rutter & Garmezy, 1983; Verhulst & Versluis-den Bieman, 1995).

Embora alguns autores revelem que esta adoção seja bem sucedida e muitas crianças consigam prosperar em suas novas casas (Juffer & Van IJzendoorn, 2005; 2007), por outro lado, estudiosos evidenciam que as complexidades de uma família de raça mista pode ser um desafio. Argumentam, por exemplo, que a identidade transracional dos adotados confronta com a de suas famílias adotivas, e que este pode ser um fator estressante para o ajuste e o desenvolvimento de uma identidade racial (Feigelman, 2000; Haymes & Simon, 2003; Juffer, 2006; McRoy, Zurcher, Lauderdale, & Anderson, 1982; Mohanty, Keokse, & Sales, 2007). Assim, em se tratando desta modalidade de adoção, pesquisas sugerem que irmãos colocados juntos tendem a apresentar melhores resultados de adaptação do que os irmãos colocados separadamente (Barth & Berry, 1988; Rushton, Dance, Quinton, & Mayes, 2001; Wedge & Mantle, 1991), tendo em conta tais relacionamentos podem ajudar as crianças como apoio frente aos eventos estressantes (Gass, Jenkins, & Dunn, 2007).

No Brasil, a investigação sobre adoção teve início no final da década de 80, embora, nesta época, tenham sido encontrados poucos estudos sobre o tema. Assim como no cenário mundial, as primeiras pesquisas nacionais sobre adoção foram realizadas com amostras de filhos adotivos, tendo como população-alvo os pacientes de clínicas de psicologia ou psiquiatria, o que trouxe como consequência a generalização de casos dramáticos e a formação de preconceitos e estereótipos relativos à temática em

questão (Weber, 2011; 1996). A propósito, no âmbito da produção nacional sobre a adoção, quase sempre, reflete esses tabus e, muitas vezes, os reforça. Os resultados de muitas pesquisas sobre o tema acabam referendando ideias que circulam no imaginário social sobre adoção, estimulando o preconceito que ainda marca essa prática, estando vinculada, muitas vezes, à prevalência de dificuldades psicológicas, especialmente à maior incidência de problemas de externalização e de déficit de aprendizagem, o que leva a associar a adoção a problemas e fracassos (Ebrahin, 2001; Reppold & Hutz, 2003).

As investigações antropológicas relatam que, em algumas culturas, a adoção é considerada prática social comum e não está relacionada aos matrimônios sem filhos. Nessas sociedades, os laços familiares são ditados pela cultura e têm muito pouco a ver com os laços de sangue (Paiva, 2004). Na cultura ocidental, o parentesco biológico é visto como superior e real, ao passo que o parentesco adotivo é considerado fictício e irreal (Modell, 1997). Isso contribuiu para que muitas pesquisas tenham sido e ainda sejam produzidas relacionando a adoção com questões de saúde mental, posto que os filhos adotivos, quando apresentam quaisquer dificuldades em seu desenvolvimento, estas eram logo atribuídas pelos profissionais a uma questão genética, isentando os pais adotivos de qualquer responsabilidade (Wegar, 2000).

Dentre as pesquisas nacionais encontradas, algumas delas revelam que a adoção encontra-se associada, no imaginário social, à caridade e à filantropia (Weber, 2001). Há inúmeros fatores que levam uma pessoa a querer adotar, mas, de acordo com alguns estudos nacionais (Weber, 1998; 1999; 2001), o motivo prevalente é a infertilidade. A propósito, diversos estudos indicam que a maioria das famílias adotantes busca, na perfilhação, uma forma de suprir seu desejo de parentalidade quando, por problemas

orgânicos ou psicológicos, uma gravidez biológica não é viável (Reppold & Hutz, 2003). Sendo assim, de acordo com Casellato (1998), no Brasil, a demanda para adoção ainda se caracteriza pela *adoção clássica*, ou seja, busca-se a solução de conflitos ou a satisfação das necessidades do adotante e não exatamente do adotado.

No âmbito da investigação da adoção, estudos que envolvem os pais adotivos são relativamente escassos (Nutt, 2006). Em se tratando do perfil dos pais adotivos, Weber (1998) revelou que 91% dos pais adotivos eram casados, com idade até 40 anos e 55% não possuíam filhos biológicos. Na maioria das vezes, os pais adotivos apresentam uma série de fantasias e crenças disfuncionais com relação aos seus futuros filhos e à própria adoção, além dos muitos questionamentos sobre a forma como devem recebê-los e educá-los (Costa & Rosseti-Ferreira, 2007; Schettini, Amazonas & Dias, 2006). Deste modo, é comum entre os candidatos a pais adotivos, a preferência por crianças de pouca idade e com características físicas próximas às suas.

Segundo Weber (1999), pesquisas realizadas com família adotivas revelaram dados surpreendentes em relação às motivações dos adotantes consideradas inadequadas e ao sucesso da adoção: “não existe correlação entre a motivação dos adotantes e o sucesso da adoção” (p. 38). Isto indica que a construção de laços afetivos é mais importante do que os motivos que levaram os pais a tentar adotar, sem contar que essas motivações podem e devem ser trabalhadas, antes de se considerar os adotantes como inaptos.

Ressalta-se que, apesar das mudanças observadas ao longo dos séculos na perspectiva das políticas de atendimento social, a associação entre caridade e proteção infantil continua a repercutir atualmente junto à cultura da adoção. Isto porque muitos consideram a perfilhação um ato de solidariedade que afasta órfãos e enjeitados dos

vícios e infrações por meio da disponibilidade de um ambiente regenerador e da imposição de práticas disciplinares, as quais as crianças não encontrariam nas ruas. Ademais, uma enquête realizada por Weber (1999) revela que a maioria dos entrevistados (67%) acredita que são os valores religiosos, como caridade, pena e amor ao próximo, que levam as pessoas a adotar. Outro estudo confirma a indicação de que a relevância social é considerada o principal motivo para a adoção entre os grupos de diferentes níveis de escolaridade (Gatti, Campos, & Vargas, 1993). De fato, o desejo de promover o bem-estar infantil é descrito por alguns adotantes como uma de suas principais intenções, o que pode ser percebido a partir de respostas como: “a adoção é um caminho para resolver o problema social”, “queríamos colaborar e dar um lar para uma criança” (Weber, 1998, p. 92). De fato, o desejo de promover o bem-estar infantil é descrito por alguns adotantes como uma de suas principais intenções, o que pode ser percebido a partir de respostas como: "a adoção é um caminho para resolver o problema social", "queríamos colaborar e dar um lar para uma criança" (Weber, 1998, p. 92).

Estudos revelam que a adaptação à adoção não depende exclusivamente de variáveis individuais, nem é determinado unicamente pelas suas características individuais ou pelas experiências acima mencionadas. É, em vez disso, ligada, em grande parte, ao contexto atual em que a criança está vivendo. Poucos estudos (Brodzinsky & Palacios, 2005; Rosnati & Marta, 1997) concentraram-se na qualidade das relações familiares e de como isso influencia o processo de ajustamento para a adoção.

Para além de tais questões, embora se reconheça o avanço no campo teórico acerca desta temática, são escassos os estudos empíricos desenvolvidos por pesquisadores, principalmente em avaliar as atitudes das pessoas em relação à adoção.

Neste cenário, Kirk (1964) se destaca como pioneiro no campo das atitudes e estigmas de adoção, ao elaborar sua obra intitulada “O destino compartilhado: A Teoria da Adoção e Saúde Mental”, onde ele demonstrou atitudes ambivalentes das pessoas em relação ao parentesco adotivo. O modelo desenvolvido por Kirk é a principal referência no campo das atitudes frente à adoção, tendo sugerido que as atitudes da comunidade em relação à adoção têm sido historicamente moldadas pela estigmatização social das crianças nascidas fora do matrimônio, bem como por atitudes negativas em relação à infertilidade e à crença de que as famílias adotivas não são iguais às biológicas (Miall, 1996). Especialistas em saúde mental também assumiram que adotados “geralmente vêm de origens hereditárias menos ótimas ” (Brodzinsky, Smith, & Brodzinsky, 1998, p.,11). Tais pressupostos podem refletir sobre as atitudes negativas em relação à ilegitimidade adotiva, subjacentes na cultura em geral. Por outro lado, as atitudes positivas em relação à adoção têm sido documentados por alguns investigadores nos últimos anos. Não obstante, de acordo com Miall (1998; p.315), é possível que efeitos desejabilidade social dos entrevistados pesem para expressar opiniões enganosamente positivos sobre a adoção da mesma forma que os entrevistados são relutantes em expressar publicamente “racistas ou declarações sexistas”.

Em suma, grande parte dos achados nacionais e internacionais encontrados na literatura se utiliza de métodos subjetivos para se estudar a adoção. A presente pesquisa diferencia-se pela proposta de investigar as atitudes frente à adoção por meio de indicadores psicométricos, quais sejam: medidas explícitas e implícitas. A propósito, segundo Ajzen e Fishbein (2005), as atitudes se configuram como um construto importante para a explicação do comportamento permite ao menos prever a intenção comportamental. No caso específico da presente dissertação, conhecer as atitudes frente

à adoção, por exemplo, parece ser importante para explicar a possibilidade de as pessoas se implicarem neste tipo de prática social.

CAPÍTULO 2. MEDIDAS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS DE ATITUDES

Assim como diversos outros construtos estudados, as atitudes são inacessíveis à observação direta; isto porque correspondem a construtos latentes, hipotéticos ou teóricos, que representam tendências de respostas subjacentes sobre o modo de pensar, sentir e agir das pessoas dado algum estímulo do ambiente (Eagly & Chaiken, 1993). Logo, não podem ser medidas diretamente, apenas inferidas por meio de respostas mensuráveis, sejam estas declaradas ou implícitas (Krosnick, Judd, & Wittenbrink, 2005). Nesta direção, têm-se procurado desenvolver, na psicologia social, métodos capazes de acessar as atitudes dos indivíduos, a fim de melhor estudá-las.

Em se tratando da mensuração das atitudes, a literatura tem feito uma distinção entre as *medidas explícitas* (diretas), isto é, que requerem atenção consciente; e *implícitas* (indiretas), que não dependem da consciência, sendo consideradas espontâneas e automáticas. No que concerne aos indicadores explícitos, estes têm dominado o campo da psicologia empírica das atitudes; porém, nos últimos anos, de maneira crescente, os psicólogos sociais têm recorrido em suas pesquisas à utilização de métodos implícitos de mensuração, que possibilitam o alcance das atitudes dos participantes sem a necessidade que estes expressem diretamente suas avaliações acerca de determinado objeto atitudinal (Fazio & Olson, 2003; Maio & Haddock, 2010). A seguir, serão descritas as características relativas às medidas explícitas e implícitas de atitudes, diferenças entre tais indicadores de mensuração, vantagens e desvantagens, assim como as técnicas que mais se evidenciam em cada uma delas.

2.1 Medidas explícitas de atitudes

As medidas explícitas de atitudes têm se configurado como indicadores diretos de avaliações (julgamentos, opiniões, posições) autodescritivas que os indivíduos expressam acerca de dados objetos, pessoas ou grupos; tais medidas compreendem questionários de autorelato, em escalas do tipo lápis e papel, por meio dos quais os participantes declaram seus posicionamentos a respeito de determinado tema de pesquisa. A seguir, será feita uma breve descrição das principais técnicas que se inserem no campo das mensurações explícitas.

2.1.1 Método de Thurstone

A introdução das medidas ao estudo das atitudes deveu-se aos trabalhos pioneiros de Thurstone (1928), por meio dos quais foram desenvolvidos princípios básicos para a medição das atitudes com base em uma escala de intervalos iguais (Elejabarrieta & Iñiguez, 1984). Nas escalas do tipo Thurstone, as atitudes do sujeito são medidas por meio de seu posicionamento frente aos estímulos apresentados; de maneira específica, tais medidas constituem-se por um conjunto de frases (itens) em relação às quais o respondente deve manifestar o seu acordo ou desacordo. No que concerne às etapas de sua construção, este tipo de medida se dá do seguinte modo: a princípio, o pesquisador escolhe as afirmativas com base em crenças que poderão medir as atitudes; em seguida, solicita juízes para que as ordenem, de modo que os itens se agrupem em níveis similares de favorabilidade ou desfavorabilidade quanto ao objeto pesquisado. Cumprida esta etapa, atribuem-se valores aos itens ao longo da escala de intervalos. Por fim, os respondentes são solicitados a marcarem as alternativas com as quais concorda. Tal como aponta alguns autores (Pimentel, Torres, & Gunther, 2011),

embora esta medida tenha trazido avanços à área das atitudes, tem sido criticada, devido a três fatores: tempo que leva da construção à aplicação; quantidade de itens (entre 100 e 200); quantidade de juízes necessários (entre 50 e 200); e quanto aos efeitos das próprias atitudes dos juízes sobre os valores da escala e dos enunciados (Sellitz, Wrigtsman, & Cook, 1976).

2.1.2 Método de Likert

Tendo sido desenvolvido com base nas escalas de Thurstone, o método de Likert (1932) se assemelha a tal, na medida em que as atitudes do sujeito são medidas por meio de afirmativas relacionadas a determinado objeto, foco do estudo. Contudo, de modo distinto da escala anterior, os respondentes não apenas expressam se concordam ou não com os itens propostos, como também informam seu grau de concordância ou discordância, ao longo de um contínuo de cinco pontos que varia de “concordo totalmente” a “discordo totalmente”. É importante considerar que cada item é correlacionado com o escore total, indicando o grau em que o item mede a mesma atitude que se supõe que os outros itens estão medindo. Isto é feito verificando-se o poder discriminativo dos itens, comparando os grupos superior e inferior (Pasquali, 1996). Este tipo de escala, além de não precisar de juízes, não exige um grande número de itens. Outra importante vantagem que possui sobre a anterior é que a likert possibilita a mensuração de atitudes por meio de *survey online*, facilitando ainda mais a coleta de dados e fortalecendo, principalmente, os estudos em Psicologia Transcultural (Pimentel, Torres & Gunther, 2011), de modo que tem sido o método mais amplamente empregado nas pesquisas. De fato, estudos teóricos e empíricos têm mostrado que, para otimização dos resultados, o ideal é se utilizar a técnica de Likert, visto que esta é de fácil

construção e aplicação, bem como é a mais precisa e que melhor prediz o comportamento subsequente (Chisnall, 1973; Tittle & Hill, 1967).

2.1.3 Método de Osgood

Conhecido como técnica do *diferencial semântico*, o método de Osgood (Osgood, Suci e Tannenbaum, 1957) mede o significado que dado objeto tem para o sujeito; esta técnica consiste em requerer as atitudes dos respondentes por meio de um conjunto de adjetivos bipolares (antagônicos), dispostos nos extremos de uma escala, com versão inicial composta de sete pontos, variando de -3 a +3, cada qual separado por um número da categoria (Lima, 2002). Aos indivíduos, solicita-se que avaliem o objeto atitudinal, indicando sua posição favorável-desfavorável em relação a ele. Cada intervalo de pontos representa uma determinada magnitude, sendo o central, a origem e o ponto neutro. Os adjetivos são escolhidos, de acordo com a melhor adequação ao problema de pesquisa, de modo que não existem padrões. Depois de dadas as respostas, eliminam-se os pares que não estão significativamente correlacionados com o resultado total, bem como aqueles que não discriminam os sujeitos. Os itens configuram-se em três dimensões simultâneas: nível de favorabilidade (bom-ruim), poder (forte-fraco) e atividade (ativo-passivo). Cabe ressaltar que esta escala vem sofrendo adaptações, e tem sido bastante utilizada na pesquisa psicológica contemporânea, tendo em conta a redução do viés de aquiescência necessária a determinados construtos, em que o entrevistado procura dar a resposta que ele pensa ser adequada às expectativas do entrevistador (Pimentel et al., 2011).

2.1.4 Método de Guttman

As escalas de Guttman, também denominadas de escalas cumulativas, consistem em ordenar os itens listados, de modo que se garanta um *continuum* da atitude, variando de “concordo totalmente” a “discordo totalmente”. Frente aos itens dispostos hierarquicamente na escala, o sujeito avaliado deve manifestar sua concordância ou discordância, levando em conta a intensidade de seu posicionamento. Guttman desenvolveu esta técnica de ordenação, bem como a eliminação de itens não ordenáveis, com base nas respostas de sujeitos. Dito de outro modo, a medida da atitude é dada pelo padrão de resposta relativa à combinação de frases com as quais o sujeito avaliado venha a concordar. Cabe destacar que, como os itens são organizados de forma hierárquica na escala, à medida que os sujeitos concordam com um item, tendencialmente passam a concordar também com os níveis inferiores (Lima, 2002).

2.1.5 Método de Bogardus

O método de Bogardus (1947), ou escala da distância social, é utilizado para medir a intensidade das atitudes relativas às relações intergrupais; isto é, os participantes devem indicar, de modo mais rápido que lhes for possível, o quanto se encontram predispostos a estabelecerem contato com determinado grupo-alvo (Pimentel et al., 2011). Em outras palavras, o conceito de distância social reflete o grau de conhecimento, simpatia ou intimidade que caracterizam as relações entre grupos distintos. Cabe ressaltar que a utilização deste método encontra-se limitada a estudos pilotos ou a investigações que, por alguma razão, devem ser completadas rapidamente, e não requerem um nível de precisão muito alto (Uribe, 2004).

No que concerne às medidas explícitas das atitudes, estas têm propiciado bons resultados por meio dos métodos anteriormente mencionados; contudo, este tipo de indicador apresenta um viés próprio, relativo à desejabilidade social; isto é, a tendência de distorção de autorrelatos para uma direção favorável (Furnham, 1986). Assim, uma das formas que vêm sendo utilizada para controlar esta tendência é por meio de mensuração de atitudes implícitas, as quais pressupõem uma diminuição da reatividade da medida. A propósito, as medidas implícitas de atitudes são avaliações rápidas, menos conscientes e mais difíceis de serem controladas, corrigidas ou, até mesmo, ajustadas de acordo com as expectativas das pessoas, do experimentador e diante das normas e pressões sociais (Greenwald e Banaji, 1995).

2.2 Medidas implícitas de atitudes

As mensurações implícitas foram sinalizadas no campo da psicologia empírica, na metade do século XIX, quando o cientista F. C. Donders passou a desenvolver métodos capazes de medir os processos mentais de forma objetiva. Nesta direção, foi principalmente por volta da década de 1980 que as pesquisas acerca das medidas implícitas receberam considerável atenção, quando se passou a ter consciência de que nosso pensamento e comportamento podem ser influenciados por processos psicológicos implícitos, sendo esta uma das maiores contribuições e desafios da psicologia contemporânea em atitudes (Bassili & Brown, 2005).

Neste sentido, as medidas implícitas foram especialmente apresentadas na literatura da psicologia social (Fazio, Jackson, Dunton, & Williams, 1995; Greenwald, McGhee, & Schwartz, 1998), haja vista o interesse dos psicólogos sociais pelo impacto dos processos implícitos sobre o comportamento humano; deste modo, estes têm

buscado desenvolver estratégias de respostas visando acessar as associações implícitas (automáticas e espontâneas) do indivíduo (Fazio & Olson, 2003).

A respeito de tais medidas, estas possibilitam acessar não só as atitudes que os respondentes podem não estar dispostos a falar abertamente, mas também as que eles não estão cientes de sua existência. A seguir, pretende-se descrever as principais técnicas relativas à mensuração de atitudes implícitas, quais sejam: técnica de avaliação *priming* (Fazio, 1995) e o Teste de Associação Implícita (TAI; Greenwald, et al., 1998), além das modernas técnicas de neuroimagem, que também são indicadas como uma nova forma de mensuração implícita (Wittenbrink & Schwartz, 2007).

2.2.1 *Priming*

A técnica *priming*, introduzida ao campo das mensurações implícitas por Fazio (1995), consiste em medir as atitudes a partir de estímulos prévios (*primes*) que ativam associações na memória implícita das pessoas, sendo estas capazes de produzir uma avaliação (resposta) sobre eles (Squire & Kandel, 2003; Wittenbrink & Schwarz, 2007; Holderbaum & Salles, 2010). A lógica subjacente a este método de mensuração é a de que as pessoas levarão menos tempo para avaliarem um dado objeto atitudinal quando este se mostrar relacionado ao estímulo prévio; logo, quanto mais fácil for o acesso à atitude, maior será a força da mesma (Maio & Haddock, 2010).

Por exemplo, a fim de medir o preconceito racial, Fazio et al. (1995) propuseram a seguinte condição experimental: os participantes observavam uma foto de uma pessoa branca ou de uma pessoa negra (o *prime*). Em seguida, deviam determinar se um adjetivo (por exemplo, agradável ou desagradável) que aparecia na tela do computador era positivo ou negativo (estímulo-alvo). Os resultados mostravam que os participantes

brancos demoravam mais tempo para associarem a foto da pessoa negra a adjetivos positivos, ao passo que eram mais rápidas a reconhecerem associações negativas para este mesmo prime. Isto significa que, em geral, o *prime* constituído pela pessoa negra ativa uma conotação negativa que se estende de modo automático também a outros vínculos do mesmo tipo, diminuindo, assim, o tempo necessário para a sua ativação em uma tarefa subsequente (Cavazza, 2008).

Cabe destacar que, assim como em outras formas de mensuração implícita, no *priming*, as variáveis dependentes são o tempo de reação (TR) e a acurácia das respostas. Deste modo, os experimentos são delineados para investigar a precisão e/ou a velocidade da resposta a um estímulo-alvo quando este vem antecedido por um estímulo prévio, com o qual possui relação semântica, visual, ortográfica, fonológica ou emocional (Foster & Davis, 1984). Ademais, segundo Holderbaum (2009), algumas variáveis, que potencialmente influenciam o efeito *priming*, devem ser manipuladas ou controladas nestes experimentos. Uma delas corresponde ao intervalo entre a apresentação do *prime* e do alvo, o SOA (Stimulus Onset Asynchrony), que pode variar de poucos milissegundos até mais de 2000ms. Para calculá-lo, estipula-se quanto tempo separa o início da apresentação do *prime* do início da apresentação do alvo.

Ainda de acordo com o referido autor, existem dois paradigmas que podem ser utilizados para avaliar o efeito do *priming*. O primeiro diz respeito ao *paired priming* paradigm, em que os estímulos são divididos em pares, cada um contendo um prime e um alvo; e o segundo corresponde ao *list priming* paradigm, em que todas as palavras são alvos e a relação semântica causadora do efeito de *priming* é dada pela relação entre alvos (Holderbaum, 2009). A seguir, serão apresentados os principais tipos de *priming*.

2.2.1.1 Tipos de *priming*

Na literatura, diversos são os tipos de *priming* identificados. Entretanto, a seguir, serão detalhadas as técnicas *priming* que merecem destaque.

Priming avaliativo. É empregado para medir respostas avaliativas entre o estímulo *prime* e o alvo (Fazio, Sanbonmatsu, Powell, & Kardes, 1986). Para este fim, os participantes são apresentados a um estímulo prévio (e.g., foto de uma pessoa negra), que é seguido por um estímulo-alvo de valência bipolar (e.g., positivo vs negativo). Na versão típica da tarefa, os participantes são solicitados a indicar, o mais rápido quanto possível, se o estímulo-alvo é positivo ou negativo (tarefa de decisão avaliativa); assim, neste procedimento, leva-se em conta o tempo de reação entre o *prime* e o alvo.

Priming conceitual. Consiste em avaliar a relação semântica entre o *prime* e o alvo, sendo que o desempenho na tarefa dependerá do significado de ambos. Por exemplo, em um experimento proposto por Blaxton (1989), os participantes foram apresentados a várias palavras (*primes*) e, em seguida, instruídos a emitirem respostas aos estímulos-alvo (e.g., palavras que não possuíam relação direta com aquelas apresentadas previamente vs palavras que possuíam conceito semelhante). Os resultados indicaram que houve um maior percentual de acertos quando as palavras-alvo compartilhavam do mesmo significado que as palavras previamente apresentadas.

Priming perceptivo. Requer que o *prime* e o alvo se apresentem na mesma modalidade sensorial, estimando que a intensidade do fenômeno seja determinada pela semelhança entre as características físicas do *prime* em relação ao alvo (Oliveira et al., 2010). Mitchell e Brown (1988), por exemplo, para investigarem o efeito do *priming perceptivo*, propuseram a seguinte condição experimental: no primeiro momento, aos participantes, apresentava-se uma lista contendo várias palavras; na etapa seguinte, estes

eram solicitados a preencherem os espaços, de modo a completarem palavras (e.g., CAR_ _ _ para a palavra CARRO ou _ A _ R _ para a palavra CARRO). Os resultados indicaram que a presença de uma palavra na lista estudada facilitava o seu reaparecimento como palavra completada na etapa de teste.

Priming de repetição. Também conhecido como *priming* direto, parte da noção de que a apresentação prévia do *prime* afeta o processamento do alvo. Neste tipo de procedimento, de acordo com alguns autores (Busnello, Stein & Salles, 2008), há a exposição de um estímulo prévio (*prime*) idêntico ao alvo, o qual tem a função de preparar o sistema cognitivo para o processamento subsequente daquela mesma informação. A ocorrência do *priming repetitivo* é inferida a partir da comparação entre as condições de teste com e sem a apresentação de *primes*, bem como pela maior rapidez de resposta (ou de reação), observada na condição de teste na qual *prime* e alvo são idênticos.

Priming semântico. Ocorre quando um estímulo precedente (*prime*) facilita o processamento de uma palavra apresentada a posteriori (estímulo-alvo), em que ambos compartilham da mesma característica semântica (Salles, Jou, & Stein, 2007). Por exemplo, a apresentação do *prime* hospital facilita o processamento do alvo médico mais rapidamente do que o alvo árvore.

Priming de resposta. Atua na percepção visual e no controle motor do participante, e apresenta o alvo em sucessão rápida, podendo estar associado a respostas motoras idênticas ou correlatas; assim, quanto maior a semelhança entre o estímulo e o alvo, mais rápida e eficiente são as respostas da pessoa (Klotz & Wolff, 1995).

Priming mascarado. Utiliza-se de símbolos (e.g., #####) para mascarar estímulos-alvo, a fim de diminuir ou aumentar a identificação do *prime*, e assim analisar

a relação da manipulação na ativação automática do alvo (Ferrand, Segui, & Grainger, 1996; Gouveia, Athayde, Mendes, & Freire, 2012).

Priming associativo. Refere-se ao efeito que ocorre quando o alvo está associado ao estímulo *prime*, entretanto não estão necessariamente relacionados diretamente (e.g., as palavras boi e cavalo podem ser um exemplo desse tipo).

2.2.2 Teste de Associação Implícita

O Teste de Associação Implícita (TAI), proposto por Greenwald, McGhee e Schwartz (1998), consiste em medir a força das associações automáticas realizadas pelo sujeito, entre os estímulos que lhes são apresentados, levando em conta o paradigma do tempo de reação (Greenwald et al., 1998; Nozek, Greenwald, & Banaji, 2005); isto é, os participantes são instruídos a associarem conceitos (por exemplo, as palavras negros e brancos) a atributos (por exemplo, positivo e negativo) o mais rápido quando possível, tendo em conta que suas reações são medidas fora do controle consciente (Smith & Nosek, 2010). Assim, quanto mais rápido a pessoa consegue avaliar uma associação entre um conceito e um atributo, mais sentido tal relação faz para esta pessoa.

O TAI se subdivide em dois tipos, no que diz respeito a variável dependente: tipo computadorizado (refere-se a latência de resposta dos respondentes em associar determinados estímulos); e o tipo lápis e papel (compreende o número de questões completadas em um tempo fixo) (Lemm, Lane, Sattler, Khan, & Nosek, 2008). Ambas as versões serão expostas a seguir.

2.2.3 Medida de TAI computadorizada

A versão mais original do TAI diz respeito ao formato computadorizado, o qual tem sido o tipo mais comumente empregado nas pesquisas (Greenwald et al., 1998; Lemm, Sattler, Khan, Mitchell, & Dahl, 2002). O TAI no modelo do computador, procura medir a associação implícita por meio de um experimento composto por vários blocos de ensaios. Os participantes visualizam estímulos (palavras ou figuras), no centro da tela do computador e, em seguida, são instruídos a associá-los o mais rápido possível, buscando não cometer erros. Cabe destacar que as associações são dadas por meio de duas chaves de respostas, que refletem as associações entre os estímulos apresentados: chave da esquerda (geralmente a tecla E) e chave da direita (geralmente a tecla I) (Stüttgen, Vosgerau, Messner, & Boatwright, 2011). A seguir, serão descritas as etapas sequenciais do referido teste, em um IAT que visa avaliar o preconceito frente a homossexuais (ver Figura 1).

No caso do exemplo proposto, aos participantes, são apresentadas as categorias bipolares “heterossexuais” e “homossexuais”, de modo que estes são instruídos a associarem a uma destas categorias palavras relativas ao objeto de estudo (de acordo com o exemplo, opção sexual). Assim, no bloco 1, os participantes devem selecionar uma resposta (pressionando a tecla “E”) quando observarem palavras ligadas à heterossexuais, ou a indicarem resposta diferente (pressionando a tecla “I”) quando as palavras estiverem associadas à homossexuais. No bloco 2, os participantes são informados sobre a visualização de adjetivos positivos e negativos na tela do computador. Em seguida, de modo semelhante às primeiras instruções, os participantes são conduzidos a pressionarem a tecla “E” quando um adjetivo positivo aparecer na tela ou a tecla “I” quando um adjetivo diferente manifestar-se. No Bloco 3, por sua vez,

nomes ou adjetivos são apresentados na tela do computador, de modo que os participantes deverão pressionar a tecla “E” quando virem algo referente à palavra heterossexuais ou adjetivo positivo, e pressionar a tecla “I” quando observarem algo referente à palavra homossexuais ou adjetivo negativo. O bloco 4 mostra-se equivalente ao bloco 2, sendo que, a partir desta etapa, a atribuição de chave para as duas categorias-alvo passa a ser invertida; assim, o participante deve pressionar a tecla “E” quando o adjetivo negativo aparecer, e a tecla “I” quando o adjetivo positivo estiver evidente. Tal procedimento é aplicado também ao bloco 5 (que corresponde ao bloco 3); ou seja, agora os participantes devem pressionar a tecla “E” quando visualizarem palavras relacionadas à heterossexuais ou o adjetivo negativo, e a tecla “I” quando palavras ligadas à homossexuais ou o adjetivo positivo ficarem evidentes.

Tecla de resposta “E”	Tecla de resposta “I”
Heterossexuais	Homossexuais
Adjetivos positivos	Adjetivos negativos
Heterossexuais OU adjetivos positivos	Homossexuais OU adjetivos negativos
Adjetivos negativos	Adjetivos positivos
Heterossexuais OU adjetivos negativos	Homossexuais OU adjetivos positivos

Figura 1. Exemplo de sequência de procedimentos para os cinco blocos do TAI

De acordo com o IAT acima exposto, o resultado esperado para os indivíduos que apresentam preconceito frente a homossexuais, é manifestado da seguinte forma: suas respostas são emitidas em maior velocidade e precisão quando associam a palavra homossexuais aos adjetivos negativos, ao passo que as respostas computadas mediante a associação da palavra heterossexuais aos adjetivos positivos são geradas mais lentamente, que corresponde ao maior espaço de tempo utilizado pelos indivíduos para respondê-las.

Ademais, cabe destacar que o cálculo da associação implícita se dá pela diferença entre o bloco congruente (que apresenta menor média de latência de resposta, isto é, menor tempo de reação) e o bloco incongruente (que detém maior latência de resposta), por meio da seguinte fórmula: $TAI = \text{lado A} - \text{lado B}$, onde o lado A é o bloco compatível e o lado B é o bloco incompatível; desta fórmula decorre que a diferença de latência média de resposta entre os dois pares (A e B) reflete a força relativa de associações subjacentes (Lemm et al., 2008).

De maneira paralela à equação anterior, o escore D (método alternativo para o cálculo da associação implícita) foi introduzido por Greenwald, Nosek e Banaji (2003) para calcular esta pontuação de modo mais eficiente. Assim, os escores do TAI, obtidos pela fórmula supracitada, são divididos pelo desvio-padrão do indivíduo de todas as latências de resposta, em ambos os blocos. O escore D tem como propósito a correção da variabilidade nos escores devido a diferença na velocidade de processamento de todos os participantes. Ao término do teste, será atribuído a cada participante um escore D que varia de -2 a +2. Assim, o escore D possui tanto direção (positivo ou negativo) quanto magnitude (forte ou fraco), onde o sinal negativo implica em uma atitude implícita contrária ao objeto de pesquisa e o sinal positivo uma atitude a favor do

mesmo; por outro lado, o valor indica que quanto mais próximo a 2, mais forte é a associação implícita, e quanto mais próximo a 0, mais fracamente o sujeito possui tal associação (Cai, Sriram, Greenwald, & McFarland, 2004; Greenwald et al., 2003; Stüttgen et al., 2011). Embora a versão computadorizada do IAT tenha apresentado bons resultados, pesquisadores a consideram limitada, haja vista a necessidade de ser administrada individualmente, em laboratório com computador e programa de análise disponível; deste modo, alguns pesquisadores vêm desenvolvendo uma versão alternativa do TAI no formato lápis e papel, que consiste em um método mais simples de associação implícita (Lane, Banaji, Nosek, & Greenwald, 2007; Lemm, Sattler, Khan, Mitchell, & Dahl, 2002; Lowery, Hardin, & Sinclair, 2001; Teachman, Gapinski, Brownell, Rawlins, & Jeyarams, 2003). Esta versão do TAI será descrita adiante.

2.2.4 Medida do TAI versão lápis e papel

Assim como na versão computadorizada, no TAI do tipo lápis e papel, mantém-se a lógica subjacente, isto é, a de não ser suscetível ao processamento intencional dos participantes (Lowery et al., 2001). Esta versão do IAT se dá do seguinte modo: a princípio, são distribuídas entre os participantes duas folhas de respostas, que correspondem ao lado A e lado B. Cada lado possui quadrantes que determinam a que categoria as palavras pertencem (os participantes são instruídos a olhá-los por 3 segundos); abaixo de tais quadrantes encontram-se dispostas colunas sequenciais. Cabe destacar que no centro de cada coluna estão localizados estímulos (palavras-alvo), que deverão ser associados a categoria mais apropriada (neste momento, deve-se marcar o círculo do lado esquerdo ou direito). Esta tarefa deve ser realizada num total de 20 segundos, sendo os participantes instruídos a irem o mais rápido quanto possível,

seguindo a seguinte sequência: de cima para baixo, da esquerda para direita. Além disso, são alertados a não pularem ou deixarem qualquer palavra em branco.

Para o cálculo desta versão do IAT, segundo alguns autores (Lemm et al., 2008; Mori, Uchida, & Imada, 2008), é comumente utilizada a seguinte equação: $[TAI = (\text{número de itens concluídos em tarefas positivas}) - (\text{número de itens concluídos em tarefas negativas})]$. Esta fórmula corresponde à diferença no número de itens concluídos nas duas tarefas de classificação independentemente de erros. Ademais, alguns resultados incomuns devem ser analisados com devido cuidado, a exemplo de desempenhos extraordinários (no caso de 60 palavras marcadas em 20 segundos), ou consideravelmente baixos (em situações em que os participantes pontuam em menos de 10 itens); além das grandes oscilações entre as tarefas do lado A e lado B (por exemplo, 25 e 5 itens, respectivamente) que requerem atenção. Os casos em que os sujeitos erram mais que 10% da tarefa devem ser eliminados (Mori et al., 2008).

Contudo, esta forma de análise tem sido criticada devido aos artefatos indesejados inerentes a sua utilização, como a vulnerabilidade as diferenças individuais na velocidade de resposta. Deste modo, Lemm et al. (2008) testaram sete formas de avaliação do TAI lápis e papel por meio de dados simulados, quais sejam: 1) *diferença das pontuações* (pontuação no lado A menos pontuação no lado B); 2) *razão simples* ($A/B - 1$); 3) *relação máximo e mínimo* ($X / Y - 1$, onde X é o maior valor de A ou B, e Y é o menor valor de A ou B); 4) *conversão de latência* $\{1000 * [(1 / B) - (1 / A)]\}$; 5) *produto simples* $[(A - B) * (X / Y)]$; 6) *produto: relação ao quadrado* $[(A - B) * (X / Y)]$; e, 7) *produto: raiz quadrada da diferença* $[(X / Y) * \text{Raiz quadrada de } (X - Y)]$. Eles concluíram que a melhor forma de avaliar este tipo de medida é por meio do *produto: raiz quadrada da diferença*, o qual apresentou resultados consistentemente

superiores, aconselhando o seu uso, principalmente, para o tratamento de TAI lápis e papel para estímulos verbais.

Assim como TAI computadorizado, o TAI do tipo lápis e papel se subdivide em duas versões, a conhecer: uma com palavras e outra que se dá por meio de figuras. Neste contexto, Lemm et al. (2002) testaram a validade das versões (com imagem e estímulos verbais) do IAT lápis e papel, comparando seus resultados em um estudo sobre atitudes raciais. Logo, concluíram que ambas as medidas produziram melhores resultados quando utilizaram estímulos verbais.

2.2.5 Formas alternativas do TAI

De acordo com a literatura, tem crescido o desenvolvimento de formas alternativas desta medida, como é o caso do *Preschool Implicit Association Test - PSIAT* (Cvencek, Greenwald, & Meltzoff, 2011), do teste Go/no-go (Nosek & Banaji, 2001), do *Filtering Unconscious Matching of Implicit Emotions* ou teste FUMIE (Mori et al., 2008), do Palm IAT (Dabbs, Bassett, & Dyomina, 2003), do Single Categoric IAT ou SC-IAT (Karpinski & Steinman, 2006), dentre outras.

2.2.6 Single Categoric IAT

O SC-IAT (Karpinski & Steinman, 2006) diz respeito a uma versão similar do teste original de Associação Implícita (IAT), porém, em contraste com o TAI, no ST-IAT acessa a força da associação avaliativa entre uma única categoria alvo (i.e., o objeto atitudinal) a dois atributos bipolares (por exemplo, positivo e negativo) (Wigboldus, Holland, & Van Knippenberg, 2004), eliminando, assim, a necessidade de uma segunda categoria de contraste. Por exemplo, este teste avalia o quanto um estímulo-alvo (por

exemplo, islâmico) encontra-se associado a dois atributos (por exemplo, positivo e negativo), de modo que não há a aplicação de uma contra-categoria (por exemplo, Cristão).

Usualmente, o teste ST-IAT segue a seguinte sequência: No bloco 1, uma chave de resposta está ligada ao objeto atitudinal e a adjetivos positivos, e outra chave de resposta corresponde a adjetivos negativos. No segundo bloco, as chaves de resposta são invertidas, de modo que o objeto atitudinal encontra-se emparelhado a adjetivos negativos e categorizados em uma chave de resposta, ao passo que os adjetivos positivos são categorizados em outra chave de resposta.

Neste sentido, este teste pode ser aplicado a alguns exemplos em que a escolha da categoria complementar não é óbvia ou faz pouco sentido. Diante disto, é preciso recorrer a um teste que não exija tais categorias, possibilitando ao pesquisador avaliar os conceitos de forma independente, e não apenas examinar as associações comparativas (Greenwald & Farnham, 2000).

2.3 Outros tipos de Medidas Implícitas

As modernas técnicas de neuroimagem são tidas como uma nova forma de mensuração implícita, tendo em conta que por meio delas consegue-se verificar a atividade metabólica dependente dos órgãos corporais, contendo uma riqueza de sinais que não estão sob o controle intencional do respondente. Neste sentido, a mesma será posteriormente descrita (Wittenbrink & Schwarz, 2007).

2.3.1 Técnicas de Neuroimagem

As técnicas de neuroimagem têm como objetivo obter e integrar informações funcionais e estruturais, possibilitando um estudo não invasivo *in vivo* do sistema nervoso humano saudável ou patológico. Dentro os métodos utilizados, cabem destaque: tomografia computadorizada, tomografia por emissão de pósitrons e tomografia por ressonância magnética (RM), sendo esta última a que tem sido mais utilizada, devido a sua flexibilidade, rapidez e resolução espacial. Para se obterem informações dinâmicas da atividade cerebral, os estudos utilizam a imagem de ressonância magnética funcional (fMRI; Lent, 2010). Este campo já se encontra consolidado no que concerne às áreas de neurociência básica e clínica. No entanto, há ainda muito que evoluir na área de neurociência social, contribuindo para o entendimento de diversos fenômenos da Psicologia Social, como é o caso de atitudes, valores e comportamentos específicos, bem como preocupação ambiental e comportamentos pró-ambientais (Wittenbrink & Schwartz, 2007).

2.4 Relação entre medidas explícitas e implícitas

A literatura tem produzido discussões acerca da relação entre as medidas implícitas e explícitas de atitudes. Afinal, são estes métodos de mensuração concordantes ou discordantes entre si? No que diz respeito a esta questão, meta-análises (Hofmann, Gawronski, Gschwendner, Le, & Schmitt, 2005) têm indicado que não há um consenso quanto à interdependência de ambos, tendo em conta que, por vezes, as atitudes explícitas apresentam-se correlacionadas às implícitas (Dovidio, Kawakami, Johnson, Johnson, & Howard, 1997; McConnell & Liebold, 2001) e, em outros casos,

estas se mostram independentes (Rudman, Greenwald, & McGhee, 2001; Maison, Greenwald, & Bruin, 2001; Schaller, Park, & Mueller, 2003).

A correlação entre os dois tipos de medidas tem atingido valores muito diferentes, que vão desde valores ligeiramente negativos (correlações perto de zero) até valores positivos (Wittenbrink, Judd, & Park, 1997). Alguns autores apresentam duas alternativas teóricas para explicar a relativa independência entre as atitudes explícitas e implícitas encontradas em muitos destes estudos. A primeira delas considera que os escores em testes de explícitos e implícitos para avaliar as atitudes são independentes porque, na verdade, medem diferentes construtos (Blair, 2001; Schmidt, Hunter, & Raju, 1988).

Por outro lado, alguns autores consideram que as duas medidas capturam diferentes facetas de um construto atitudinal único, sugerindo que a distinção explícita-implícito refere-se ao método de medição, em vez da natureza da construção (Fazio et al., 1995; Fazio & Olson, 2003). Nesta direção, pesquisadores são motivados a investigar quais fatores têm levado os métodos supracitados a resultados discrepantes, já que as atitudes explícitas e implícitas coexistem sobre o mesmo objeto atitudinal; uma das explicações encontradas corresponde ao fato de que as atitudes explícitas e implícitas, embora compartilhem de um mesmo objeto de estudo, não se referem a mesma coisa, ao contrário, são fatores que se diferem quanto ao componente avaliativo (cognitivo), acessibilidade e estabilidade (Stüttgen, Vosgerau, Messner, & Boatwright, 2011). Ademais, outros autores (Athayde, 2012; Fazio, 2007; Gouveia et al., 2012) pontuam que o fato de as atitudes implícitas nem sempre se correlacionarem às explícitas tem levado os pesquisadores a pensar se as definições de atitudes, não estariam então ultrapassadas ou incompletas.

O modelo MODE (Fazio & Olson, 2003; Olson & Fazio, 2009) explica que a magnitude da relação entre as medidas implícitas e explícitas dependerá da motivação e oportunidade para deliberar; no caso, se a motivação ou a oportunidade de deliberar forem relativamente baixas no momento em que a resposta explícita está sendo considerada, então, as medidas apresentarão maior possibilidade de correlação.

As pesquisas mostram que, quando se trata de estereótipos e preconceitos, as correlações entre os dois tipos de medida efetivamente são baixas, ao passo que se tornam significativas quando o objeto é menos conotado socialmente (por exemplo, preferência por candidatos políticos, matérias escolares).

2.5 Medindo atitudes explícitas e implícitas frente à adoção

O interesse em conhecer as atitudes frente à adoção tem sido levado a cabo por alguns estudiosos nas últimas décadas (McCutcheon, 2011; Mallinger, 2010; Shelley-Sireci & Ciano-Boyce, 2002; Turner & Nachtigall, 2010; Whatley, Jahangardi, Ross, Knox, 2003). Referências sobre atitudes frente à adoção podem ser encontradas em campos distintos do saber, como medicina (Morrison, Mark, & Steward, 1973), antropologia (Terrel & Modell, 1994), sociologia (Turner & Nachtigall, 2010), psicologia (Whatley et. al., 2003) e área jurídica (Brown, Smalling, Groza, & Ryan, 2009). Não obstante, no cenário mundial, evidenciam-se as pesquisas no campo da assistência social, mediante, por exemplo, pesquisas de levantamento (*survey research*), dentre as quais, se destacam o *National Adoption Attitudes Survey* (NAAS; Evan B. Donaldson Adoption Institute, 2002), *Attitudes Toward Adoption Transracial Survey* (ATATS; Fenster, 2002) e *Adoption by Lesbians and Gays: National Foster Care Adoption Attitudes Survey* (Brodzinsky & Evan B. Donaldson Adoption Institute, 2007).

Em psicologia social, campo no qual se insere esta dissertação, os estudos sobre atitudes frente à adoção têm sido importantes na explicação dos comportamentos de adotar, sendo que uma das possíveis maneiras de se explicá-los é por meio do estudo das atitudes explícitas e implícitas frente à adoção. Entretanto, no âmbito internacional, onde se concentra a maior parte das publicações relativas a este tema, tendo sido feita pesquisa no google acadêmico (2012), com o descritor-chave “attitudes toward adoption”, apenas dois estudos foram localizados em periódicos vinculados à psicologia social, sendo que um deles reportou ao preconceito racial e às medidas explícitas e implícitas de atitudes frente à adoção transracial para explicar a intenção de adotar transracionalmente (Tinkler & Horne, 2011) e o outro mediu a influência do gênero sobre as atitudes explícitas e crenças diante da adoção geral e transracial (Gibbons, Wilson, & Rufener, 2006).

Por outro lado, no contexto nacional, em busca realizada nas bases de dados Scielo (2012) e Index Psi (2012), utilizando o termo “adoção”, foram encontrados 1.652 resultados, dos quais 113 fizeram referência a pesquisas acerca da adoção na psicologia, sendo expressiva a quantidade de estudos de caso com enfoque clínico. Relativo ao estudo das atitudes frente à adoção em psicologia social, apenas duas publicações indicaram evidências psicométricas de medidas explícitas, uma que corresponde à *Escala de Atitudes sobre Adoção de Crianças por Homossexuais* (Falcão, 2004) e outra que diz respeito à *Escala de Atitudes Frente à Adoção Tardia* (Oliveira & Cavas, 2009), tratando-se, deste modo, de modalidades específicas da adoção. No que concerne às medidas implícitas, não foi obtido qualquer indício deste tipo de mensuração para avaliar tal construto.

A propósito, é possível encontrar na literatura diversas medidas psicométricas de autorrelato para avaliar as atitudes em relação à adoção, entretanto, a maior parte delas é direcionada para modalidades específicas desta prática, a exemplo da adoção transracia (Fenster, 2004; Gibbons, Wilson, & Rufener, 2006; Whatley, 2002) e por casais homoafetivos (Ryan, 2000; Rye & Meaney, 2010), tendo sido menos frequente à medição das atitudes no contexto da adoção geral (Brown, Ryan, & Pushkal, 2007), além de que também são limitadas as medidas para avaliar o comportamento de adotar (Mallinger, 2010; Tinkler & Horne, 2011).

Um dos primeiros instrumentos para medir as atitudes frente à adoção foi a *Escala de Atitudes de Adoção (Adoption Attitudes Scale – AAS; Dembroski & Johnson, 1969)*, que corresponde a uma adaptação do questionário do tipo lápis e papel elaborado por Kirk (1953). A versão de 1969 é composta por 12 subescalas, que medem os seguintes fatores: 1) *ilegitimidade adotiva*; 2) *semelhanças e diferenças físicas e raciais entre crianças e pais adotivos*; 3) *puritanismo frente ao sexo*; 4) *aspectos hereditários da personalidade*; 5) *preocupação com a adoção de crianças com deficiência física e quanto à semelhança intelectual com seus pais adotivos*; 6) *adoção vista como uma prática conveniente*; 7) *ansiedade relacionada a crianças ilegítimas*; 8) *preocupação com a história familiar e hereditariedade*; 9) *atitudes frente à infertilidade e parentesco*; 10) *riscos associados à adoção*; 11) *diferenças entre crianças adotivas e outras crianças*; 12) *atitudes gerais frente à adoção*. Este instrumento foi dirigido a 113 estudantes universitários, que também responderam a *Escala de dogmatismo de Rokeach* (1963). Cabe frisar que 6 das 12 subescalas da AAS se correlacionou significativa e positivamente com a escala de *Rokeach*, tal como indica os seguintes índices: puritanismo ($r = 0,21$; $p = 0,05$), conveniência ($r = 0,27$; $p = 0,05$), ansiedade (r

= 0,28; $p = 0,05$), infertilidade ($r = 0,31$; $p = 0,05$), riscos ($r = 0,37$; $p = 0,05$) e adoção geral ($r = 0,24$; $p = 0,05$). Os demais fatores da escala de adoção também foram positivamente relacionados com o dogmatismo, porém apresentaram níveis de correlações mais baixos. O escore médio da pontuação total das atitudes frente à adoção foi maior para o sexo masculino ($M = 99,31$; $DP = 19,79$) do que para o sexo feminino ($M = 89,58$; $DP = 12,76$). Além disso, a pontuação média no dogmatismo também foi ligeiramente superior para os homens ($M = 133,33$; $DP = 18,85$) do que para as mulheres ($M = 127,27$; $DP = 18,42$). Os resultados mostram que os homens que possuem mente fechada, em geral, demonstram intolerância em suas atitudes em relação à adoção. Por outro lado, aqueles que apresentam baixas pontuações no dogmatismo tendem a manifestar atitudes mais tolerantes diante desta prática. Cabe destacar que não são disponíveis na literatura os itens deste instrumento, assim como não foram encontradas suas propriedades psicométricas.

Quase quatro décadas depois do desenvolvimento do AAS, foi elaborada por Ryan (2000), a *Escala de atitudes frente a homens gays e lésbicas como pais adotivos* (*Attitudes Toward Gay Men and Lesbian as Adoptive Parents Scale-APS*), sendo que sua versão original compreende 14 itens e apresenta um alpha de Cronbach de 0,95. Esta medida teve como foco avaliar as atitudes dos assistentes sociais frente à adoção por casais homoafetivos, numa escala do tipo likert de 5 pontos, que varia de 1 = Concordo plenamente a 5 = Discordo plenamente. Os itens e parâmetros psicométricos deste instrumento não foram encontrados na literatura consultada. Existe uma versão modificada da APS (Mallinger, 2010), composta pela mesma quantidade de itens, que apresenta alpha de Cronbach de 0,79. No entanto, não se encontrou qualquer referência acerca de sua adequação psicométrica.

A *Escala de Atitudes frente à adoção transracial (Attitudes Toward Transracial Adoption Scale-ATAS)*, elaborada por Whatley (2002) no contexto estadunidense, é um instrumento composto por 15 itens e destinou-se a medir as atitudes frente à adoção transracial, por meio de uma escala do tipo likert de 7 pontos, variando de 1 = Discordo plenamente a 7 = Concordo plenamente, em uma amostra de 188 estudantes universitários. Esta é uma modalidade da adoção na qual a criança possui diferente raça ou etnia de seus pais adotivos. Por meio de análises psicométricas, foi obtido o índice de consistência interna dos itens, tendo tal medida apresentado estrutura unifatorial e alpha de Cronbach 0,91. Nesta escala, os escores variam de 15 (escore mais baixo) a 105 (escore mais alto), sendo que escores mais baixos refletem atitudes mais positivas frente à adoção transracial. Em síntese, o escore médio dos participantes foi de ($M = 29,68$; $DP = 13,29$) indicando atitudes muito positivas frente à adoção transracial. As mulheres ($M = 28,7$) apresentaram atitudes mais positivas do que os homens ($M = 32,76$). Além disso, as pontuações dos participantes neste instrumento correlacionaram significativamente com os indicadores de adoção geral e namoro transracial, isto é, pessoas que estão dispostas a adotar ($M = 28,66$), que são experientes em namoro transracial ($M = 26,35$) e aquelas que estão abertas a namorar uma pessoa de outra raça ($M = 27,41$) são também mais dispostas a adotarem transracionalmente.

Outro instrumento também denominado *Escala de Atitudes frente à Adoção Transracial (Attitudes Toward Transracial Adoption Scale-TRA)*, teve lugar nos Estados Unidos, por Fenster (2004), para avaliar as atitudes de assistentes sociais frente à adoção transracial, assim como suas opiniões quanto à habilidade de pais brancos em ajudar crianças negras a adquirirem um senso de identidade negra e lidar com o racismo. Partiu-se de um conjunto de 22 itens, derivados de estudos anteriores sobre

atitudes frente à adoção transracial e baseados nos problemas indicados pela literatura. Estes itens foram dispostos em uma escala do tipo likert de 5 pontos, na qual escores mais altos indicam atitudes mais favoráveis. Responderam ao instrumento 600 assistentes sociais de origem afroamericana e caucasiana, selecionados equitativa e aleatoriamente da Associação de Assistentes Sociais (NASW). De acordo com os resultados, os participantes demonstraram atitudes favoráveis frente à adoção transracial ($M = 3,21$), sendo que os assistentes sociais brancos demonstraram atitudes mais favoráveis ($M = 3,54$) do que assistentes afroamericanos ($M = 2,77$). Este instrumento possui estrutura unifatorial, assim como apresenta um bom índice de consistência interna (alfa de *Cronbach* de 0,91), tendo se correlacionado positivamente com o otimismo em relação ao futuro das relações raciais ($r = 0,56$; $p < 0,01$), e negativamente com o comprometimento em promover a consciência negra ($r = -0,34$; $p < 0,01$), ou seja, os respondentes que possuíram atitudes favoráveis frente à adoção transracial foram mais otimistas quanto ao futuro das relações raciais, porém, pouco comprometidos em promoverem valores afroamericanos e consciência negra. De modo geral, os participantes brancos foram significativamente mais otimistas quanto ao futuro das relações raciais e isso pôde ser explicado pelo fato de serem mais a favor da adoção transracial comparativamente com os afroamericanos.

Outra escala que merece ser citada é a *Escala de Crenças de Adoção (Adoption Beliefs Scale-ABS*; Gibbons, Wilson, & Rufener, 2006) foi levada a cabo na Guatemala a fim de medir as atitudes e crenças frente à adoção. Esta medida compreende 11 itens que refletem opiniões sobre crenças de adoção geral e transracial (e.g., *Nunca adotaria uma criança de outra raça ou de outra cor*; *Crianças adotadas por famílias de outros pais sofrerão com a perda de sua cultura mãe*; *O motivo principal pelo qual mães*

biológicas doam suas crianças à adoção é porque essas são de mau-caráter ou porque não têm educação), dispostas num contínuo de 4 pontos, variando de 1 = Concordo plenamente a 4 = Discordo plenamente. Inicialmente, 20 itens foram elaborados com base nas crenças sobre adoção identificadas na literatura e em entrevistas conduzidas em estudo passado (Wilson & Gibbons, 2005). Após ter sido checado os parâmetros psicométricos, o instrumento passou a contar com 11 itens, os quais foram retidos em um único fator. A versão original desta medida conta com um alpha de *Cronbach* $\alpha = 0,70$, tendo sido respondida por 152 estudantes universitários. Paralelamente ao desenvolvimento da ABS, os autores procuraram conhecer em que medida o machismo e/ou as atitudes frente ao papel da mulher na sociedade mediam a relação entre gênero e as crenças sobre a adoção. Os resultados indicaram que a maioria dos participantes foi a favor da igualdade dos papéis entre homens e mulheres e expressaram atitudes positivas frente à adoção geral e transracial. Porém, houve diferença significativa entre os gêneros. Homens eram mais prováveis que mulheres a serem mais a favor do machismo ($t(148) = 4,77; p < 0,001$). As mulheres possuíam atitudes mais igualitárias frente aos papéis da mulher do que os homens ($t(148) = 5,00; p < 0,001$). Além disso, as mulheres demonstraram possuir crenças mais favoráveis sobre a adoção do que os homens ($t(148) = 3,07; p < 0,01$). Em resumo, o machismo, quando relacionado aos papéis de gênero, não demonstrou possuir influência significativa sobre crenças de adoção; e os papéis de gênero, por sua vez, quando associados às atitudes de gênero, também não foram influenciaram significativamente as crenças de adoção.

A *Escala de Adoção Aberta (Open Adoption Scale-OAS)* foi originalmente elaborada no contexto estadunidense por Rompf (1993), com base na literatura acerca dos mitos e atitudes frente à adoção aberta e ao bem-estar da criança adotada. É um

instrumento composto por 32 itens distribuídos em três fatores, relativos à tríade da adoção: pais biológicos (12 itens; por exemplo, *Pais biológicos que perderam a custódia de seus filhos por estarem na prisão, não devem ter contato com o seus filhos biológicos*), criança adotada (13 itens; por exemplo, *As crianças vão ter melhor vínculo com seus pais adotivos se eles não tiverem nenhum contato com sua família biológica*) e pais adotivos (7 itens; por exemplo, *Para desenvolver uma forte identidade familiar, os pais adotivos precisam da adoção do tipo fechada*). Esta medida avaliou as atitudes dos profissionais de agências de adoção numa escala do tipo likert de 7 pontos, variando de 1 = Discordo totalmente a 7 = Concordo totalmente, tendo apresentado um alpha de Cronbach de ($\alpha = 0,94$). A fim de alcançar uma versão mais parcimoniosa desta medida, foi levado a cabo um estudo (Brown, Ryan, & Pushkal, 2007), para realizar sua validação com estudantes universitários. Assim, foram eliminados os itens mais fracos, de modo a reduzir a escala a um total de 15 itens, passando a contar com um índice de consistência interna para o conjunto de itens (Alfa de Cronbach de 0,92). Após sua validação, os índices por fator também se mantiveram consistentes, chegando a melhorar na maioria dos casos. De fato, a subescala *pais biológicos* (BP) experimentou uma redução do alpha BP ($\alpha = 0,87 - \alpha = 0,85$), mas, por outro lado, nas subescalas *criança adotada* e pais adotivos, houve um acréscimo do número do alpha, proporcionada pela diminuição de alguns itens AC ($\alpha = 0,87 - \alpha = 0,89$); AP ($\alpha = 0,81 - \alpha = 0,82$).

Mais recentemente, Tinkler e Horne (2011) desenvolveram a *Medida de Atitudes frente à Adoção* (*Measure Attitudes Toward Adoption*) para avaliar as atitudes dos sujeitos frente à adoção geral, por meio de duas questões: uma primeira destinada a deduzir o suporte geral (favorabilidade ou desfavorabilidade) frente à prática da adoção;

e a segunda dedicada a inferir o quanto os sujeitos preferiam dar à luz a uma criança ou adotar. Ambas as questões foram medidas em uma escala de 4 pontos, variando de 1 = Muito favorável a 4 = Muito desfavorável. De acordo com os resultados, a preferência por filho biológico ao invés de adotado e as atitudes negativas sobre a adoção geral foram correlacionadas positivamente com atitudes negativas em relação à adoção transracial ($r = 0,54, p < 0,01$).

No cenário brasileiro, pode-se destacar a *Escala de Atitudes sobre Adoção de crianças por Homossexuais*, desenvolvida por Falcão (2004). Este instrumento compreende 34 itens que medem as atitudes em relação à adoção de crianças por homossexuais, tendo sido construído com base nas explicações das teorias do desenvolvimento sobre a criação de crianças, sobretudo, as de cunho analítica e comportamental. Nesta escala, estudantes universitários das áreas de humanas, exatas e biológicas indicaram o grau de concordância com cada um dos itens por meio de uma escala do tipo Likert que varia de 1 = discordo totalmente a 7 = concordo totalmente. Os resultados da análise fatorial (pelo método dos eixos principais) indicaram a existência de um único fator bipolar com valor próprio igual a 16, que explica 52% da variabilidade do posicionamento dos participantes. Esta medida conta com um alfa de Cronbach de 0,97, o que permite afirmar que esta escala é um indicador satisfatório do posicionamento dos estudantes com relação à adoção por homossexuais.

Oliveira e Cavas (2009) propuseram a *Escala de Atitudes Frente à Adoção Tardia*, a qual conta com quarenta afirmativas baseadas na literatura sobre adoção tardia, apresentadas de forma equitativa quanto à favorabilidade ou desfavorabilidade frente a esta modalidade de adoção. As atitudes foram medidas numa escala de 5 pontos, variando de 1 = Concordo plenamente a 5 = Discordo plenamente.

Responderam aos itens do instrumento 30 estudantes universitários (15 do curso de psicologia e 15 do curso de direito), sendo mantidas as afirmativas que obtiveram coeficientes de Pearson mais significativos ($p < 0,05$) na correlação feita entre item e escore total. Assim, a versão final deste instrumento conta com 22 itens, sendo sete favoráveis e quinze não são favoráveis à adoção tardia. Contudo, não é possível localizar os parâmetros psicométricos desta medida.

O instrumento designado por *Cenários de diferentes tipos de famílias no contexto da adoção* (*Scenarios of different types of families in the context of adoption*; Mallinger, 2010), compreende cenários relativos ao contexto da adoção, com o objetivo de avaliar a intenção comportamental de adotar. Por meio desta medida, procurou-se medir as atitudes dos assistentes sociais frente a casais heterossexuais, gays e lésbicas de diferentes composições raciais como candidatos a pais adotivos. Inicialmente, os participantes foram apresentados a dez cenários formados por diferentes tipos de famílias e, em seguida, instruídos a enumerá-los, conforme suas escolhas, do seguinte modo: deveriam elencar o número 1 ao lado da primeira escolha e o número 2 ao lado da segunda escolha, devendo optar por um total de 6 escolhas possíveis entre casais heterossexuais, gays e lésbicas, de diversas raças, que constituíam os cenários. Cabe frisar que 8 destes cenários eram formados por crianças de difícil colocação em famílias (com necessidades especiais crônicas, problemas emocionais e comportamentais severos, com histórico de devolução, vítimas de abuso sexual, variando na idade e no gênero, além de casal de irmãos); os outros 2 cenários eram compostos por crianças consideradas de fácil adoção (saúdáveis, sendo uma de origem caucasiana e outra de etnia afroamericana). As respostas foram analisadas por meio de três variáveis categóricas. Os participantes que deixaram de responder a alguns itens foram

classificados pelo número 1; as pessoas que apenas escolheram alternativas heterossexuais foram representadas pelo número 3; e o restante que escolheu pelo menos uma alternativa gay ou lésbica foram classificadas como 2. De modo geral, os participantes afirmaram que não havia informações suficientes para determinar a melhor colocação para a criança adotiva, embora tenham demonstrado não terem intenção de colocar as crianças carentes com casais de gays e lésbicas de todo; optaram por colocar as crianças de fácil colocação com gays e lésbicas mais frequentemente do que as crianças de difícil colocação; colocar crianças com as famílias mesma raça era mais atraente do que a colocação de casais do mesmo sexo.

A *Medida explícita de Intenção de Adotar* (Tinkler & Horne, 2011), trata-se de um instrumento qualitativo que avalia a predisposição de sujeitos para adotar uma criança. Os participantes foram instruídos a imaginarem a possibilidade de adotar e, em seguida, deveriam preencher a um formulário de uma agência privada de adoção. Neste formulário, perguntava-se o quanto os participantes estavam abertos a adotarem uma criança, com base em informações sobre idade, etnia, raça, história de abusos de substância da mãe e cuidados especiais. Para quantificar as respostas dos sujeitos, foram criadas variáveis binárias (*Dummy Variables*), isto é, variáveis artificiais que assumem valores de 1 ou 0 para indicar a ausência ou presença de um atributo (no caso específico do estudo, tais valores indicavam se os participantes eram relutantes ou não em adotar uma criança afroamericana). De acordo com os resultados, 54% dos indivíduos não tinham intenção de adotar uma criança negra. A não intenção de adotar uma criança se correlacionou positivamente com as atitudes desfavoráveis à adoção transracal ($r = 0,46; p < 0,01$).

Tinkler e Horne (2011) adaptaram o *Teste de Associação Implícita (Implicit Association Test – IAT)*, proposto por Greenwald (1998), com o objetivo de avaliar as atitudes frente à adoção transracial, por meio das associações implícitas diante de famílias de diferentes raças. Neste instrumento, participantes brancos classificaram imagens de famílias com configurações raciais diferentes, a saber: *famílias brancas*, *famílias negras* e *famílias transraciais*. Especificamente, foram consideradas duas condições neste teste: uma na qual os participantes viam imagens de famílias brancas e famílias transraciais; e outra em que a eles eram apresentadas imagens de famílias negras e famílias transraciais. Os resultados indicaram diferenças significativas na associação entre famílias brancas e famílias transraciais; isto porque a maioria dos participantes brancos demonstrou possuir atitudes mais negativas em relação às famílias transraciais comparativamente às famílias brancas. Por outro lado, não foram encontradas correlações significativas nas avaliações relativas às famílias negras, dado seu emparelhamento às imagens das famílias transraciais, à medida que poucos sujeitos brancos classificaram mais negativamente famílias transraciais do que famílias negras. Logo, as pontuações no IAT de adoção transracial correlacionaram-se positivamente com o preconceito racial e preferência endogrupal.

Em suma, tendo como base o apanhado de pesquisas sobre atitudes frente à adoção, é possível verificar que, principalmente no cenário mundial, existem muitas pesquisas acerca desta temática, entretanto, não há um consenso quanto à medida mais adequada a ser utilizada. Por outro lado, não foram localizadas, no contexto nacional, publicações direcionadas às atitudes frente à adoção geral, que contassem com métodos explícitos e implícitos de mensuração capazes de medi-las, evidenciando a pertinência de desenvolvê-los neste estudo.

Ademais, apesar de as atitudes frente à adoção terem sido objeto de interesse de diversos pesquisadores há várias décadas, dentre eles, os psicólogos sociais, não são encontradas evidências de estudos empíricos sobre o tema, em psicologia social, que partam de algum modelo teórico para explicar o comportamento de adotar. Deste modo, a presente dissertação pretende dar uma contribuição neste sentido. Para tanto, deve-se adotar a *Teoria Funcionalista dos Valores Humanos* (Fischer, Milfont, & Gouveia, 2011), que pode ser vista como integradora, parcimoniosa e teoricamente fundamentada. Contudo, antes de apresentá-la, segue-se uma breve descrição do construto valores e das teorias anteriores à funcionalista.

CAPÍTULO 3. VALORES HUMANOS

Os valores humanos têm recebido notável atenção no campo da Psicologia Social, sobretudo em razão de exercerem importante papel no processo seletivo das ações humanas (Rokeach, 1973), constituindo-se um construto que permite explicar atitudes e comportamentos sociais (Gouveia, Fonsêca, Milfont & Fisher, 2011). De modo geral, são os valores estudados por meio de duas perspectivas distintas, a saber: uma de cunho cultural (sociológica) e outra com foco individual (psicológica).

A perspectiva sociológica tem sido principalmente representada pelos modelos teóricos de Hofstede (1984) e Inglehart (1977), e nela a estrutura dos valores é compreendida em função de cada cultura; a perspectiva psicológica, por sua vez, tem em conta que os valores são prioridades individuais que orientam os indivíduos em suas ações, sendo esta especialmente adotada por Rokeach (1973), Schwartz (1992) e Gouveia (1998). Esta segunda perspectiva fundamentará a presente dissertação. No entanto, a seguir, será feito um apanhado dos modelos propostos por cada um dos teóricos anteriormente mencionados.

3.1 Valores Humanos na perspectiva Cultural

3.1.1 Valores individualistas e coletivistas de Hofstede

Hofstede (1984) contribuiu com o estudo dos valores humanos ao analisar as prioridades valorativas levando em conta a cultura na qual as pessoas se encontram inseridas. Considerado o principal representante da perspectiva sociológica, este teórico entende os valores como representações de necessidades construídas socialmente na realidade, estabelecidas sob o reflexo de normas sociais e institucionais vigentes (Medeiros, 2008).

Os valores culturais passaram a ser analisados por Hofstede por meio de quatro dimensões, a conhecer: *distância de poder* (mede o quanto os membros subordinados de uma organização contestam diante do poder e da figura de autoridade, isto é, se aceitam ou não a hierarquia); *individualismo vs. coletivismo* (indica o quanto as pessoas de uma sociedade se consideram responsáveis ou independentes em relação às outras pessoas), *masculinidade vs. feminilidade* (expressa a distribuição de papéis entre homens e mulheres; a masculinidade é representada pela ênfase materialista, ao passo que a feminilidade encontra-se centrada nas relações interpessoais) e *evitação da incerteza* (é a medida do grau de ansiedade e preocupação das pessoas frente a situações inesperadas ou incertas) (Hofstede, 1984).

Embora tenha alcançado reconhecimento no estudos dos valores, o modelo de Hofstede (1984) recebe algumas críticas, destacando-se os seguintes pontos: (1) Hofstede indicava que com o desenvolvimento econômico as sociedades abandonariam o estilo de vida coletivista, passando a ser individualistas; todavia, as sociedades contemporâneas misturam elementos coletivistas e individualistas; e (2) seu modelo não considerou dados que tratassem o coletivismo e o individualismo como fatores independentes e legítimos, mas, contrariamente, os teve como pólos de uma mesma dimensão (Gouveia, 2006).

3.1.2 Valores materialistas e pós materialistas de Inglehart

O modelo proposto por Inglehart (1977) parte da teoria da hierarquia das necessidades de Maslow (1954), a fim de esclarecer a origem dos valores humanos. Nesta direção, o referido teórico procura levar em conta os aspectos sociais e culturais dos valores, de modo a definir seu modelo em duas dimensões: o *materialismo* (que

compreende os valores materiais) e o *pós-materialismo* (diz respeito aos valores espirituais). Inglehart pontua que o materialismo é encontrado de maneira mais evidente em sociedades menos desenvolvidas, em que não são satisfeitas as necessidades de segurança física e econômica. Por outro lado, o *pós-materialismo*, cuja maior prevalência é verificada nas sociedades mais industrializadas, corresponde a necessidades mais elevadas, originárias da satisfação materialista, como necessidades intelectuais (autoestima e autorrealização).

Tal como postula (Gouveia, 1998), as críticas em relação a este modelo deve-se, especialmente ao seguinte fato: em vários países, as dimensões se confundem e se combinam, não sendo adequado tratar os valores como pólos de uma mesma dimensão ou, como costumeiramente se pensa, construtos independentes; as sociedades podem ser ao mesmo tempo materialistas e pós-materialistas.

3.2 Valores na perspectiva individual

3.2.1 Valores instrumentais e terminais de Rokeach

Os valores alcançaram expressiva importância no âmbito da Psicologia Social por meio da obra *The nature of human values*, elaborada por Rokeach (1973). Este autor parte de cinco pressupostos básicos, para desenvolver sua teoria acerca dos valores humanos, a conhecer: (1) o número de valores que uma pessoa possui é relativamente pequeno; (2) as pessoas possuem os mesmos valores, independente da cultura, na qual se encontrem inseridas; (3) os valores são organizados em sistemas de valores; (4) os antecedentes dos valores podem ser determinados pela cultura, sociedade, instituições e personalidade de cada indivíduo; e (5) as manifestações dos valores são dadas em

fenômenos, os quais podem vir a ser estudados e compreendidos e entendidos por cientistas sociais.

No modelo teórico de Rokeach (1973), os valores humanos são divididos em dois tipos: terminais (o próprio desejável) e instrumentais (os comportamentos). Os valores terminais representam os estados finais de existência (por exemplo, igualdade, felicidade), e são classificados como centrados em si mesmo (apresentando foco pessoal) ou centrados na sociedade (com foco interpessoal); os valores instrumentais compreendem condutas que são consideradas preferíveis, (por exemplo, honesto, responsável) e se subdividem em *valores morais* (voltados para o modo de como se comportar); e *de competência* (levam a um estado pessoal de competência, refletido pela forma adequada de agir). A tabela 2 a seguir permite visualizar o modo como os valores humanos se estruturam neste modelo:

Tabela 1. Valores instrumentais e terminais Rokeach (1973).

Tipos de Valores	
Terminais Estados finais de existência	Instrumentais Modos de comportamento
Pessoais Centrados na própria pessoa, foco intrapessoal. Exemplos: salvação, harmonia interior.	De competência Sua transgressão provoca vergonha, foco intrapessoal. Exemplos: lógico, inteligente.
Sociais Centrados na sociedade, foco interpessoal. Exemplos: um mundo de paz, amizade verdadeira.	Morais Sua transgressão provoca culpa, foco interpessoal. Exemplos: honesto, responsável.

Dentre as contribuições de Milton Rokeach à temática dos valores humanos, se destacam: (1) sintetizou conceitos e ideias de perspectivas diferentes, sugerindo uma abordagem transdisciplinar; (2) distinguiu os entre valores de outros construtos (por

exemplo, atitudes e traços de personalidade); (3) apresentou uma definição específica dos valores humanos e os sistemas de valores; (4) propôs a primeira medida dos valores humanos; (5) comprovou que os valores são centrais no sistema cognitivo; fez a distinção entre valores instrumentais e terminais (Gouveia, Martinez, Meira, & Milfont, 2001).

Não obstante, Apesar de contribuir para o avanço dos estudos dos valores humanos, este modelo recebe algumas críticas, tais como as especificadas a seguir: (a) a medida de natureza *ipsativa* (que sugere uma dependência entre as pontuações de um mesmo sujeito); (b) a indefinição da estrutura dos valores; e (c) a restrição de pesquisas ao contexto estadunidense (Gouveia & cols., 2008). Tais aspectos motivaram o surgimento de outros modelos teóricos acerca dos valores, a exemplo da teoria elaborada por Shalom H. Schwartz, que será descrita a seguir.

3.2.2 Tipos Motivacionais de Schwartz

O modelo teórico de Schwartz (1994) é tido como a principal referência no campo de estudo dos valores humanos. Neste modelo, os valores são definidos como metas desejáveis e transituacionais, que variam em importância e servem como princípio na vida de uma pessoa ou de outra entidade social. Neste sentido, Schwartz sugeriu que a existência do ser humano é baseada em três tipos motivacionais primordiais: (1) necessidades biológicas do organismo, garantindo a sobrevivência; (2) necessidades de regulação das interações sociais; e (3) necessidades sócio-institucionais de bem-estar e sobrevivência grupal. Em sua teoria, Schwartz propõe uma estrutura que compreende dez tipos motivacionais, nos quais todo e qualquer valor humano encontraria sua representação, independente da cultura na qual se encontre inserido. A

seguir, serão apresentados os tipos motivacionais com seus respectivos valores específicos.

1. Autodireção: busca de independência do pensamento e ação, envolvendo escolhas, criatividade e exploração (criatividade, independente, liberdade).

2. Estimulação: busca de excitação, novidades e mudanças na vida (ser atrevido, uma vida excitante, uma vida variada).

3. Hedonismo: busca de prazer e gratificação sexual por parte do indivíduo (desfrutar da vida, prazer).

4. Realização: demonstração de sucesso pessoal e competência de acordo com padrões sociais aceitáveis (ambicioso, capaz, obter êxito).

5. Poder: busca de *status* social e prestígio, além de controle e/ou domínio sobre pessoas e recursos (autoridade, poder social, riqueza).

6. Segurança: busca de segurança, harmonia e estabilidade da sociedade, dos relacionamentos e de si mesmo (ordem social, segurança familiar, segurança nacional).

7. Conformidade: restrições de ações, impulsos e inclinações que violam as expectativas e normas sociais vigentes (autodisciplina, bons modos, obediência).

8. Tradição: busca de respeito, compromisso e aceitação de costumes e idéias impostos pela cultura ou religião (devoto, honra aos pais e mais velhos, respeito pela tradição, vida espiritual).

9. Benevolência: busca e preservação do bem-estar das pessoas com quem se mantém relações de intimidade (ajudando, honesto, não-rancoroso, ter sentido na vida).

10. Universalismo: busca da compreensão, tolerância, aceitação e bem-estar de todos, além da proteção e preservação dos recursos naturais (aberto, amizade verdadeira,

igualdade, justiça social, protetor do meio ambiente, sabedoria, um mundo em paz, um mundo de beleza).

Schwartz (1994) propõe uma organização deste modelo em uma estrutura circular que prediz relações de conflito e compatibilidade entre os tipos de valores motivacionais. Nesta estrutura, os valores que são conflitantes se situam em direções opostas a partir do centro da figura, e aqueles que são compatíveis situam-se ao lado um do outro ao longo do círculo, conforme pode ser visualizado na Figura 2.

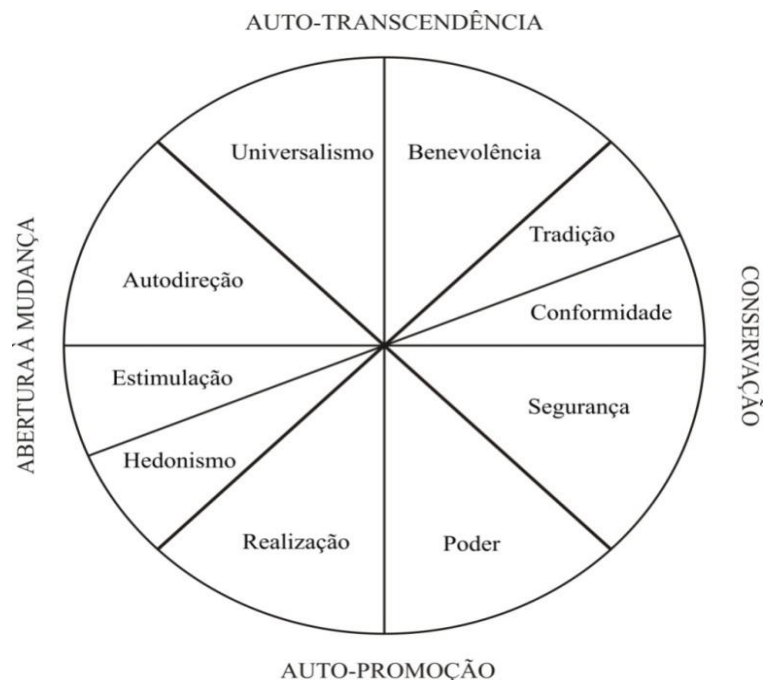


Figura 2. Estrutura bidimensional dos Tipos Motivacionais (Schwartz, 2001, p. 59).

Tal como exposto, o modelo de Schwartz apresenta duas dimensões bipolares, as quais representam as oposições entre valores concorrentes. A primeira dimensão encontra-se localizada no eixo horizontal, e é composta por *Abertura à Mudança* (estimulação e autodireção) e *Conservação* (segurança, conformidade e tradição);

caracteriza-se pelo o conflito entre valores que enfatizam a independência de pensamento, ações e sentimentos, e aqueles que enfatizam a ordem e a resistência a mudanças. A segunda dimensão, por sua vez, é formada pela oposição da *Autopromoção* (poder, realização e hedonismo) e *Autotranscendência* (universalismo e benevolência); diz respeito ao conflito entre valores que enfatizam a preocupação com interesses próprios, e aqueles que se preocupam com o bem-estar e interesse dos outros.

Apesar da expressiva repercussão no meio acadêmico, esta teoria tem se encontrado suscetível a críticas. Por exemplo, discute-se, principalmente, sobre a falta de uma base teórica subjacente à origem dos valores propostos por ele; além disso, Gouveia (2003) postula que a ideia de conflito dos valores não é congruente com a concepção do desejável, evidenciando ambiguidade de um modelo de ser humano adotado pelo próprio Schwartz. Deste modo, ao observar as limitações neste e em outros modelos, além de entender que os valores poderiam ser pensados de forma mais teoricamente fundamentada e concisa, Gouveia (1998) propôs a *Teoria funcionalista dos valores*, a qual será descrita a seguir.

3.2.3 Teoria Funcionalista dos Valores Humanos de Gouveia

Inicialmente elaborada por Gouveia (1998), a teoria funcionalista dos valores humanos tem sido aprimorada nos últimos anos (Gouveia, 2003, 2005; Gouveia *et al.*, 2008; Milfont, Gouveia & Fischer, 2008) e parte das críticas aos modelos teóricos existentes, embora não deixe de reconhecer suas contribuições. Nesta direção, Gouveia (1998, 2003, Gouveia & cols., 2008) propõe um modelo alternativo, integrador, parcimonioso e teoricamente fundamentado que, apesar de ainda pouco difundido no

contexto internacional, tem apresentado padrões satisfatórios de adequação. Esta teoria admite quatro suposições teóricas principais, a conhecer:

(1) *Natureza benevolente ou positiva.* São admitidos apenas valores positivos, pois considera-se a natureza humana como benevolente ou positiva. Valores que para alguns poderiam ser pensados como negativos (por exemplo, êxito, prazer), são essencialmente positivos, podendo ser integrados no sistema de valores de indivíduos autorrealizados (Maslow, 1954);

(2) *Princípios-guia individuais.* Os valores servem como padrões gerais de orientação para os comportamentos, porém são contextualizados em determinada cultura. Deste modo, são os indivíduos que sustentam determinados valores como mais prioritários dos que outros, pois as culturas não têm entidade para indicar valores, embora possam endossá-los em razão das escolhas de seus membros, que a tornam viável. A cultura pode incorporar os valores úteis para a sobrevivência do grupo, de modo que tais valores sejam desejáveis e assegurem a continuidade da sociedade e a convivência harmoniosa de seus membros (Rokeach, 1973);

(3) *Origem motivacional.* Os valores são representações cognitivas tanto das necessidades humanas individuais quanto de demandas institucionais e sociais (Schwartz, 1992). Tais demandas compreendem pré-condições para a realização das necessidades (Maslow, 1954), restringindo impulsos individuais (Merton, 1949) e assegurando um ambiente estável e seguro (Inglehart, 1977). Estas pré-condições podem ser equivalentes às necessidades de segurança e controle (Maslow, 1954);

(4) *Caráter terminal.* Apesar de existirem listas de valores instrumentais e terminais (Rokeach, 1973; Schwartz, 1992), os primeiros, além de existirem em maior número, podem ser reduzidos aos últimos. Assim, consideram-se, neste modelo, apenas

valores terminais, pois são mais parcimoniosos, além de serem teoricamente apropriados, coerentes com a ideia do princípio do desejável. Os valores terminais são mais coerentes com a concepção dos valores humanos como uma orientação geral e transcendente, compreendendo metas superiores que vão além daquelas imediatas, biologicamente urgentes e saciáveis por natureza.

Em consonância com as quatro suposições teóricas acima apresentadas, são admitidas as seguintes características consensuais, para a definição dos valores: “(a) são conceitos ou categorias; (b) sobre estados desejáveis de existência; (c) transcendem situações específicas; (d) assumem diferentes graus de importância; (e) guiam a seleção ou avaliação de comportamentos e eventos; e (f) representam cognitivamente as necessidades humanas” (Gouveia & cols., 2008, p. 55). Não obstante, esta teoria tem como foco principal as funções valorativas, de modo que se procura conceituá-las a partir desta perspectiva.

Gouveia *et al.* (2008) identificaram duas funções consensuais para os valores, a saber: (a) eles guiam as ações do homem (*tipo de orientação*; Rokeach, 1973; Schwartz, 1992) e (b) expressam suas necessidades (*tipo motivador*; Inglehart, 1977; Maslow, 1954). Neste sentido, cabe definir as funções dos valores como os aspectos psicológicos que os valores cumprem ao guiar comportamentos e representar cognitivamente as necessidades humanas (Gouveia *et al.*, 2011).

Tal como mencionado anteriormente, o modelo proposto por Gouveia adota duas funções principais dos valores, que são consensuais na literatura, isto é, (1) guiam as ações humanas (*tipo de orientação*) e (2) expressam suas necessidades (*tipo de motivador*). As duas dimensões funcionais dos valores formam dois eixos principais na representação espacial da estrutura dos valores, como pode ser visualizado na Figura 3.

O eixo horizontal diz respeito à função dos valores para guiar ações humanas, representando a dimensão funcional *tipo de orientação* (valores sociais, centrais ou pessoais), já o eixo vertical corresponde à função dos valores para dar expressão às necessidades humanas, compreendendo a dimensão funcional *tipo de motivador* (valores materialistas ou humanitários).

O cruzamento do eixo horizontal e vertical permite a derivação de seis subfunções específicas dos valores: *experimentação*, *realização*, *existência*, *suprapessoal*, *interacional* e *normativa*. Como pode ser identificado na Figura 3, os três tipos de orientação são representados por duas subfunções cada: social (*normativa* e *interacional*), central (*existência* e *suprapessoal*) e pessoal (*realização* e *experimentação*). Ao mesmo tempo, três subfunções representam cada um dos tipos motivadores: materialista (*existência*, *normativa* e *realização*) e humanitário (*suprapessoal*, *interacional* e *experimentação*). Assim, as subfunções dos valores podem ser mapeadas em um delineamento 3 x 2 (três por dois), com três tipos de orientações (social, central e pessoal) e dois tipos de motivadores (materialista e humanitário), derivando seis quadrantes: social-materialista, central-materialista, pessoal-materialista, social-humanitário, central-humanitário e pessoal-humanitário. As setas que partem do tipo central de orientação (isto é, das subfunções *existência* e *suprapessoal*) indicam que os valores que a representam são a fonte principal ou a referência dos outros valores (Gouveia & cols., 2008). As funções valorativas serão detalhadas a seguir.

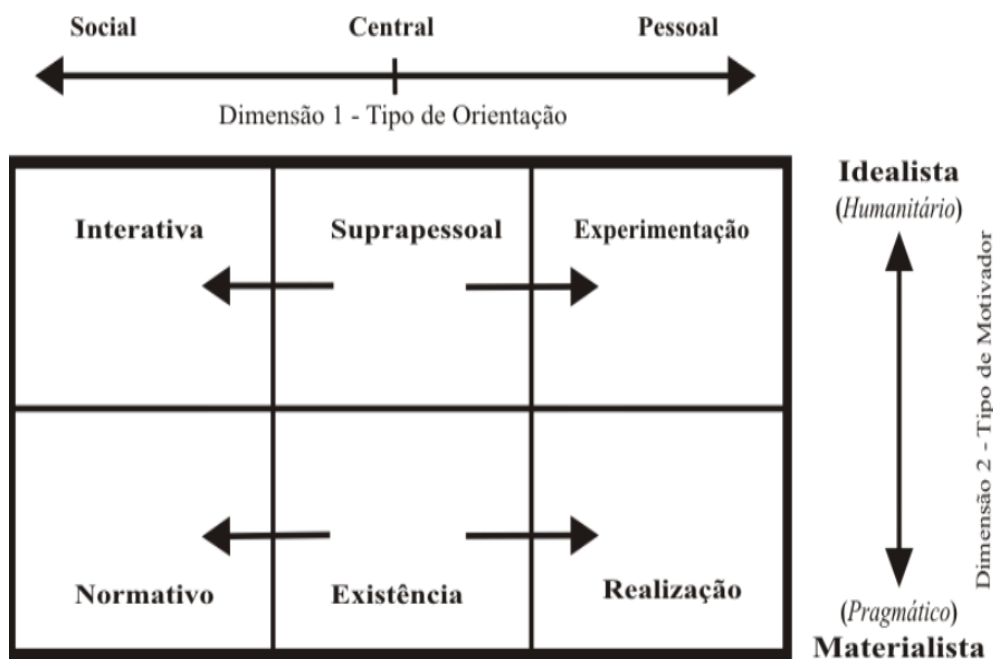


Figura 3. Dimensões, funções e subfunções dos valores básicos

Subfunção de Existência. Compreende valores compatíveis com as orientações social e pessoal, sendo claramente definidores do motivador materialista. O propósito principal destes valores é assegurar as condições básicas de sobrevivência humana (biológica e psicológica), bem como a necessidade de segurança (Maslow, 1954). Esta subfunção serve de referência para aquelas de *realização* e *normativa*. Os seguintes valores constituem a subfunção existência:

Sobrevivência: Representa as necessidades humanas mais básicas, como comer e beber. É o valor mais importante para pessoas socializadas em contextos de escassez ou que não tem à disposição recursos econômicos mais básicos.

Estabilidade pessoal: As pessoas que se guiam por este valor visam garantir a própria sobrevivência, enfatizando uma vida organizada e planejada. A necessidade de

segurança e a busca por uma vida controlada demonstram um foco em aspectos práticos e orientados para o imediato.

Saúde: As pessoas que priorizam este valor buscam um grau elevado de saúde, evitando ameaças à sua vida. A saúde, neste contexto, compreende um aspecto subjetivo de sentir-se bem, não estar enfermo e evitar o que possa comprometer a sua saúde. Estes valores representam as necessidades de sobrevivência e segurança.

Subfunção realização. Representa o motivador materialista com orientação pessoal. Pessoas orientadas por tais valores são focadas em realizações materiais e buscam praticidade em decisões e comportamentos. Estes valores representam as necessidades de auto-estima (Maslow, 1954), com ênfase na demonstração de competência pessoal. Espera-se maior evidência dos valores de realização em jovens adultos, em fase produtiva, ou em pessoas educadas em contextos rígidos em termos disciplinares e formais (Rokeach, 1973). Os seguintes valores representam esta subfunção:

Êxito: As pessoas que endossam este valor priorizam ser eficientes e alcançar as metas definidas a curto e médio prazos, têm o ideal de sucesso, primando pela competitividade, a fim de obter destaque e benefícios pessoais.

Poder: Representa a ênfase na hierarquia, dando-se importância a ser o chefe de uma equipe e controlar as decisões. Pode ser considerado o valor menos social, em comparação com os outros dois desta subfunção, sendo rejeitado por pessoas com formação escolar e nível sócio-econômico elevados.

Prestígio: Representa um desejo pessoal de ter a imagem reconhecida publicamente. Por esta razão, a pessoa dá importância aos demais, porém com

propósitos de interesse pessoal, visando desfrutar de vantagens do reconhecimento social. Assim, a ênfase deste valor diz respeito ao contexto social.

Subfunção normativa. Expressa uma orientação social, sendo focada em regras sociais, e um princípio-guia materialista, que reflete a importância da preservação da cultura e das normas sociais. Estes valores enfatizam a vida social, a estabilidade grupal e o respeito por símbolos e padrões culturais que prevaleceram durante anos. Portanto, representam, além da necessidade de controle, as precondições para alcançar todas as necessidades humanas, correspondendo às demandas institucionais e sociais (Schwartz, 1992). Em geral, valores normativos são endossados por pessoas mais velhas (Rokeach, 1973; Tamayo, 1988), que procuram seguir as normas convencionais e se distanciam de comportamentos socialmente desviantes (Pimentel, 2004; Santos, 2008). Os valores a seguir podem ser empregados para representar esta subfunção:

Obediência: Cunha a importância em obedecer e cumprir deveres e obrigações diárias, em respeitar os pais e aos mais velhos. É um valor típico de pessoas com mais idade e/ou educadas em sistema mais tradicional, orientadas a seguir normas estritas.

Religiosidade: Não depende de qualquer preceito religioso, unicamente há o reconhecimento de uma entidade ou ser superior em quem se busca certeza e harmonia social para uma vida social pacífica. Representa a necessidade de controle para lidar com realidades adversas.

Tradição: Pessoas que se guiam por este valor dão importância à manutenção de padrões culturais prevaletentes, nos quais foram socializadas por seus pais e mestres. Em outras palavras, sugere respeito aos padrões morais seculares e contribui para a harmonia social, representando a pré-condição de disciplina no grupo ou na sociedade como um todo para satisfazer as necessidades

Subfunção Suprapessoal. Os valores desta subfunção apresentam orientação central e motivador humanitário. Os seres humanos possuem uma necessidade biológica por informação (curiosidade) que os conduzem a uma melhor compreensão e domínio do mundo físico e social. Assim, os valores suprapessoais representam as necessidades de estética e cognição, bem como a necessidade superior de autorrealização (Maslow, 1954), que ajuda a categorizar o mundo de forma consistente. Tal subfunção acentua a importância de ideias abstratas, com menor ênfase em coisas concretas e materiais (Inglehart, 1977). Esta subfunção é referência para os valores das subfunções interativa e experimentação, de modo que guiar-se por tal subfunção é coerente com as orientações pessoal e social. Estima-se que estes sejam os valores mais importantes entre aqueles que apresentam um motivador idealista. Os seguintes valores podem ser utilizados para representá-la:

Beleza: Representa as necessidades estéticas, evidenciando uma orientação global, desconectada de objetos ou pessoas específicos. Os que se guiam por este valor buscam apreciar o que é belo, com independência da natureza do objeto (material ou imaterial), não se limitando a questões pragmáticas.

Conhecimento: Representa as necessidades cognitivas, tendo um caráter mais universal, abrangente, não se limitando à dicotomia pessoal – social. Não se restringe ao conhecimento como desempenho, mas uma indicação de saber, reunindo informações sobre temas vários. Quem enfatiza este valor busca conhecimentos novos e estar atualizado, procurando descobrir fatos e ideias.

Maturidade: Representa a necessidade de autorrealização. Este valor descreve um sentido de satisfação do indivíduo consigo mesmo, percebendo-se útil na vida, tendo encontrado um sentido existencial. As pessoas pautadas por este valor tendem a

apresentar uma orientação universal, não se restringindo a pessoas ou grupos específicos, nem se limitando a coisas e bens materiais.

Subfunção Experimentação. São representados pelo motivador humanitário, com uma orientação pessoal. Estes valores contribuem para a promoção de mudança e inovação na estrutura das organizações sociais. Representam as necessidades de sexo e gratificação, compreendendo a suposição do princípio do prazer (hedonismo; Maslow, 1954), sendo mais endossados por jovens. Os que se guiam por eles são menos prováveis se conformarem com regras sociais (Santos, 2008), não sendo orientados em longo prazo para alcançarem metas fixas e materiais. Os seguintes valores podem representar esta subfunção:

Emoção: Comumente priorizado pelos mais jovens (Chaves, 2006), representa a necessidade fisiológica de excitabilidade e busca de experiências perigosas, arriscadas, algo equivalente ao tipo de personalidade buscador de sensações (Zuckerman, 1994).

Prazer: Corresponde à necessidade orgânica de satisfação em um sentido mais amplo (por exemplo, beber ou comer por prazer, divertir-se). A ênfase não é em qualquer coisa concreta ou material, interessa aproveitar a vida, desfrutar os prazeres ao máximo. As pessoas que priorizam este valor apresentam mais comportamentos socialmente desviantes, fruto da busca do prazer inerente ao tipo de personalidade anteriormente descrito (Pimentel, 2004).

Sexualidade: Este valor representa a necessidade de sexo. Apesar de na tipologia de Maslow (1954) ser possível pensar nesta necessidade como fisiológica, básica, remetendo a aspecto material, recentemente têm sido reunidas evidências de que a sexualidade não pode ser enquadrada neste tipo de necessidade (Kenrick et al., 2010). Não se constitui em algo estritamente fisiológico, deficitário, mas como uma escolha,

sobretudo no contexto de busca de parceiro(a) e obtenção de prazer, entendido como desfrute da vida.

Subfunção Interativa. Esta é outra subfunção que representa o motivador idealista, mas tem uma orientação claramente social. Corresponde às necessidades de pertença, amor e afiliação, com ênfase em estabelecer e manter as relações entre as pessoas (Maslow, 1954). Contatos sociais são uma meta em si mesmos, enfatizando características mais afetivas e abstratas. Os indivíduos que adotam esta função como princípio-guia em suas vidas frequentemente são jovens e orientados para relações íntimas estáveis, sobretudo em fase de busca e manutenção de parceiro(a), isto é, na constituição familiar (Kenrick et al., 2010; Milfont, 2001). Podem ser empregados para representar esta subfunção os seguintes valores:

Afetividade: Este valor representa, principalmente, a necessidade de amor. Está relacionado com aspectos da vida social, enfatizando relacionamentos íntimos, afetos, relações familiares, compartilhamento de cuidados, prazeres e tristezas.

Apoio social: Expressa o sentimento de não estar sozinho no mundo e de obter ajuda das demais pessoas quando for necessário. Enfatiza a necessidade de afiliação, destacando-se a segurança em contar com o apoio dos demais ao redor.

Convivência: Representa a relação indivíduo-grupo, porém não aquelas interpessoais específicas. Requer um sentido de identidade social, indicando a ideia de pertença a um grupo social.

Gouveia, Meira, Gusmão, Sousa Filho e Souza (2008) abordam ainda em seu modelo, a hipótese da congruência entre os valores, afirmando que as correlações variam com relação a sua intensidade entre indivíduos. Esta ideia aponta para a existência gráfica de um hexágono, como pode ser observado abaixo.

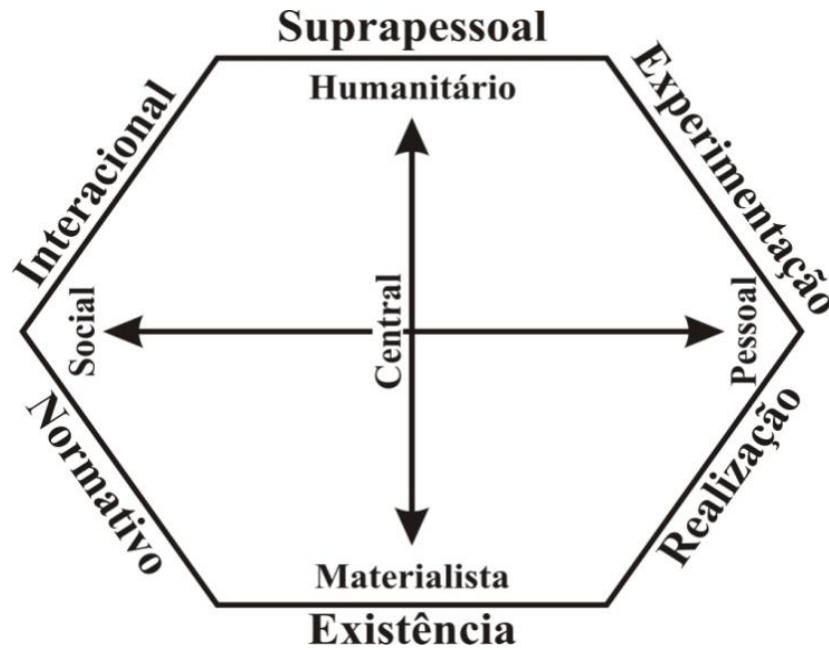


Figura 4. Padrão de congruência das subfunções dos valores básicos

Os autores sugerem a existência de três níveis de congruência: baixa, moderada e alta. Uma *baixa congruência* (lados opostos) é devida à independência destes grupos de valores, possuindo diferentes tipos de motivadores e de orientação. A *congruência moderada* caracteriza-se pelos valores estarem no mesmo motivador, mas possuindo diferentes orientações. Por fim, a *congruência alta* agrupa os valores com mesma orientação e com motivadores diferentes. Esta teoria, portanto, não considera a ideia de “conflito entre valores” (Schwartz & Bilsky, 1987), mas o princípio de que os valores variam no grau em que são congruentes. A teoria prediz que as correlações entre as seis subfunções são predominantemente positivas, e que a correlação média deve ser mais alta e mais consistente entre pessoas mais maduras e auto-realizadas (Gouveia et al., 2008).

Em termos gerais, tem-se demonstrado que este modelo é adequado psicometricamente. A propósito, a relação com construtos diversos vem demonstrando ser apropriada. Como é possível verificar, diante do que foi exposto previamente, o modelo de Gouveia apresenta vantagens em relação aos outros modelos valorativos aqui apresentados. Como anteriormente mencionado, este é usado como referencial teórico na presente dissertação. A seguir, serão descritos os estudos empíricos da mesma, os quais visaram construir duas medidas explícitas, sendo uma atitudinal e outra de intenção comportamental, além de uma medida implícita de atitudes, bem como testar o modelo teórico, envolvendo os valores humanos e as atitudes (explícitas e implícitas) frente à adoção.

CAPÍTULO 4. OBJETIVOS E HIPÓTESES

4.1 Objetivo Geral

Esta dissertação pretendeu conhecer em que medida os valores humanos e as atitudes frente à adoção explicam a intenção de adotar.

4.2 Objetivos Específicos e hipóteses

Em função do objetivo geral em questão, e com base na literatura apresentada, elaboraram-se objetivos específicos e hipóteses, que serão apresentados a seguir.

4.2.1 Objetivos Específicos

Construir e conhecer evidências de validade fatorial e consistência interna das seguintes medidas explícitas: *Escala de Atitudes Frente à Adoção (EAFA)* e *Escala de Intenção Comportamental de adotar (EICA)*.

Conhecer as correlações entre os possíveis fatores da medida explícita de adoção (EAFA) e as subfunções do QVB (*Questionário dos Valores Básicos*; Gouveia & cols., 2008).

Construir a medida implícita de Atitudes frente à Adoção (*IAT-Adoção*) e verificar sua adequabilidade.

Conhecer as correlações entre a medida implícita de atitudes frente à adoção (*IAT-Adoção*) e as subfunções do QVB.

Verificar se as atitudes frente à adoção predizem a intenção de adotar.

Testar um modelo teórico, em que os valores explicam as atitudes frente à adoção e estas, por sua vez, atuam como preditoras da intenção de adotar.

Cabe destacar que, embora exista possa ser indicada uma estrutura multidimensional para a medida atitudinal de adoção (*EAF*), optou-se, neste momento, por formular hipóteses em razão de sua pontuação total. Em se tratando da medida implícita de atitudes (*IAT-Adoção*), hipotetiza-se que sua estrutura é unifatorial, isto é, um único fator geral explica as atitudes (favoráveis ou não favoráveis) frente à adoção. Partindo-se desta noção, foram elaboradas hipóteses comuns às atitudes explícitas e implícitas frente à adoção, tal como segue:

4.2.2. Hipóteses

Hipótese 1. As pontuações na subfunção *suprapessoal* se correlacionarão positivamente com aquelas em atitudes favoráveis frente à adoção.

Hipótese 2. As pontuações na subfunção *interativa* se correlacionarão positivamente com aquelas em atitudes favoráveis frente à adoção.

Hipótese 3. As pontuações na subfunção *experimentação* se correlacionarão positivamente com aquelas em atitudes favoráveis frente à adoção.

Hipótese 4. As pontuações na subfunção *normativa* se correlacionarão negativamente com aquelas em atitudes favoráveis frente à adoção.

Mesmo não tendo sido encontrados estudos prévios que buscassem correlacionar os valores humanos e as atitudes frente à adoção, espera-se que as hipóteses acima descritas sejam confirmadas, levando em conta que os valores humanos têm sido analisados como explicadores das atitudes frente a vários fenômenos, a exemplo da tatuagem (Medeiros, 2008), suicídio (Aquino, 2009), *piercing* (Cavalcanti, 2009) e relações estáveis (Milfont, 2001).

Como visto, as pessoas guiadas por valores da *subfunção suprapessoal* apresentam necessidade de autorrealização, que ajuda a categorizar o mundo de forma consistente. Indivíduos pautados nestes valores encontram-se abertos a possibilidades e tendem a apresentar uma orientação universal, não se restringindo a pessoas ou grupos específicos. Neste sentido, formulou-se a Hipótese 1.

A Hipótese 2 foi formulada considerando que as pessoas guiadas por valores da *subfunção interativa* expressam necessidades de pertença, amor e afiliação (Maslow, 1954), enfatizando afetos e relações familiares, justificando-se pensar que se correlacionem com atitudes favoráveis à adoção.

As pessoas que se guiam por valores da *subfunção experimentação* buscam por mudança, e novas experiências e a inovação na estrutura das organizações sociais, o que permitiu formular a Hipótese 3.

Indivíduos pautados por valores da subfunção *normativa* se orientam em direção aos demais, respeitando os padrões culturais. Geralmente, são as pessoas mais velhas as que se guiam por tais valores (Rokeach, 1973; Tamayo, 1988), seguindo normas Ebrahim, 2001convencionais. Procuram respeitar os padrões morais seculares, tendendo a serem mais conservadoras quanto à manutenção das normas culturais; neste sentido, formulou-se a hipótese 4, pois espera-se que tais valores se correlacionem com as atitudes não favoráveis à adoção.

Hipótese 5. As atitudes frente à adoção irão predizer o comportamento de adotar.

A hipótese acima foi pensada, levando em conta que as atitudes são boas preditoras do comportamento das pessoas. Estudos (Ajzen, 1991; Ajzen & Fishbein,

1970; Ajzen & Sexton, 1999) verificam a predição das atitudes em relação à intenção comportamental, agregando valor à validade preditiva das atitudes em relação ao comportamento. Nesta direção, espera-se que as pessoas com pontuações em atitudes favoráveis frente à adoção apresentem maior intenção de adotar.

Hipótese 6. Os valores explicarão as atitudes frente à adoção e estas, por sua vez, predirão a intenção de adotar.

Os valores humanos servem de padrões gerais de orientação para comportamentos dos indivíduos, não sendo esses tão específicos como as atitudes (Gouveia & cols., 2008). elaborou-se a hipótese 6.

PARTE II
ESTUDOS EMPÍRICOS

**ESTUDO 1. MEDIDAS EXPLÍCITAS DE ADOÇÃO: CONSTRUÇÃO E
PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS**

Objetivo geral e objetivos específicos

Este estudo teve como objetivo construir duas medidas explícitas de adoção, a *Escala de Atitudes frente à Adoção* (EAFA) e a *Escala de Intenção Comportamental de Adotar* (EICA), procurando conhecer evidências de validade fatorial e consistência interna. Estes instrumentos serão utilizados no *Estudo 2*.

Delineamento e Hipóteses

Trata-se de um estudo correlacional, *ex post facto*, com ênfase psicometrista, procurando elaborar um instrumento de atitudes frente à adoção e outro de intenção de adotar, além de reunir evidências de validade e precisão de ambos. Tendo sido elaboradas as versões piloto da *EAFA* e *EICA*, testou-se a validade semântica das duas medidas, contando-se com a participação de 15 estudantes universitários, com o propósito de verificar se seus itens eram compreensíveis entre si (Pasquali, 2003). Tais instrumentos passaram com êxito por esta etapa.

Participantes

Para este estudo, contou-se com uma amostra de conveniência (não-probabilística) de 206 pessoas da população geral de João Pessoa (PB). Estas tinham idades entre 25 a 60 anos ($M = 32$ anos; $DP = 7,61$). A maioria se declarou do sexo feminino (60%), solteira (65%), heterossexual (94,1%) e com ensino superior completo (38,5%). Tais pessoas indicaram nível de religiosidade elevada ($M = 4,4$; $DP = 1,30$), informando-se, majoritariamente, adeptas da religião católica (53,8%).

Instrumentos

Os participantes foram requeridos a responder a um livreto composto por duas medidas explícitas (do tipo autorrelato):

Escala de Atitudes frente à Adoção (EAFA). Esta medida foi elaborada com base na literatura e leva em conta posições favoráveis e desfavoráveis em relação à adoção. Foram construídos um conjunto de 34 itens, positivos e negativos, intercalados ao longo da escala [por exemplo, *Considero interessante a possibilidade de adotar uma criança; Adotar uma criança é algo arriscado*]. Para respondê-los, o participante deve avaliar cada item em uma escala *likert* que varia de 1 (Discordo totalmente) a 7 (Concordo totalmente).

Medida de Intenção Comportamental de Adotar (EICA). Desenvolvida para atender às necessidades do presente estudo, esta medida indica o quanto as pessoas têm intenção de adotar. É composta por 5 (cinco) itens [por exemplo, *Na possibilidade de ter um filho adotivo, adotaria; Tenho metas claras de adotar um filho; Se eu pudesse optar, teria um filho adotivo*] e, para respondê-los, o participante deve avaliar cada item em uma escala *likert* que varia de 1 (Discordo totalmente) a 7 (Concordo totalmente).

Questionário sóciodemográfico. Foram solicitadas questões que têm como intuito caracterizar a amostra estudada, bem como fazer análises comparativas. Contou-se com perguntas referentes à idade, sexo, estado civil e religião.

Procedimento

Foi solicitada a aprovação do Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (Proc. CEP/CSS Nº 087/13), cujo parecer consta no Anexo B. Para facilitar a aplicação dos questionários, estes foram formulados nas

versões online e lápis e papel. Os participantes o responderam individualmente, tendo sido assegurado o caráter voluntário da participação e o anonimato das suas respostas, obedecendo às diretrizes éticas que regem as pesquisas com seres humanos da Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde. Cada participante consentiu sua participação, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Tabulação e Análise dos dados

Utilizou-se o pacote estatístico PASW (versão 18), para tabular e realizar as análises dos dados. Foram realizadas estatísticas descritivas (medidas de tendência central e dispersão, distribuição de frequência), principalmente para caracterizar os participantes do estudo. Empregaram-se, para verificar o poder discriminativo dos itens, testes *t* de *Student*. A Análise Fatorial Exploratória foi empregada a fim de compreender a estrutura fatorial das escalas, por meio do método dos eixos principais (*Principal Axis factoring*). Além disso, foi utilizado o Alfa de Cronbach, para verificar a coerência que cada item tem com os demais itens do instrumento (Pasquali, 1999).

Resultados

Neste estudo, os dados são apresentados por meio do tópico *Parâmetros psicométricos das medidas explícitas*, tendo em conta os parâmetros de validade fatorial e consistência interna das medidas específicas construídas para atender aos objetivos desta dissertação.

Parâmetros psicométricos das medidas explícitas

Nesta sessão, serão analisadas as seguintes medidas explícitas: *Escala de Atitudes Frente à Adoção* (EAFA) e a *Escala de Intenção Comportamental de Adotar* (EICA). Os parâmetros psicométricos de tais medidas serão apresentados de modo independente, a seguir.

Escala de Atitudes Frente à Adoção (EAFA)

Esta subseção é destinada a apresentar as evidências psicométricas da medida atitudinal de adoção. Os resultados serão estruturados em subtópicos, e se referem às análises estatísticas empregadas. Assim, o primeiro subtópico a ser mencionado, corresponde ao poder discriminativo dos itens.

Poder discriminativo dos itens

O poder discriminativo dos itens foi efetivado a fim de verificar se os itens da EAFA discriminaram sujeitos com pontuações próximas. Para tanto, foi adotado o critério da mediana. Assim, somou-se a pontuação total dos participantes (todos os 34 itens do instrumento), estipulando pontuações totais dos grupos-critérios inferior e superior a partir da mediana (Pasquali, 1997). Em seguida, fez-se a comparação de cada item do instrumento com as médias do grupo-critério inferior e superior, por meio do teste *t* de *Student* para amostras independentes. Os resultados encontram-se sumarizados na Tabela 3.

Em se tratando da tabela abaixo, observa-se que, com exceção do item 33 ($p < 0,177$), todos os demais itens discriminam satisfatoriamente os indivíduos com pontuações inferiores e superiores na EAFA, à medida que estes apresentaram poder

discriminativo satisfatório ($p < 0,001$), sendo que tal aspecto indica assegurar a qualidade métrica dos itens desta medida. Após cumprir com esta etapa, deu-se prosseguimento às análises, desta vez, com o objetivo de verificar a estrutura fatorial da EA.

Tabela 2. *Poder Discriminativo dos itens da EAFA*

GRUPOS CRITÉRIO							
Itens	INFERIOR		SUPERIOR		CONTRASTE		
	M	DP	M	DP	T	g.l.	p
1	4,45	1,41	6,17	0,93	-9,80	159,78	0,001*
2	4,39	1,46	3,13	1,64	5,48	180,18	0,001*
3	4,97	1,08	5,60	1,43	-3,35	169,49	0,001*
4	4,65	1,06	5,88	1,12	-7,68	182,03	0,001*
5	5,08	1,46	6,67	0,69	-9,47	131,75	0,001*
6	3,95	1,29	2,65	1,50	6,25	178,41	0,001*
7	5,66	1,12	6,21	1,28	-3,10	179,64	0,002*
8	4,87	1,27	6,43	0,90	-9,65	166,39	0,001*
9	3,65	1,34	2,80	1,82	3,55	167,31	0,001*
10	4,65	1,29	5,41	1,73	-3,41	168,34	0,001*
11	3,87	1,29	2,57	1,57	6,14	175,60	0,001*
12	2,65	1,47	1,70	1,39	4,49	182,60	0,001*
13	4,56	1,53	5,66	1,54	-4,87	182,95	0,001*
14	5,14	1,11	6,28	1,05	-7,15	182,52	0,001*
15	2,92	1,623	1,33	1,04	7,96	157,69	0,001*
16	5,27	0,91	6,45	0,76	-9,53	178,06	0,001*
17	4,42	1,39	6,33	1,00	-10,67	-10,67	0,001*
18	5,39	1,15	6,88	0,86	-8,67	170,57	0,001*
19	3,06	1,49	1,77	1,43	6,02	182,79	0,001*
20	5,23	1,34	6,40	1,04	-6,40	173,60	0,001*
21	4,25	1,29	6,35	0,95	-12,59	169,44	0,001*
22	3,05	1,25	1,78	1,18	7,08	182,60	0,001*
23	5,58	0,93	6,66	0,63	-9,37	164,12	0,001*
24	5,74	1,06	6,89	0,31	-10,00	108,01	0,001*
25	3,57	1,65	1,59	0,99	9,90	151,43	0,001*
26	5,13	1,32	6,40	0,93	-7,56	166,12	0,001*
27	5,54	1,04	5,55	1,49	-5,35	163,08	0,001*
28	5,55	1,23	6,64	0,95	-6,72	172,83	0,001*

29	3,71	1,22	2,80	1,65	4,23	167,51	0,001*
30	5,09	1,11	6,29	1,16	-7,22	182,33	0,001*
31	4,75	1,18	6,04	1,06	-7,77	181,42	0,001*
32	4,23	1,10	4,91	1,58	-3,41	162,24	0,001*
33	3,72	1,21	3,42	1,71	1,35	164,34	0,177
34	4.98	1.26	5.86	1.48	-4.34	177.55	0.001*

Nota. * Item discriminativo ($p < 0,001$).

Análise Fatorial

A fim de se verificar a estrutura fatorial da *EAFA*, empregou-se, inicialmente, o índice de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) e o Teste de Esfericidade de Bartlett. Os resultados indicaram a adequação de se utilizar uma análise fatorial exploratória, tendo em conta que as estatísticas iniciais KMO = 0,86 e Teste de Esfericidade de Bartlett, $\chi^2(561) = 3178,103$; $p < 0,001$ mostraram-se satisfatórias (Tabachnick & Fidell, 2006). Nesta direção, optou-se por realizar uma análise fatorial com o método PC (*Principal Component*), sem fixar o método de rotação e o número de fatores a se extrair. Assim, foi possível encontrar oito fatores, levando-se em conta o critério de Kaiser, isto é, valor próprio (*eigenvalue*) igual ou superior a 1, explicando 64,28% da variância total.

Não obstante, observando a figura do *Scree Plot* (ver Figura 5), admite-se uma solução com até três componentes, embora os dois primeiros sejam mais nítidos, conforme evidenciado pela forma de cotovelo que se configura a partir do terceiro fator. Deste modo, ao traçar uma linha (pontilhada), pode-se observar que os demais valores quase não se diferenciam uns dos outros, levando, assim, a considerar uma estrutura tridimensional.

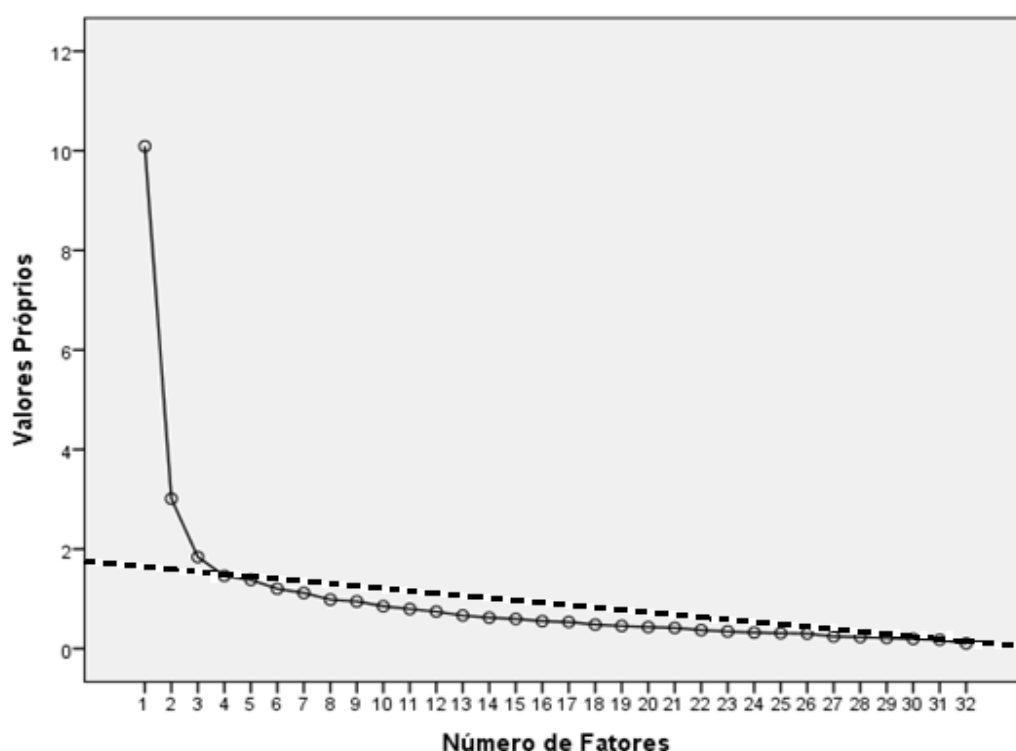


Figura 5. Representação gráfica dos Valores Próprios

Contudo, para fins de confirmação, procedeu-se à *análise paralela*, designada por critério de Horn, que compreende um procedimento mais confiável e robusto (Hayton, Allen, & Scarpello, 2004), admitindo-se os parâmetros do banco de dados original (206 participantes e 34 itens) e efetuando 1.000 simulações. Os valores próprios gerados aleatoriamente foram comparados com os obtidos na análise fatorial, confirmando a presença de três fatores; logo, parece mais adequado assumir uma estrutura trifatorial para esta medida, haja vista que os primeiros três *eigenvalues* (valores próprios) da PC foram superiores aos da AP. Tendo em conta a confiabilidade deste critério em relação aos demais, realizou-se uma nova análise, desta vez, com o método *principal axis factoring*, fixando a extração de três fatores, com rotação *varimax*. Os resultados desta análise são mostrados na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura Fatorial da *Escala de Atitudes Frente à Adoção (EAFA)*

ITEM	FATORES		
	I	II	III
17. Vejo-me como alguém capaz de adotar uma criança.	0,84*	-0,14	0,13
21. Não teria problemas em adotar uma criança caso surgisse oportunidade.	0,82*	-0,17	0,21
05. Adotaria uma criança se não pudesse ter filhos.	0,81*	-0,09	0,03
†25. Adotar uma criança é algo que penso que nunca irei fazer.	0,76*	-0,35	0,03
†01. Considero interessante a possibilidade de adotar uma criança.	0,70*	0,20	-0,20
†15. Sob nenhuma hipótese me arriscaria a ter uma criança adotada.	0,58	-0,42	-0,00
08. Não teria problemas em criar uma criança cujos pais são desconhecidos.	0,57*	-0,29	0,25
13. Adotaria uma criança independente da raça, cor, sexo ou idade.	0,57*	0,02	0,10
04. Adotar uma criança é algo que trará mais benefícios do que prejuízos para os envolvidos.	0,52*	-0,27	0,17
20. Para os pais, a realização de ter um filho é importante, independente de ser biológico ou adotivo.	0,50*	-0,19	0,24
02. Adotar uma criança é algo arriscado.	0,40*	-0,27	0,06
19. A relação que os pais estabelecem com filhos adotivos nunca será igual a dos filhos biológicos.	-0,32	0,69*	-0,04
22. Adotar uma criança é algo que trará mais riscos do que benefícios para os envolvidos.	-0,41	0,63	0,01
29. Filhos adotivos tendem a apresentar problemas de identidade.	-0,14	0,61*	-0,02
06. Crianças adotadas tendem a apresentar problemas de comportamento.	-0,21	0,65*	0,01
09. Pessoas que adotam crianças não pensam nas consequências futuras.	-0,10	0,55*	0,05
†31. As crianças criadas por pais adotivos são tão ajustadas quanto às criadas por pais biológicos.	-0,30	0,49*	-0,38
11. Preocupa-me a ideia de criar uma pessoa cuja origem é desconhecida.	-0,32	0,49*	-0,05
12. As crianças abandonadas devem ficar em orfanatos.	-0,18	0,49*	-0,16
33. A ruptura com os pais biológicos compromete o desenvolvimento da pessoa que foi adotada.	0,02	0,48*	-0,01
07. Na criação dos filhos, o afeto é mais importante que a condição de ser pai e/ou mãe adotivos.	0,05	-0,31	0,20
34. Considero o fato de ter filhos adotivos uma ação humanitária.	-0,07	0,10	0,73*
14. Considero adotar uma criança um gesto nobre.	0,11	-0,02	0,70*
23. Admiro as pessoas que adotam crianças abandonadas.	0,11	-0,32	0,66*
16. Adotar uma criança é algo positivo.	0,30	-0,30	0,64*
10. A adoção é um ato de solidariedade.	-0,04	0,17	0,60*
32. Os pais adotivos são motivados pela ajuda às crianças que precisam de um lar.	0,10	0,13	0,58*

18. Quando alguém me diz que adotou uma criança, vejo esta ação com bons olhos.	0,18	-0,46	0,50
30. A adoção deve ser uma prática encorajada.	0,22	-0,24	0,49*
24. Pai e Mãe é quem cria, independente do vínculo sanguíneo.	0,36	-0,40	0,48*
26. A adoção é um ato aprovável.	0,21	0,37	0,45*
28. As pessoas não devem fazer quaisquer distinções entre filhos biológicos e adotivos.	0,26	-0,43	0,45
27. As pessoas que têm filhos adotivos são realizadas em suas vidas.	0,38	-0,05	0,39
03. O ato de adotar possibilita a realização pessoal de quem adota.	0,11	0,00	0,35
Números de itens	10	09	08
Valor próprio	10,26	3,05	1,96
% Variância Explicada	30,20	9,0	5,80
Alfa de Cronbach	0,89	0,78	0,78

Nota. Componentes: I – Disponibilidade em adotar, II – Riscos associados à adoção e III – Aspectos humanitários da adoção. * Saturação considerada para definir o item como pertencente ao fator respectivo, $|0,40|$; †Itens recodificados.

Como se pode ver na Tabela 4, os três fatores explicam conjuntamente 45% da variância total e as cargas fatoriais variam de -0,43 a 0,84. Foi considerado como carga fatorial mínima $|0,40|$ para que o item fosse considerado como pertencente ao fator. Ademais, partindo do princípio da parcimônia, optou-se por contar com uma versão reduzida deste instrumento, considerando um número igual de itens para representar cada fator. Assim, levando em conta tais critérios, reduziu-se cada fator a sete itens, sendo que tal decisão não afetou sua precisão métrica. A solução trifatorial encontrada é descrita em detalhe, a seguir.

Componente I. Inicialmente, este fator apresentou 10 itens, no entanto, foram eliminados os itens com menores cargas fatoriais. Assim, foram retirados os itens 04, 20 e 02. Neste sentido, o primeiro fator com valor próprio igual a 10, 26 explicou 30,20% da variância total, cujas cargas fatoriais variam de 0,57 (*Não teria problemas em criar uma criança cujos pais são desconhecidos; Adotaria uma criança independente da raça, cor, sexo ou idade*) a 0,84 (*Vejo-me como alguém capaz de adotar uma criança*).

A leitura de seus itens sugere defini-lo como *Disponibilidade em adotar*. Sua consistência interna (Alpha de Cronbach; α) foi de 0,89. Assim, compreende o conteúdo dos itens que o representam.

Componente II. Este reuniu, a princípio, 09 itens, porém, obedecendo ao critério proposto, foram mantidos apenas 7 itens com maiores cargas fatoriais. Apresentou um valor próprio de 3,05, explicando 9% da variância total. Este fator englobou um conjunto dos 7 itens com cargas fatoriais de 0,49 (*As crianças criadas por pais adotivos são tão ajustadas quanto às criadas por pais biológicos; Preocupa-me a ideia de criar uma pessoa cuja origem é desconhecida; As crianças abandonadas devem ficar em orfanatos*) a 0,69 (*A relação que os pais estabelecem com filhos adotivos nunca será igual a dos filhos biológicos*), tendo apresentado um Alpha de Cronbach adequado ($\alpha = 0,78$). O conteúdo semântico dos seus itens permite denominá-lo *Riscos associados à Adoção*.

Componente III. Este último fator, denominado *Aspectos humanitários da Adoção*, possui valor próprio igual a 1,96, contribuindo com a explicação de 5,80% da variância total. Suas saturações variando de 0,49 (*A adoção deve ser uma prática encorajada*) a 0,73 (*Considero o fato de ter filhos adotivos uma ação humanitária*), correspondentes aos 7 itens preservados neste fator, tendo apresentado Alpha de Cronbach igual a 0,78 ($\alpha = 0,78$). Inicialmente, este fator compreendeu 11 itens, no entanto, um deles (item 26) foi eliminado para atender ao critério previamente adotado.

Em resumo, esses resultados parecem indicar evidências de validade fatorial e consistência interna da *Escala de Atitudes frente à Adoção*. Não obstante, reconhece-se o caráter estritamente exploratório das estatísticas empregadas. Logo, cabe conhecer em que medida a estrutura final de 21 itens (com alfa de Cronbach de 0,71) é replicada em

amostra independente. Este aspecto demanda um novo estudo, descrito a seguir, submetendo-a a Análise Fatorial Confirmatória (AFC) e explorando a possibilidade de um modelo unifatorial para fins de comparação.

Escala de Intenção Comportamental de Adotar (EICA)

Inicialmente, empregou-se uma *análise fatorial com o método dos componentes principais*, tendo em conta o conjunto de cinco itens que dizem respeito à intenção comportamental de adotar. O conjunto de itens se mostrou adequado para realizar este tipo de análise, considerando que apresentou $KMO = 0,86$ e Teste de Esfericidade de Bartlett, $\chi^2(10) = 482,602$; $p < 0,001$. Logo, realizou-se uma análise com rotação ortogonal (*varimax*), tendo, os resultados indicado a existência de apenas um fator com valor próprio superior a **1**. Com base no *scree plot* (Figura 6), e critério de Kaiser se confirma uma estrutura unifatorial, uma vez que um único elemento apresenta valor próprio igual ou superior a 1.

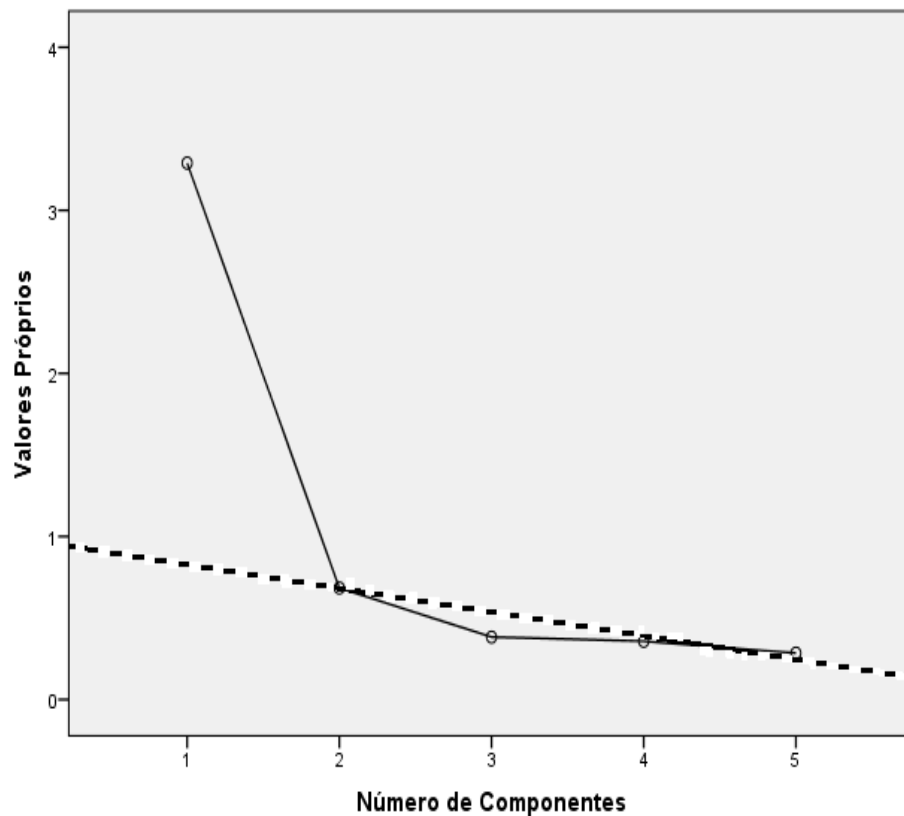


Figura 6. Gráfico dos valores próprios da Medida de Intenção Comportamental de Adotar.

O fator resultante apresentou valor próprio de 3,29, permitindo explicar 65,8% da variância total. Os principais resultados acerca da estrutura fatorial desta medida podem ser observados na Tabela 5.

Tabela 4. Estrutura Fatorial da *Escala de Intenção Comportamental de Adotar (EICA)*

ITEM	Saturação
	<i>I</i>
01. Na possibilidade de ter um filho adotivo, adotaria.	0,85*
02. Tenho metas claras de adotar um filho.	0,85*
03. Se eu pudesse optar, teria um filho adotivo.	0,84*
04. Para minha realização pessoal, adotaria um filho.	0,84*
05. Não planejo criar um filho adotivo.	0,63*
Número de itens	5
Valor próprio	3,29 %
Variância Explicada	65,8
Alfa de Cronbach	0,86

* *Nota.* Componentes: I – Intenção de Adotar. * Saturação considerada para definir o item como pertencente ao fator respectivo | 0,40.

De acordo com esta tabela, a estrutura apresentada reuniu os cinco itens da *EICA*, os quais apresentaram saturações variando de 0,63 (*Não planejo criar um filho adotivo*) a 0,85 (*Na possibilidade de ter um filho adotivo, adotaria*). Seu índice de consistência interna (Alfa de Cronbach) foi de 0,86.

Esta versão experimental da *Medida de Intenção Comportamental de Adotar (EICA)* será submetida à Análise Fatorial Confirmatória (AFC) no *Estudo 2* com a finalidade de sua comprovação por meio de equações estruturais.

Discussão Parcial

O objetivo deste estudo foi construir duas medidas explícitas de adoção que serão utilizadas no *Estudo 2*, procurando conhecer evidências de validade fatorial e consistência interna. Quanto às medidas, foram elaboradas uma medida atitudinal (*Escala de Atitudes frente à Adoção-EAFA*) e outra de intenção comportamental (*Escala de intenção de adotar-EICA*), justificando-se pelo fato de que, mesmo tendo sido

encontrados diversos instrumentos na literatura, não há um consenso quanto às medidas mais adequadas para avaliar atitudes frente à adoção geral e o comportamento de adotar. Além disso, quando os parâmetros psicométricos dos instrumentos se mostram aceitáveis, seus itens não se encontram disponíveis na literatura. Deste modo, não atendiam às necessidades do presente estudo. Sendo assim, confia-se que o objetivo deste estudo tenha sido alcançado.

Contudo, reconhece-se uma possível limitação quanto à amostra aqui estudada; isto porque os resultados obtidos acerca das atitudes frente à adoção e intenção de adotar não podem ser generalizados ou considerados representativos da população brasileira e/ou paraibana, tendo em conta que a amostra utilizada foi constituída por conveniência, não tendo sido submetida ao controle da aleatorização. Porém, este estudo não pretendeu generalizar os dados, destinando-se apenas a construir e conhecer evidências de validade e precisão de ambas as medidas. Sendo assim, seu objetivo foi cumprido.

No que se refere à análise fatorial, esta permitiu indicar que a *EAFA* é uma medida claramente trifatorial, que mede as atitudes das pessoas em relação à adoção, tendo em conta que sua fatorabilidade encontra-se dentro do que seria recomendado na literatura (Pasquali, 1999, 2003). O conjunto de seus itens explicou mais de 2/3 da variância total, e índice de consistência interna acima do ponto de corte que tem sido preconizado na literatura (0,70; Nunnally, 1991; Pasquali, 2003). Logo, pode ser empregada em pesquisas futuras.

No que diz respeito à medida de intenção de adotar, a matriz de correlação entre os itens da *EICA* mostrou-se adequadamente fatorializável (Tabachnick & Fidell, 2006), revelando um conjunto de itens satisfatórios. Sua estrutura unifatorial explicou

mais de 65% da variância total assim como seu coeficiente de consistência interna se encontram acima do limiar aceitável, podendo ser utilizada em estudos futuros.

De modo geral, parece adequado afirmar que ambas as medidas (*EAFA* e *EICA*) possuem índices psicométricos satisfatórios que poderão ser utilizadas em pesquisas que tenham, respectivamente, como foco conhecer as atitudes das pessoas frente à adoção e medir o comportamento de adotar, suprimindo carência na literatura nacional. Além disso, podem servir como ferramenta de avaliação de profissionais que trabalham com adoção, no sentido de identificar o quanto as pessoas estão abertas a esta prática e se atitudes delas influenciam o poder de decisão de quererem ou não adotar, o que pode evitar posteriores situações adversas, como por exemplo, possíveis casos de devolução de crianças adotadas. Instrumentos como estes podem ainda ser incluídos em grupos de incentivo à adoção para que se possam promover discussões sobre a favorabilidade desta prática em função das atitudes das pessoas. Assim sendo, tais dados podem ser somados ao perfil dos candidatos a futuros pais adotivos, assim como suas motivações que os levam a adotar, de modo a prepará-los para a adoção. Contudo, será realizado o *Estudo 2*, a fim de comprovar a fatorabilidade das medidas e conhecer as variáveis antecedentes e consequentes do posicionamento das pessoas frente à adoção, tal como será esclarecido a seguir.

ESTUDO 2. CORRELATOS VALORATIVOS DAS ATITUDES EXPLÍCITAS
FRENTE À ADOÇÃO

Objetivo geral e objetivos específicos

Este estudo teve como objetivo primordial conhecer os correlatos valorativos das atitudes explícitas frente à adoção. Como objetivos específicos, pretendeu-se: (1) Comprovar a estrutura fatorial da *Eafa* e da *Eica* e (2) testar um modelo explicativo da intenção de adotar, considerando como variáveis antecedentes os valores e as atitudes explícitas frente à adoção.

Delineamento e Hipóteses

Tal como no *Estudo 1*, tratou-se de um estudo correlacional, *ex post facto*. A intenção de adotar foi considerada como variável-critério, admitindo-se como variáveis antecedentes as subfunções valorativas e as atitudes explícitas frente à adoção. Levaram-se em conta hipóteses formuladas com base no marco teórico apresentado nesta dissertação.

Participantes

Participaram deste estudo 215 pessoas da população geral, com idade média de 33 anos ($DP = 7,67$), sendo a maioria do sexo feminino (51,6%). Tratou-se de uma amostra de conveniência (não probabilística), participando as pessoas que, contatadas, concordaram em participar. A maioria se declarou solteira (48,4%), heterossexual (94,1%), com ensino superior incompleto (57,8%). Expressiva quantidade de participantes (92, 8%) disse ter, pelo menos, um filho biológico, tendo a maioria indicado não haver casos de adoção na família (51,2%).

Instrumentos

Os participantes foram requeridos a responder a um livreto composto por quatro medidas explícitas, além de fornecer informações sociodemográficas:

Escala de Atitudes frente à Adoção (EAFA). Esta medida foi elaborada e validada no *Estudo 1*. A versão final deste instrumento é composta por 21 itens positivos e negativos relativos à adoção [por exemplo, *Considero interessante a possibilidade de adotar uma criança; Adotar uma criança é algo arriscado*], que devem ser respondidos em uma escala *likert* que varia de 1 (Discordo totalmente) a 7 (Concordo totalmente). O conjunto de itens consistem em saber o posicionamento do participante, se favorável ou não favorável, frente à adoção.

Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (EDSMC). Desenvolvida na língua inglesa por Crowne e Marlowe (1960) e validada para o contexto brasileiro por Gouveia et al. (2009), expressa condutas que podem indicar uma necessidade de aprovação por parte dos outros, contendo 33 itens retirados de escalas de personalidade [por exemplo, *Se pudesse entrar em um cinema sem pagar e ter certeza de que não seria visto(a), provavelmente eu o faria; Sou sempre cuidadoso(a) com meu jeito de vestir*]. Para respondê-los, o participante deve assinalar *verdadeiro* (1) ou *falso* (0), segundo descreve seu comportamento cotidiano.

Questionário dos Valores Básicos (QVB). Este instrumento foi elaborado por Gouveia (1998, 2003) e é composto por 18 itens (valores básicos). Os participantes são solicitados a avaliar cada item em uma escala *likert* que varia de 0 (*Sem importância alguma*) a 7 (*De suprema importância*), considerando a importância, de cada valor, como princípio-guia para suas vidas. Os itens são distribuídos igualmente em seis subfunções: *interativa* (afetividade, apoio social e convivência) e *normativa*

(obediência, religiosidade e tradição), *existência* (estabilidade pessoal, saúde e sobrevivência) e *suprapessoal* (beleza, conhecimento e maturidade), e *experimentação* (emoção, prazer e sexualidade) e *realização* (êxito, poder e prestígio).

Medida de Intenção Comportamental de Adotar (EICA). Este instrumento mede o quanto as pessoas estão dispostas para adotar. É composta por 5 (cinco) itens [por exemplo, *[Na possibilidade de ter um filho adotivo, adotaria; Tenho metas claras de adotar um filho; Se eu pudesse optar, teria um filho adotivo]* e, para respondê-los, o participante deve avaliar cada item em uma escala *likert* que varia de 1 (Discordo totalmente) a 7 (Concordo totalmente).

Questionário sociodemográfico. Foram solicitadas questões que têm como intuito caracterizar a amostra estudada, bem como fazer análises comparativas. Constou-se de perguntas referentes à idade, sexo, orientação sexual, estado civil e religião.

Procedimento

Assim como no *Estudo 1*, a realização da coleta de dados deu-se por meio de um questionário na versão online e lápis e papel. As pessoas que concordaram responder a pesquisa preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os questionários foram respondidos individualmente, tendo sido assegurado o caráter voluntário da participação dos respondentes, assim como o anonimato das suas respostas, seguindo os critérios das diretrizes éticas sobre pesquisas com seres humanos.

Tabulação e Análise dos dados

A tabulação dos dados, assim como as análises subsequentes foram empregadas por meio do *PASW* e do *AMOS*, ambos em sua versão 18. O primeiro permitiu calcular

estatísticas descritivas (média, desvio padrão), além de correlações de Pearson e Regressão Linear entre os construtos estudados. Por meio do AMOS, empregou-se a análise Fatorial confirmatória da *EAFA* e da *EICA*, considerando-se a matriz de covariância e adotando o estimador ML (*Máxima Verossimilhança*); e uma *path analysis* (*análise de caminhos*) foi empregada para testar o modelo teórico de predição da intenção de adotar. Alguns dos principais indicadores de qualidade de ajuste do modelo serão expostos a seguir. As análises por equações estruturais (análise fatorial confirmatória e análise de caminhos) oferecem alguns indicadores de ajuste do modelo teórico aos dados empíricos (Byrne, 1989, 2001; Joreskog & Sörbom, 1989; Tabachnick & Fidell, 2006), sendo os seguintes mais amplamente considerados e, por isso, aqui tidos em conta:

- 1) o χ^2 (*qui-quadrado*): testa a probabilidade de o modelo teórico se ajustar aos dados; quanto maior este valor, pior o ajustamento. Este, por ser sensível ao tamanho da amostra (amostras grandes, isto é, $n > 200$), deve ser interpretado com alguma reserva, valendo-se de sua razão em relação aos graus de liberdade ($\chi^2/g.l.$). Neste caso, valores entre 2 e 3 indicam um ajustamento adequado, sendo considerado aceitável um valor até 5;
- 2) o *Goodness-of-Fit Index* (*GFI*) e o *Adjusted Goodness-of-Fit Index* (*AGFI*), variam de 0 a 1, com valores na casa dos 0,90 ou superiores, indicando um ajustamento satisfatório;
- 3) o *Comparative Fit Index* (*CFI*), que é um índice comparativo, adicional, de ajuste ao modelo, com valores mais próximos de 1, indicando melhor ajuste; aceitam-se valores de 0,90 ou superiores como expressando um modelo ajustado; e

- 4) o *Root-Mean-Square Error of Approximation* (RMSEA), com seu intervalo de confiança de 90% (IC90%), avalia o quanto o modelo permite explicar os dados, levando em conta os residuais; um valor próximo à zero significa que o modelo se ajusta aos dados, pois os residuais correspondentes se apresentam mais próximos deste valor. Portanto, é um indicador de “maldade” de ajuste, isto é, valores altos indicam um modelo não ajustado; sugere-se que o RMSEA situe entre 0,05 e 0,08, aceitando-se valores de até 0,10.
- 5) o *Expected Cross-Validation Index* (ECVI) e o *Consistent Akaike Information Criterion* (CAIC); os valores de ECVI e CAIC mais baixos indicam melhor ajuste do modelo analisado.

Resultados

Neste estudo, os dados são apresentados em duas subseções principais: (1) *Testagem da comprovação da estrutura da EAFA e da EICA*; e (2) *Elaboração de um Modelo Explicativo da Intenção de adotar*. Na primeira subseção, será avaliada a estrutura fatorial de ambas as medidas. Em se tratando da segunda subseção, procurou-se testar o modelo explicativo da intenção de adotar, considerando como variáveis antecedentes os valores e as atitudes frente à adoção. A seguir, os resultados serão descritos separadamente, levando em conta as subseções propostas.

Comprovação da Estrutura Fatorial da EAFA

Tal como anteriormente mencionado, decidiu-se testar a comprovação da estrutura da EAFA, segundo a versão proposta no *Estudo 1*, composta por 21 itens.

Logo, os 21 itens utilizados para esta versão em particular foram submetidos a uma análise fatorial confirmatória (CFA); neste caso, considerou-se a matriz de covariância, adotando-se o estimador *ML*.

Observou-se que os indicadores de ajuste deste modelo revelaram uma solução satisfatória: $\chi^2 (186) = 456,094$; $p < 0,001$; $\chi^2/\text{gl} = 2,45$, $GFI = 0,83$, $AGFI = 0,79$, $CFI = 0,80$ e $RMSEA = 0,08$ ($IC90\% = 0,073 - 0,092$). Todos os itens da Escala de Atitudes frente à Adoção apresentaram pesos fatoriais (*Lambdas* – λ) estatisticamente diferentes de zero ($\lambda \neq 0$; $t > 1,96$, $p < 0,05$). Portanto, parecem existir evidências de validade fatorial dessa medida. Contudo, esses resultados sugerem, para fins de comparação, que se explore a possibilidade de um modelo unifatorial para a *EAFA*. Para este segundo modelo, fixaram-se os 21 itens com cargas fatoriais satisfatórias, contudo, com esta estrutura o instrumento apresentou matriz positiva não definida.

Assim sendo, parece ficar evidente que sua estrutura trifatorial representa a melhor alternativa. Este é um modelo adequado, tendo apresentado uma Confiabilidade Composta (*CC*) de 0,86, um indicador de precisão, o qual, segundo Gouveia (2012) e Hair et al. (2009), é considerado adequado com valores iguais ou superiores a 0,70. Além disso, o instrumento apresenta consistência interna (alpha de *Cronbach* $\alpha = 0,76$). Neste sentido, esta versão com 21 itens é levada em conta para compor a pontuação total das Atitudes frente à adoção, definida pelo somatório dos sete itens que compõem cada um dos fatores nessa medida. Na Figura 7, a seguir, apresenta-se o diagrama da Análise Fatorial Confirmatória da *Escala de Atitudes frente à Adoção* (EAFA).

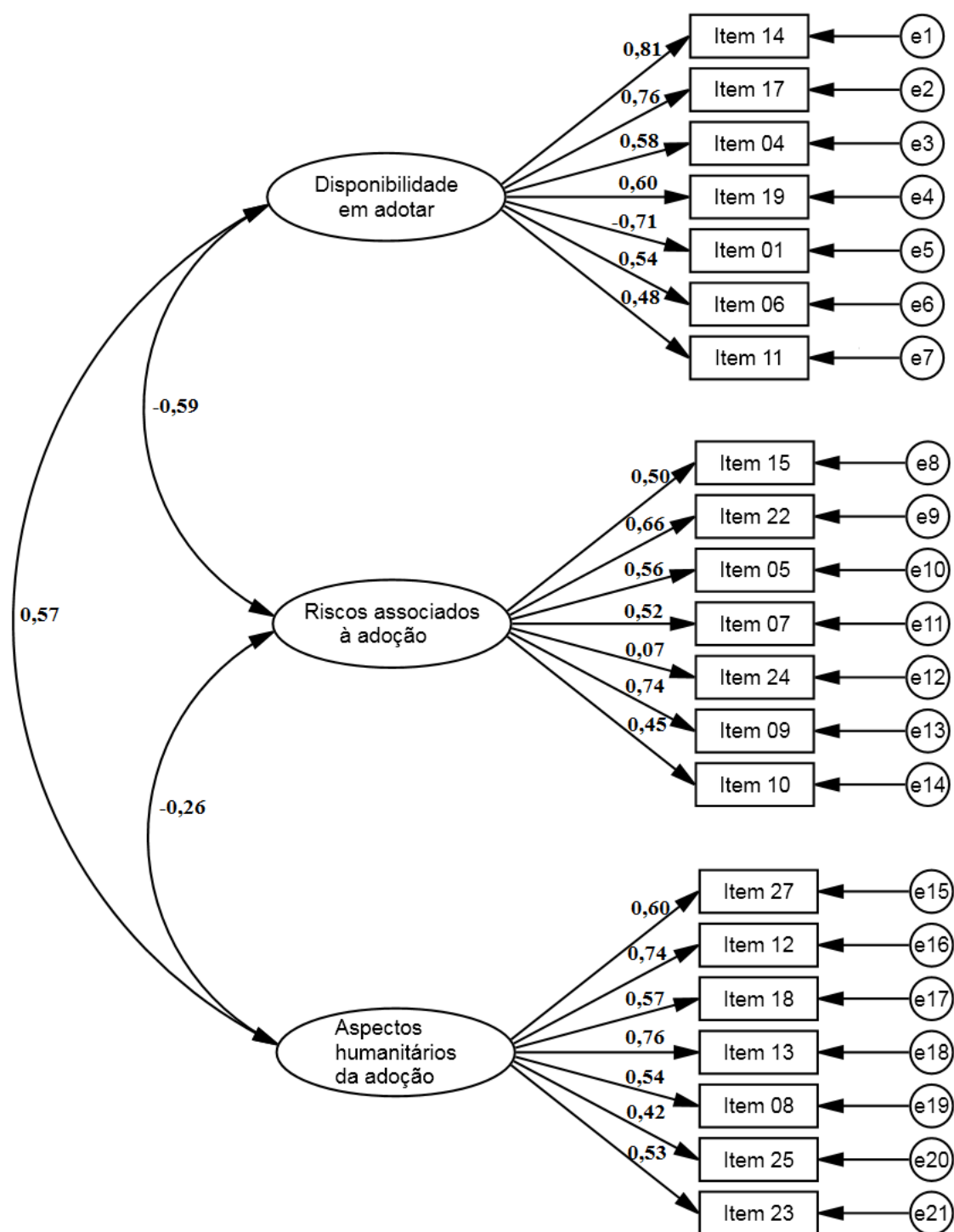


Figura 7. Modelo de equação estrutural da EAFA com 3 fatores.

Os resultados reúnem provas satisfatórias, partindo de análises estatísticas confirmatórias sobre a estrutura fatorial e consistência interna da medida de atitudes diante da adoção. Portanto, a EAFA se revelou trifatorial com índice de consistência interna aceitável.

Estrutura Fatorial da Escala de Intenção Comportamental de Adotar (EICA)

Após levar a cabo as análises referentes à EAFA, realizou-se a análise fatorial confirmatória da *Escala de Intenção Comportamental de Adotar*. De acordo com os resultados da *SEM* (*Structural Equation Modeling*), observaram-se os seguintes índices de ajuste: $\chi^2 (297) = 6,099$; $p < 0,001$; $\chi^2/\text{gl} = 1,22$, $GFI = 0,98$, $AGFI = 0,96$, $CFI = 0,99$ e $RMSEA = 0,32$ ($IC90\% = 0,000 - 0,104$), que se encontram sumarizados na Figura 8.

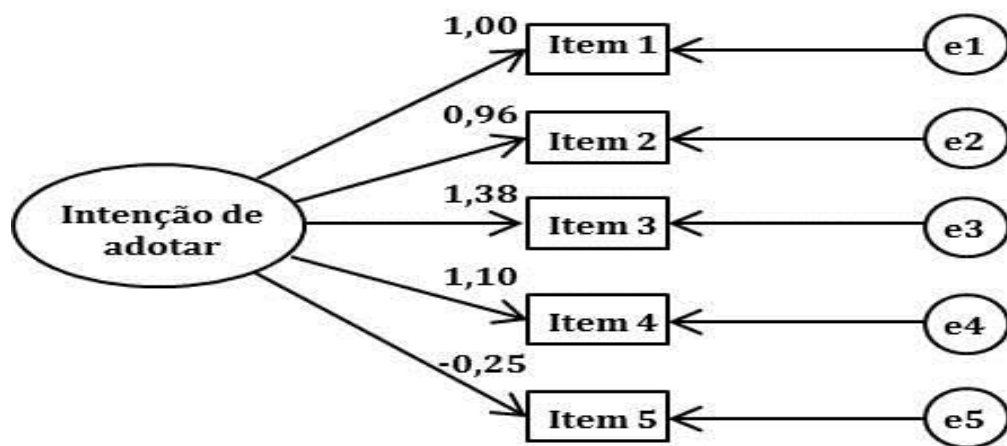


Figura 8. Estrutura fatorial da Escala de Intenção Comportamental de Adotar (EICA)

Como é possível observar na Figura 8, os pesos fatoriais (*Lambdas* – λ) são todos positivos e estatisticamente diferentes de zero ($\lambda \neq 0$; $t > 1,96$, $p < 0,05$). Os índices de ajuste são considerados satisfatórios para admitir apoio para uma estrutura unifatorial da medida de atitudes frente à adoção. Logo, este instrumento pode ser adequadamente utilizado em estudos futuros.

Variáveis Explicativas da Intenção de Adotar

- Valores humanos e atitudes explícitas frente à adoção: Relação entre as medidas

Nesta seção, serão apresentados os resultados referentes aos correlatos valorativos das atitudes explícitas frente à adoção. Deste modo, com o objetivo de conhecer a relação entre os valores humanos e as atitudes frente à adoção, a fim de testar as hipóteses do estudo, foram calculadas correlações de Pearson (r) entre os fatores da *EAFA*, assim como da sua pontuação total com as subfunções valorativas do *QVB*. O teste foi definido como sendo uni-caudal, considerando que as hipóteses previam um direcionamento do coeficiente de correlação. Porém, antes de apresentar tais resultados, cabe fazer um resgate das hipóteses previamente formuladas nesta dissertação. São elas:

Hipótese 1. As pontuações na subfunção *suprapessoal* se correlacionarão positivamente com aquelas em atitudes favoráveis frente à adoção.

Hipótese 2. As pontuações na subfunção *interativa* se correlacionarão positivamente com aquelas em atitudes favoráveis frente à adoção.

Hipótese 3. As pontuações na subfunção *experimentação* se correlacionarão positivamente com aquelas em atitudes favoráveis frente à adoção.

Hipótese 4. As pontuações na subfunção *normativa* se correlacionarão negativamente com aquelas em atitudes favoráveis frente à adoção.

Levando em conta as hipóteses acima, foram verificados os correlatos valorativos das atitudes explícitas frente à adoção, os quais podem ser observados na Tabela 6. Nesta tabela também podem ser visualizadas as demais correlações entre as subfunções valorativas e as atitudes frente à adoção. Cabe destacar que os resultados relativos a cada uma das hipóteses em questão serão dados em tópicos específicos.

Tabela 5. Correlações entre as Atitudes Frente à Adoção e os valores humanos

	1	2	3	4	5	6
AFA	0,14*	-0,03	0,34**	0,10	0,19**	0,11
<i>Disponibilidade em adotar</i>	0,11	0,02	0,16*	0,50	0,16*	0,16*
<i>Riscos Associados à Adoção</i>	0,01	-0,18**	0,09	-0,17*	0,11	0,14
<i>Aspectos Humanitários da Adoção</i>	0,12	0,09	0,38**	0,22*	0,10	0,11

Nota. * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$ (teste uni-caudal); **AFA** = Atitudes Frente à Adoção. **1** = Interativa, **2** = Normativa, **3** = Suprapessoal, **4** = Existência, **5** = Experimentação e **6** = Realização.

Em seguida, novo teste de correlação foi executado, dessa vez, com o controle da desejabilidade social. A Tabela 6, a seguir, mostra o valor da correlação parcial entre

os três fatores da escala de atitudes e as subfunções valorativas, controlando a desejabilidade social.

Como pode ser observado, quando controlada a desejabilidade social, os valores estatísticos obtidos entre as atitudes e as subfunções valorativas se alteram, substancialmente, no que diz respeito às correlações entre os três fatores da escala de atitudes (*Disponibilidade em adotar*, *Riscos associados à adoção* e *Aspectos humanitários da adoção*) e as subfunções valorativas. Deste modo, serão considerados os dados com o controle desta variável. As correlações com o controle do efeito da desejabilidade social podem ser visualizadas na Tabela 6, a seguir.

Tabela 6. Correlações com o controle da Desejabilidade Social

	1	2	3	4	5	6
AFA	0,15**	-0,04	0,35*	0,11	0,23*	0,10
<i>Disponibilidade em adotar</i>	0,15**	0,01	0,20**	0,10	0,23*	0,14**
<i>Riscos Associados à Adoção</i>	0,08	-0,19**	0,18**	-0,95	0,16**	-0,15
<i>Aspectos Humanitários da Adoção</i>	0,10	0,08	0,38**	0,25**	0,13**	0,11

Nota. *p < 0,05; **p < 0,01 (teste uni-caudal); **AFA** = Atitudes Frente à Adoção. **1** = Interativa, **2** = Normativa, **3** = Suprapessoal, **4** = Existência, **5** = Experimentação e **6** = Realização

A hipótese 1 previa que os participantes que pontuassem mais alto na subfunção *suprapessoal* apresentariam pontuações altas em *Atitudes favoráveis frente à adoção*

(correlação positiva). Como esperado, de acordo com a tabela, esta hipótese foi confirmada ($r = 0,38$; $p < 0,01$).

No tocante à *hipótese 2*, os participantes que pontuassem alto na subfunção *interativa* obteriam maiores pontuações em *Atitudes favoráveis frente à adoção*. Isto pôde ser constatado ($r = 0,15$; $p < 0,01$), o que confirma a referida hipótese.

Relativo à *hipótese 3*, afirmava-se que as pontuações altas na subfunção *experimentação* estariam correlacionadas positivamente com aquelas em *Atitudes favoráveis frente à adoção*. Como é possível observar na tabela anteriormente apresentada, esta hipótese foi comprovada ($r = 0,23$; $p < 0,05$).

A *hipótese 4* indicou que seria esperada uma correlação negativa entre as pontuações na subfunção *normativa* com aquelas em *Atitudes favoráveis frente à adoção*, mas esta hipótese não foi confirmada.

Assim, os resultados encontrados fundamentam a noção de que as subfunções *suprapessoal* ($r = 0,35$; $p < 0,05$), de *experimentação* ($r = 0,23$; $p < 0,05$), e *interativa* ($r = 0,15$; $p < 0,01$) são subjacentes às atitudes frente à adoção (pontuação total da *EAFa*). Estes dados serão levados em conta na elaboração de um modelo explicativo da intenção de adotar, que será descrito no tópico seguinte.

Não obstante, antes de detalhá-lo, procurou-se, neste momento, testar a *hipótese 6*, que previa que as atitudes frente à adoção iriam predizer a intenção de Adotar. Com este objetivo, recorreu-se à *EICA* (medida desenvolvida no *Estudo 1*) para realizar uma regressão linear simples. O resultado desta análise mostrou que as atitudes frente à adoção (pontuação geral) explicam 20% (R^2) da intenção de adotar [$F(1, 186) = 46,714$; $p < 0,001$]; isto é, quanto mais apresentam atitudes favoráveis frente à adoção,

mais provável de os indivíduos terem intenção de adotar ($\beta = 0,44$; $t = 6,83$, $p < 0,001$), confirmando, assim, a hipótese em questão.

Testagem do Modelo Explicativo da Intenção de Adotar

Por meio das hipóteses anteriormente testadas, foi possível estruturar um modelo teórico da intenção de adotar, envolvendo os valores humanos e as atitudes frente à adoção, coerente com a *hipótese 7*: os valores explicarão as atitudes frente à adoção, que, por sua vez, predirão a intenção de adotar.

Os resultados da análise de modelagem por equações estruturais indicou que os índices de bondade de ajuste do modelo são aceitáveis: $\chi^2/\text{gl} = 2,40$, $GFI = 0,99$, $AGFI = 0,98$, $CFI = 1,00$, $RMR = 0,02$ e $RMSEA = 0,00$ ($0,06 - 0,00$); $PCLOSE$ ($p = 0,92$). Cabe destacar que todos os índices são considerados satisfatórios e as saturações (*Lambdas* – λ) diferiram estatisticamente de zero ($\lambda \neq 0$; $t > 1,96$, $p < 0,05$). A seguir, encontra-se a ilustração do modelo, na Figura 9.

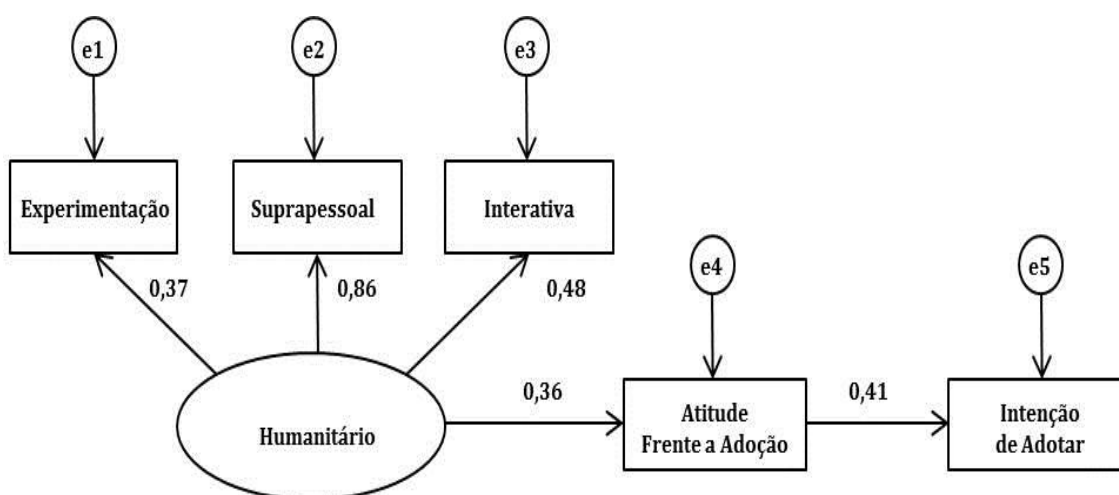


Figura 9. Modelo teórico para explicação das atitudes frente à adoção e intenção de adotar.

Em resumo, todas as hipóteses do estudo foram testadas. Com exceção da hipótese 4, que se refere à explicação das *Atitudes desfavoráveis frente à adoção* em função dos valores normativos, as demais foram confirmadas. Assim, observou-se que as subfunções *experimentação*, *suprapessoal* e *interativa*, que correspondem aos valores do tipo motivador humanitário, se correlacionaram com as atitudes frente à adoção, e estas, por sua vez, permitem explicar a intenção de adotar.

Discussão parcial

Como anteriormente mencionado, procurou-se testar as hipóteses previamente elaboradas neste estudo. Deste modo, dedicou-se a conhecer as relações entre as variáveis estudadas, procurando-se, ainda, elaborar um modelo explicativo da intenção de adotar, envolvendo as subfunções valorativas e as atitudes explícitas frente à adoção.

Diante dos resultados obtidos em função das análises de correlação e regressão entre *valores humanos*, *atitudes frente à adoção* e *intenção de adotar*, as associações e predição entre tais variáveis forneceram subsídios para a elaboração de um modelo explicativo. O conjunto dos dados oferece evidências empíricas para a composição deste modelo teórico explicado por meio dos valores humanos com o tipo de motivador humanitário (de *experimentação*, *suprapessoais* e *interativos*); e as atitudes frente à adoção que, por sua vez, predizem a intenção de adotar.

Este modelo foi preliminarmente testado, na presente dissertação, por meio de *SEM (Modelagem por Equações Estruturais)*, mais especificamente, realizando análises de caminhos (*path analysis*). Quanto aos achados, demandam-se estudos futuros, testando este modelo em amostras mais amplas e diversificadas.

De maneira geral, levando em conta os resultados das correlações obtidas neste estudo, fica evidenciado que as atitudes explícitas frente à adoção apresentaram correlação direta com os valores de *experimentação*, *suprapessoais* e *interativos*. Deste modo, é possível observar coerência entre os resultados obtidos e o modelo teórico proposto (Gouveia et al., 2008), considerando que as pessoas guiadas por valores com o tipo de motivador *humanitário* (suprapessoais, experimentação, interativos) tendem a ter uma visão mais ampla e madura da vida, estando abertas a possibilidades e mudanças, como se espera daquelas que expressam atitudes mais favoráveis frente à adoção e se dispõem a adotar.

Em resumo, o modelo teórico proposto neste estudo mostra-se viável para explicar a intenção de adotar, o qual encontra-se vinculado às variáveis valores *suprapessoais*, *interativos* e de *experimentação* e atitudes explícitas frente à adoção. Logo, os objetivos deste estudo também foram cumpridos, obtendo-se os correlatos valorativos das atitudes explícitas frente à adoção e propondo um modelo explicativo da intenção de adotar, por meio dos valores e das atitudes explícitas frente à adoção.

ESTUDO 3. CORRELATOS VALORATIVOS DAS ATITUDES IMPLÍCITAS
FRENTE À ADOÇÃO

Objetivo geral e objetivos específicos

Tal como os estudos anteriores, este Estudo 3 possui ênfase psicometrista e tem como objetivo geral conhecer os correlatos valorativos das atitudes implícitas frente à adoção. Especificamente, busca-se: (1) construir uma medida implícita para avaliar as atitudes frente à adoção (IAT-Adoção) na sua versão online, procurando verificar sua adequabilidade; e (2) elaborar um modelo teórico da intenção de adotar, por meio das variáveis antecedentes *valores e atitudes implícitas frente à adoção*.

Delineamento e Hipóteses

Trata-se de um delineamento quase experimental, *ex post facto*, e compreende uma pesquisa online. Neste estudo, serão levadas em conta as hipóteses formuladas previamente nesta dissertação, as quais também são comuns ao Estudo 2. Neste momento, cabe aqui lembrá-las.

Hipótese 1. As pontuações na subfunção *suprapessoal* se correlacionarão positivamente com aquelas em atitudes favoráveis frente à adoção.

Hipótese 2. As pontuações na subfunção *interativa* se correlacionarão positivamente com aquelas em atitudes favoráveis frente à adoção.

Hipótese 3. As pontuações na subfunção *experimentação* se correlacionarão positivamente com aquelas em atitudes favoráveis frente à adoção.

Hipótese 4. As pontuações na subfunção *normativa* se correlacionarão negativamente com aquelas em atitudes favoráveis frente à adoção.

Hipótese 5. As atitudes frente à adoção irão prever o comportamento de adotar.

Hipótese 6. Os valores explicarão as atitudes frente à adoção e estas, por sua vez, predirão a intenção de adotar.

Participantes

Neste estudo, contou-se com uma amostra de conveniência (não-probabilística) composta por 50 pessoas da população geral da cidade de João Pessoa, sendo a maioria do sexo feminino (54,9%), com idade média de 29,55 anos ($DP = 6,49$), solteira (56,9%) e católica (64,7%). O nível médio de religiosidade dos participantes foi de $M = 3,51$ ($DP = 1,22$), tendo sido avaliado em uma escala que varia de 0 a 7 pontos.

Instrumentos

Os participantes foram requeridos a responder as seguintes medidas implícitas e explícitas:

- **Medidas implícitas**

Teste de Associação Implícita-Adoção (IAT-Adoção) na versão online. Este instrumento foi elaborado por meio do free-IAT e leva em conta adjetivos bipolares (positivos e negativos).

Em se tratando das instruções do teste, aos participantes são apresentadas palavras-estímulo situadas no centro da tela do computador, bem como duas chaves de resposta que se encontram à sua disposição, quais sejam: a chave da esquerda (tecla E) e chave da direita (tecla I). Em seguida, os respondentes são instruídos a associarem as palavras bipolares “adotar” e “não adotar” (o mais rápido quanto possível, buscando não cometer erros), com as categorias da esquerda ou da direita (*importante* e *não importante*). Assim, no bloco 1, é feito o primeiro emparelhamento entre as categorias e às palavras (adotar ou não adotar). Por exemplo, *importante+adotar* ao lado esquerdo

da tela, e *não importante*+ *não adotar* ao lado direito. No bloco 2, o participante deve pressionar a tecla E quando o sinônimo da palavra importante (por exemplo, *fundamental*) aparecer no centro da tela ou alguma palavra associada à *adotar* (por exemplo, *adotado*). Paralelamente, os participantes deveriam pressionar a tecla I (chave da direita) quando aparecesse no centro da tela uma palavra sinônimo da categoria *não importante* (por exemplo, *inútil*) ou alguma palavra associada à *não adotar* (por exemplo, *biológico*). Cabe destacar que foram consideradas quatro palavras para a categoria adotar (e.g., *adoção*, *adotar*, *adotado* e *adotivo*) e quatro palavras associadas a categoria não adotar (e.g., não adotar, biológico, consanguíneo e genética. Esta mesma tarefa foi continuada no bloco 3. Nos blocos 4 e 5, por sua vez, o emparelhamento entre as categorias é invertido. No caso do exemplo acima, agora seria a categoria *importante* a ficar isolada ao lado esquerdo, e a categoria *não importante* seria emparelhada à palavra associada à adoção. Deste modo, os participantes deveriam pressionar a tecla E para os sinônimos da categoria *importante* ou palavras relacionadas a *não adotar*, e pressionar a tecla I para os sinônimos da categoria *não importante* ou palavras associadas a *adotar*. Ao final de cada teste, o participante recebeu um feedback acerca de seu desempenho no teste; isto é, o programa apresentava automaticamente um valor referente ao escore D do participante, juntamente com uma explicação de qual a força (forte, moderada ou fraca) e qual a direção (positiva ou negativa) da associação.

- **Medidas explícitas**

No que se refere às mensurações do tipo explícitas, foram utilizados os mesmos instrumentos do Estudo 2, quais sejam: *Questionário dos Valores Básicos-QVB*

(Gouveia, 2003) e *Escala de Intenção Comportamental de Adotar*, além dos dados sociodemográficos (idade, sexo, estado civil, religião e nível de religiosidade).

Procedimento

A presente pesquisa se deu, exclusivamente, na sua versão online. Contou-se com as redes sociais para fins de divulgação. O participante deveria acessar o link referente à pesquisa, marcar sua concordância em participar do estudo, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e seguir as instruções indicadas. Os respondentes levaram cerca de 20 minutos para responderem as tarefas (implícita e explícita).

Tabulação e Análise dos dados

Para tabulação e análise de dados, utilizou-se o pacote estatístico *PASW* (*Predictive Analytics Software*; versão 18). Além das estatísticas descritivas (medidas de dispersão e tendência central, frequência), bivariadas (correlação). No cálculo da associação implícita, duas fórmulas foram utilizadas: (1) *escore D*; (2) *escore convencional* (Greenwald et al., 1998; Greenwald et al., 2010), além do cálculo dos lados *Congruente* e *Incongruente*. Para testar o modelo explicativo da intenção de adotar foi utilizado o *AMOS*.

Resultados

Estatísticas Descritivas

A tabela abaixo apresenta as estatísticas descritivas relativas ao Teste de Associação Implícita-Adoção (IAT- Adoção), tendo em conta os cálculos da latência de resposta (tempo de reação) dos sujeitos no lado A (bloco congruente) e lado B (bloco

incongruente), assim como do escore D e escore C. Como pode ser observado, no que se refere ao bloco congruente, este apresentou uma média de latência de resposta de 999,43 ($DP = 416,09$), enquanto no bloco incongruente essa média foi de 1383,44 ($DP = 556,34$). Em se tratando do escore C (força relativa às associações no IAT-Adoção), este apresentou valor médio de 384,01 ($DP = 393,88$). O escore D, por sua vez, obteve média de 0,63 ($DP = 0,541$), variando de -0,95 (escore mínimo) a 1,44 (escore máximo), permitindo sugerir que os participantes apresentaram atitudes implícitas positivas frente à adoção, tendo sido estas com intensidade média de fraca a moderada.

Tabela 7. Estatísticas descritivas do Teste de Associação Implícita – Adoção

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
Congruente	999,43	416,09	305,70	2101,77
Incongruente	1383,44	556,34	317,45	2654,70
Escore C	384,01	393,88	-691,92	1047,03
Escore D	0,63	0,541	-,95	1,48

Nota. *M* = Média; *DP* = Desvio padrão.

Correlações entre os valores, atitudes implícitas e intenção de adotar

Com o objetivo de testar as hipóteses do estudo a posteriori (estas são exploradas detalhadamente no tópico *verificação das hipóteses*), buscou-se conhecer se há relação entre a medida implícita (TAI; Teste de Associação Implícita – Adoção), por meio dos escores C e escore D, dos blocos *Congruente* e *Incongruente* (lado A e B); e as medidas explícitas (Questionário de Valores Básicos e Escala de Intenção Comportamental de Adotar), por meio de análises de correlação de *Pearson*. Tais resultados são apresentados na tabela.

Tabela 8. Correlação entre valores, Teste de Associação Implícita – Adoção e Medida de Intenção de Adotar (EICA)

	1	2	3	4	5	6	EICA
<i>Congruente</i>	-0,21	-0,04	-0,12	0,20	-0,07	-0,06	0,27
<i>Incongruente</i>	-0,33*	-0,31*	-0,26	0,08	-0,01	-0,14	0,32*
<i>Escore C</i>	-0,24	-0,39**	-0,24	-0,10	0,06	-0,13	0,26
<i>Escore D</i>	-0,19	-0,32*	-0,13	-0,05	0,12	-0,11	0,26

Nota. * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$ (teste uni-caudal); 1 = Experimentação, 2 = Realização, 3 = Suprapessoal, 4 = Existência, 5 = Interativo, 6 = Normativo; EICA = Intenção de Adotar.

Inicialmente, é levada em conta a relação entre o lado congruente e incongruente da medida implícita e o Questionário de Valores Básicos (QVB). Tal como se pode observar na Tabela 10, foram encontradas correlações entre o lado Incongruente e as subfunções valorativas de *experimentação* ($r = -0,33$; $p < 0,05$) e *realização* ($r = -0,31$; $p < 0,05$) do QVB. Por outro lado, com o lado Congruente, não foi observada nenhuma correlação estatisticamente significativa.

Ainda de acordo com os resultados apresentados, foi constatada relação entre o escore C ($r = -0,39$; $p < 0,01$) e o escore D ($r = -0,32$; $p < 0,05$) da medida implícita e a subfunção valorativa de *realização*, tendo sido esta correlação significativa e negativa.

Além disso, verifica-se correlação estatisticamente significativa e direta entre o lado Incongruente da medida implícita e a Escala de Intenção Comportamental de

Adotar ($r = 0,32$; $p < 0,01$). Em se tratando do lado Congruente, não foi observada nenhuma correlação estatisticamente significativa com esta medida. Os resultados indicados são tratados no tópico a seguir e servem como critério para a testagem das hipóteses do estudo.

Verificação das hipóteses

Optou-se por dedicar este tópico para melhor testar as hipóteses do presente estudo. Logo, este será dividido em subtópicos de acordo com as hipóteses tidas em conta na presente dissertação. Assim, apresentam-se os resultados específicos para cada uma das hipóteses abaixo descritas.

Hipótese 1. As pontuações na subfunção *suprapessoal* se correlacionarão positivamente com aquelas em atitudes favoráveis frente à adoção.

Hipótese 2. As pontuações na subfunção *interativa* se correlacionarão positivamente com aquelas em atitudes favoráveis frente à adoção.

Hipótese 3. As pontuações na subfunção *experimentação* se correlacionarão positivamente com aquelas em atitudes favoráveis frente à adoção.

Pelo fato de as subfunções valorativas (*suprapessoal*, *interativa* e *experimentação*) pertencerem ao tipo de motivador humanitário, as *hipóteses 1, 2 e 3* são analisadas conjuntamente. De acordo com as hipóteses em questão, era esperado que quanto mais as pessoas pontuassem no motivador humanitário, mais apresentavam atitudes (implícitas) favoráveis frente à adoção, mas nenhuma destas hipóteses foi confirmada. Tal como observado na tabela, apenas foram encontradas correlações significativas e inversas entre o bloco Incongruente (lado B) da medida implícita e as

subfunções valorativas de *experimentação* ($r = -0,33$; $p < 0,05$), indicando que quanto mais as pessoas priorizam valores de *experimentação* menos pontuam em atitudes (implícitas) positivas frente à adoção. Além disso, contrariando as *hipóteses 1 e 2*, não foi encontrada nenhuma correlação estatisticamente significativa entre a medida implícita (escore C e escore D, e bloco congruente) e as subfunções *suprapessoal* e *interativa*.

Logo, estes resultados são contrários àqueles obtidos por meio das medidas explícitas (QVB e EAFA) utilizadas no Estudo 2. Em se tratando da amostra estudada e da medida aqui empregada, as atitudes (implícitas) frente à adoção são explicadas por valores com o tipo de orientação pessoal. Isto porque, como indicado no tópico anterior, há relação estatisticamente significativa entre o escore C ($r = -0,39$; $p < 0,01$), o escore D ($r = -0,32$; $p < 0,05$) e o bloco Incongruente da medida implícita e a subfunção valorativa de *realização* do QVB, permitindo sugerir que quanto mais as pessoas pontuam em valores pessoais menos pontuam em atitudes (implícitas) favoráveis frente à adoção.

Hipótese 4. As pontuações na subfunção *normativa* se correlacionarão negativamente com aquelas em atitudes favoráveis frente à adoção.

A hipótese acima previa que as pontuações na subfunção *normativa* se correlacionariam inversamente com a medida implícita de adoção. Contudo, esta hipótese não foi corroborada, visto que não foi observada nenhuma correlação entre esta subfunção e a medida implícita (por meio do escore C e escore D; lados *congruente* e *incongruente*).

Hipótese 5. As atitudes frente à adoção irão explicar o comportamento de adotar.

Hipótese 6. Os valores explicarão as atitudes frente à adoção e estas, por sua vez, predirão a intenção de adotar.

No tocante à *hipótese 5*, era esperado que as pontuações nas atitudes implícitas frente à adoção se correlacionassem positivamente e explicassem o comportamento de adotar. De acordo com os resultados apresentados na Tabela 10, é possível observar correlação estatisticamente significativa entre a Escala de Intenção Comportamental de Adotar e o bloco Incongruente da medida implícita ($r = 0,32$; $p < 0,01$), confirmando a referida hipótese.

No que se refere aos resultados acima obtidos por meio das análises de correlação, apenas os valores de realização explicam as atitudes implícitas frente à adoção e estas se mostram correlacionadas com a intenção de adotar (por meio do bloco *Incongruente*), cabendo incluir estas variáveis no segundo modelo explicativo da intenção de adotar. A testagem do modelo é realizada a seguir, referente à *hipótese 6*.

Para testar o modelo alternativo do comportamento de adotar, teve-se em conta a matriz de covariância entre as variáveis, adotando o estimador *ML*. Este compreende um modelo parcimonioso da explicação da intenção de adotar, considerando como variáveis antecedentes os valores humanos e as atitudes implícitas frente à adoção. Os resultados da análise de modelagem por equações estruturais indicou que os índices de bondade de ajuste do modelo são aceitáveis: $\chi^2 (14) = 18,6$; $p < 0,001$; $\chi^2/\text{gl} = 1,33$, $GFI = 0,90$, $AGFI = 0,81$, $CFI = 0,97$ e $RMSEA = 0,08 (0,001-0,17)$; $PCLOSE (p = 0,28)$. Cabe destacar que todos os índices são considerados satisfatórios e as saturações (*Lambdas* – λ) diferiram estatisticamente de zero ($\lambda \neq 0$; $t > 1,96$, $p < 0,05$). A seguir, encontra-se a ilustração do modelo, na Figura 10. Esta hipótese pôde ser confirmada.

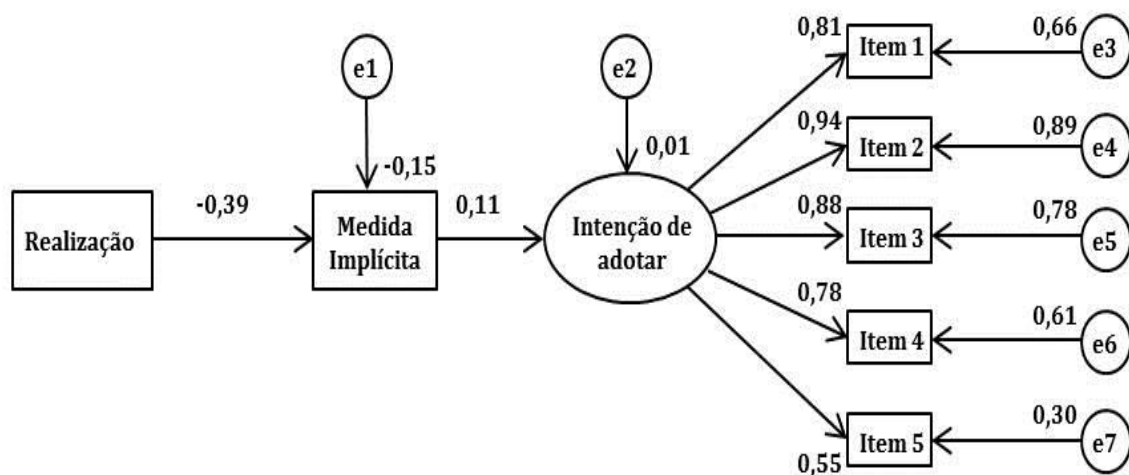


Figura 10. Modelo teórico da intenção de adotar, por meio das variáveis valores e atitudes implícitas frente à adoção

Discussão Parcial

Este terceiro estudo teve como objetivo principal conhecer os correlatos valorativos das atitudes implícitas frente à adoção. Como objetivos específicos, pretendeu-se construir uma medida implícita de Atitudes frente à Adoção (IAT – Adoção) na sua versão online e testar um modelo teórico alternativo da intenção de adotar ao que foi elaborado no Estudo 2, tendo em conta os valores humanos e as atitudes implícitas frente à adoção.

Considerando as medidas (explícitas e implícitas) empregadas neste estudo, assim como a especificidade da amostra, a intenção de adotar mostrou possuir um padrão de correlação com os valores de orientação pessoal, contrariando os resultados obtidos no Estudo 2. A propósito, de acordo com o segundo modelo teórico proposto, os valores pessoais e as atitudes implícitas frente à adoção se apresentam como as principais variáveis na explicação da intenção de adotar. Especificamente, os valores de realização providenciam uma explicação das atitudes implícitas frente à adoção e estas, por sua vez, predizem o comportamento de adotar; isto é, quanto mais as pessoas se

preocupam com suas realizações pessoais e são mais individualistas, menos pontuam em atitudes implícitas positivas frente à adoção. Ademais, tais atitudes se mostraram como preditoras do comportamento de adotar.

Pode-se considerar que a correlação inversa entre os valores de realização e as atitudes implícitas frente à adoção se justifica pelo fato de esta subfunção pertencer ao tipo de motivador materialista com orientação pessoal, que reflete na centralidade dos indivíduos neles mesmos. Pessoas orientadas por tais valores (*êxito, poder e prestígio*) focam em realizações materiais e pessoais, primando por benefícios pessoais (Gouveia et al., 2011), ou seja, quanto maior a importância conferida aos valores pessoais, menos as pessoas manifestam atitudes implícitas favoráveis à adoção; logo, são menos predispostas a adotar, tal como indicam os resultados do modelo proposto neste estudo. Nesta direção, destaca-se, a coerência apresentada pela explicação dada ao comportamento de adotar, tendo os valores pessoais se apresentado como subjacentes às atitudes implícitas frente à adoção e estas, por sua vez, como preditoras da intenção de adotar.

Em suma, consideram-se satisfatórios resultados encontrados no presente estudo que objetivou verificar a influência dos valores humanos (Gouveia et al., 2008) sobre as atitudes implícitas frente à adoção e destas sobre a intenção de adotar. Logo, os objetivos propostos para este estudo foram alcançados, elaborando uma medida implícita de adoção e testando um modelo teórico da intenção de adotar, envolvendo os valores e as atitudes implícitas frente à adoção.

A presente dissertação teve como objetivo principal conhecer em que medida os valores humanos e as atitudes frente à adoção explicam a intenção de adotar. Neste sentido, definiram-se alguns objetivos específicos: (1) Construir e conhecer evidências de validade fatorial e consistência interna da medida de atitudes frente à adoção e medida de intenção comportamental de adotar, sendo ambas medidas explícitas (do tipo autorrelato); (2) Conhecer em que medida as atitudes explícitas frente à adoção se correlacionam com os valores humanos; (3) Construir uma medida implícita de Atitudes frente à Adoção, verificando sua adequabilidade; (4) Conhecer em que medida as atitudes implícitas frente à adoção se correlacionam com os valores humanos; (5) Verificar se as atitudes frente à adoção predizem a intenção de adotar; e (6) Testar um modelo teórico, em que os valores explicam as atitudes frente à adoção e estas, por sua vez, atuam como preditoras da intenção de adotar. Consistente com tais objetivos, seis hipóteses foram formuladas, tendo sido submetidas a três estudos empíricos, cujos resultados principais são discutidos a seguir. No entanto, antes disso, cabe considerar algumas limitações potenciais desta dissertação.

Limitações Potenciais

Mesmo que esta dissertação ofereça importantes contribuições acadêmicas aos campos das mensurações explícitas e implícitas, assim como das atitudes frente à adoção, reconhece-se limitações potenciais do estudo. Em primeiro lugar, cabe pontuar algumas questões sobre as amostras estudadas. Nos três estudos, mesmo que as amostras tenham sido constituídas por participantes da população geral de João Pessoa, podem ter sido enviesadas, dada a intencionalidade e não representatividade da técnica de amostragem não-probabilística, restringindo quaisquer possibilidades de

generalizações dos achados para a população brasileira e/ou paraibana. Mesmo tendo sido estipulada a faixa-etária de pessoas entre 25 a 60 anos, outro viés da pesquisa deve-se ao fato de não ter havido controle da idade da amostra; isto é, a maioria dos respondentes foi formada por pessoas jovens, não tendo sido possível verificar o efeito da idade sobre as atitudes frente à adoção. Lembrando que a amostra é constituída, em sua maioria, por pessoas solteiras. Considera-se que isso possa constituir uma limitação da pesquisa, tendo em conta que àquelas pessoas que não têm uma relação formalizada podem não apresentar atitudes devidamente formadas acerca da adoção e, ainda, sobre a possível probabilidade de terem filhos adotivos.

Em segundo lugar, deve-se atentar para o fato de que esta pesquisa não permite comprovar relações de causa e efeito (do tipo se *A*, então *B*) entre as variáveis estudadas, pois essa relação causal somente fica a cargo do delineamento *experimental*. A propósito, no caso deste estudo, cujo delineamento é de natureza correlacional (Estudos 1 e 2) e quase-experimental (Estudo 3), não é possível afirmar que uma pessoa que priorize valores da subfunção *interativa* tenham, necessariamente, atitudes (explícitas e implícitas) favoráveis frente à adoção e que tais atitudes as levem a adotar.

Ademais, apesar de se ter proposto no Estudo 3 um modelo alternativo da intenção de adotar, levando em conta as atitudes implícitas dos respondentes, é importante frisar que o viés da desejabilidade social não foi totalmente controlado e os achados podem terem sido enviesados também neste segundo modelo. Isto porque, assim como no modelo 1, para a testagem do modelo alternativo se utilizou de duas medidas do tipo autorrelato (*Valores humanos* e a *Medida de intenção comportamental*). Portanto, é importante que, em pesquisas futuras, estudos desta natureza sejam levados a cabo utilizando outras medidas comportamentais, sejam elas

por meio da observação real do comportamento, do relato de pares ou de experimentos de campo; além da medida implícita de valores humanos (Athayde, 2012).

Em suma, apesar de serem reconhecidas as limitações potenciais anteriormente descritas, os resultados se mostram coerentes com a literatura apresentada, sendo assim, confia-se que esta dissertação tenha alcançado seus objetivos. Feitas estas considerações, parece pertinente considerar o conjunto de resultados previamente apresentados, passando a discuti-los mais detalhadamente, levando-se em conta o marco teórico em que foram pautados os três estudos empíricos. Portanto, consideram-se, a seguir, os resultados quanto às (1) *Medidas explícitas de adoção: construção e parâmetros psicométricos*; (2) *correlatos valorativos das atitudes explícitas frente à adoção* e, posteriormente, (3) *correlatos valorativos das atitudes implícitas frente à adoção*.

Estudo 1: Medidas explícitas de adoção: construção e parâmetros psicométricos

Como visto, no contexto internacional, mesmo que seja possível encontrar diversas medidas psicométricas de autorrelato para avaliar as atitudes em relação à adoção, a maior parte dos instrumentos são destinados a modalidades específicas desta prática, a exemplo da adoção transracal (Fenster, 2004; Gibbons, Wilson, & Rufener, 2006; Whatley, 2002) e por casais homoafetivos (Ryan, 2000; Rye & Meaney, 2010), tendo sido menos frequente à medição das atitudes no contexto da adoção geral (Brown, Ryan, & Pushkal, 2007), além de que também são limitadas as medidas para avaliar o comportamento de adotar (Mallinger, 2011; Tinkler & Horne, 2011). Mesmo tendo sido encontrados diversos instrumentos na literatura, não há um consenso quanto às medidas mais adequadas para avaliar atitudes frente à adoção geral e o comportamento de adotar.

Além disso, quando os parâmetros psicométricos dos instrumentos se mostram aceitáveis, seus itens não se encontram disponíveis na literatura. Deste modo, não atendiam às necessidades do presente estudo.

Por outro lado, no Brasil, não foram encontradas escalas de atitudes que mensurassem o posicionamento das pessoas frente à adoção geral, assim como o comportamento de adotar. A propósito, em consulta à literatura da área, apenas foram encontradas duas medidas de autorrelato destinadas a medir as atitudes frente à adoção por casais homossexuais (Falcão, 2004) e à adoção tardia (Oliveira & Cavas, 2009). Tais indicadores motivaram à construção de duas medidas explícitas para suprir a lacuna nas produções nacionais. Este fato justificou a elaboração das medidas explícitas, sendo uma de atitudes e outra de intenção de adotar, que foi objetivo principal do Estudo 1.

Conforme sugerido no primeiro estudo, buscou-se elaborar duas medidas explícitas de adoção, uma com o fim de conhecer as atitudes frente à adoção (EAFA) e a outra objetivando mensurar a intenção comportamental de adotar (EICA). A versão final da EAFA compreendeu um conjunto de 21 itens e a EICA foi mantida com os mesmos cinco itens da versão preliminar. Os resultados deste estudo permitiram constatar que tais medidas apresentaram parâmetros psicométricos aceitáveis (Pasquali, 2003), justificando-se seu emprego em estudos futuros.

Tal como anteriormente exposto, as análises fatoriais (exploratória e confirmatória) realizadas em amostras independentes permitiram constatar uma estrutura trifatorial da Escala de Atitudes frente à Adoção (EAFA), tendo sido seus fatores designados por *disponibilidade em adotar* (Fator I), *riscos associados à adoção* (Fator II) e *aspectos humanitários da adoção* (Fator III). Os três componentes

explicaram conjuntamente pouco mais de 2/5 da variância explicada, com consistência interna superior ao ponto de corte de 0,70 recomendado pela literatura (Nunnally, 1991; Pasquali, 2003). Os indicadores de ajuste preconizados refletiram a adequação do modelo trifatorial observado no *Estudo 1* e comprovado no *Estudo 2* para a versão apresentada (Byrne, 1989, 2001). No entanto, quando comparado com um modelo unifatorial, este apresentou matriz positiva não definida, sugerindo a pertinência de se considerar o modelo trifatorial para a EAFA.

No que concerne à *Escala de Intenção Comportamental de Adotar (EICA)*, as análises fatoriais (exploratória e confirmatória), também realizadas em amostras independentes, permitiram constatar uma estrutura unifatorial desta medida. Seus componentes explicaram próximo a 3/5 da variância, com consistência interna superior ao ponto de corte de 0,70 recomendado na literatura (Nunnally, 1991; Pasquali, 2003). Os indicadores de ajuste observados refletiram a adequação do modelo tetrafatorial, constatado no *Estudo 1* e comprovado no *Estudo 2* para a versão ora apresentada (Byrne, 1989, 2001).

Em resumo, reuniram-se evidências suficientes da adequação psicométrica da *Escala de Atitudes frente à Adoção* e *Escala de Intenção Comportamental de adotar*, tratando-se, portanto, de instrumentos breves, de fácil compreensão, com itens curtos, que podem ser usados adequadamente em estudos em que o interesse é conhecer, respectivamente, as atitudes das pessoas frente à adoção e o quanto estas se predispõem a adotar. Isso permitiu seu emprego no segundo estudo desta dissertação, que é discutido a seguir, cujo foco é elaborar um modelo explicativo da intenção de adotar, tendo como variáveis antecedentes os valores humanos e as atitudes explícitas frente à adoção.

Estudo 2: Correlatos valorativos das atitudes explícitas frente à adoção

Após terem sido reunidas evidências de validade fatorial e consistência interna das medidas anteriormente mencionadas, este estudo procurou conhecer em que medida os valores se correlacionariam às atitudes frente à adoção e estas prediriam a intenção de adotar. Além disso, estimou-se que as atitudes favoráveis frente à adoção estariam correlacionadas diretamente com os valores do tipo motivador humanitário (de experimentação, suprapessoais e interativos). Tais resultados foram corroborados. Especificamente, coerente com o que estabelece a teoria funcionalista dos valores (Gouveia, 2003; Gouveia & cols., 2008), as pessoas que deram importância aos valores suprapessoais, interativos e de experimentação, apresentaram mais atitudes (explícitas) favoráveis frente à adoção. Além disso, estimou-se que as pessoas que priorizassem valores normativos se mostrariam com atitudes (explícitas) mais desfavoráveis a este tipo de prática social, mas estes resultados não foram confirmados.

Estes resultados serviram como base para a elaboração de um modelo teórico explicativo tendo em conta as subfunções *experimentação*, *suprapessoal* e *interativa*, explicando as atitudes frente à adoção e estas, por sua vez, predizendo a intenção de adotar. Este modelo teórico apresentou indicadores de ajuste satisfatórios.

Segundo Gouveia et al. (2011), os valores da subfunção *suprapessoal* representam as necessidades estéticas e de cognição, bem como a necessidade superior de autorealização (Maslow, 1954). Valores *suprapessoais* ajudam a categorizar o mundo de uma forma consistente, fornecendo clareza e estabilidade na organização cognitiva da pessoa. Tais valores podem ser concebidos como idealistas, indicando a importância de idéias abstratas, com menor ênfase em coisas concretas e materiais (Inglehart, 1977). Eles são compatíveis com os valores sociais e pessoais dentro do

motivador idealista. Por este motivo, a subfunção *suprapessoal* apresenta uma orientação central, sendo a fonte de outras duas subfunções que representam este tipo motivador (isto é, *experimentação* e *interacional*). A pessoa que endossa uma orientação central e um motivador idealista costuma pensar de forma mais geral e ampla, tomando decisões e se comportando a partir de critérios universais (Schwartz, 1992). *Conhecimento, maturidade e beleza* foram os três valores selecionados como indicadores desta subfunção.

No que diz respeito aos valores da subfunção *interativa* representam as necessidades de pertencimento, amor e afiliação (Maslow, 1954). Seus valores são essenciais para estabelecer, regular e manter as relações interpessoais. Contatos sociais são uma meta em si mesmos, enfatizando atributos mais afetivos e abstratos. As pessoas que adotam tais valores como princípios que guiam suas vidas são freqüentemente mais jovens e orientadas para relações íntimas estáveis (Milfont, Gouveia & Da Costa, 2006). Os três valores selecionados como indicadores da subfunção interacional foram *afetividade, convivência e apoio social*.

Por fim, os valores da subfunção *experimentação* representam a necessidade fisiológica de satisfação, em sentido amplo, suposição do princípio de prazer (hedonismo; Maslow, 1954) é representada por valores desta subfunção. Ela é menos pragmática na busca de alcançar *status* social ou assegurar harmonia e segurança sociais; seus valores contribuem para a promoção de mudanças e inovações na estrutura de organizações sociais, sendo tipicamente endossados por jovens. Indivíduos que adotam tais valores são menos prováveis de se conformarem com regras sociais (Pimentel, 2004; Santos, 2008), não sendo orientados a longo prazo a buscarem metas fixas ou materiais. Foram selecionados os três seguintes valores como indicadores desta

subfunção: *sexualidade, prazer e emoção*. São por meio destas duas subfunções que são explicadas as atitudes explícitas frente à adoção e o comportamento de adotar.

Estudo 3: Correlatos valorativos das atitudes implícitas frente à adoção

Este estudo teve como objetivo geral conhecer os correlatos valorativos das atitudes implícitas frente à adoção. De maneira específica, buscou-se construir uma medida implícita para avaliar as atitudes frente à adoção; e, assim como no estudo anterior, procurou-se elaborar um modelo teórico da intenção de adotar, no entanto, teve em conta como variáveis antecedentes os *valores* e as *atitudes implícitas frente à adoção*.

A medida implícita de atitudes frente à adoção na sua versão online foi criada com base em uma adaptação do Teste de Associação Implícita, proposto por Greenwald et al. (1998), levando em conta duas categorias opostas “Adotar” e “Não adotar”. Esta medida se baseia na associação entre as categorias supracitadas, e o emparelhamento com classes de adjetivos, seguindo o mesmo princípio do TAI. Os resultados das análises indicaram que as atitudes implícitas frente à adoção foram avaliadas mais como algo importante (tarefa congruente) do que não importante (tarefa incongruente); isto é, as pessoas demonstraram possuir mais atitudes implícitas favoráveis à adoção do que não desfavoráveis. Nesta direção, pôde-se constatar que tal medida avaliou adequadamente as atitudes implícitas frente à adoção.

Ademais, em se tratando das correlações obtidas entre as subfunções valorativas e as atitudes frente à adoção e intenção de adotar, os resultados se mostraram contrários àqueles obtidos no estudo 2, indicando a coerência dos valores de realização para explicar as atitudes implícitas (negativas) frente à adoção e estas, por sua vez, predizendo a intenção de adotar. No contexto deste estudo foi importante mostrar a

possibilidade de se contar com um modelo explicativo hierárquico alternativo, na mesma direção daquele proposto no estudo 2, no entanto, tomando como base as medidas implícitas de atitudes.

Segundo Gouveia et al. (2011), os valores da subfunção realização representam o motivador *materialista*, porém têm uma orientação *pessoal*. Pessoas orientadas por tais valores acentuam realizações materiais e pessoais, sendo imediatistas, focadas no aqui e agora. Seus valores específicos representam as necessidades de autoestima (Maslow, 1954), dando importância à hierarquia quando baseada em demonstração de competência pessoal (Gouveia et al., 2011). Tais valores, estima-se, são típicos de jovens adultos, em fase produtiva (Rokeach, 1973; Vione, 2012).

Neste sentido, confia-se com a presente dissertação ofereça informações mais consistentes acerca desta temática – geralmente tratada por meio de métodos subjetivos e tendo em conta amostras pouco expressivas –, considerando o número expressivo de participantes, como foi o caso deste estudo.

Importância do Estudo

Confia-se que os objetivos propostos para esta dissertação tenham sido alcançados, tendo em conta às importantes contribuições às áreas das medidas explícitas e implícitas, por meio da construção de dois instrumentos de lápis e papel, sendo uma medida explícita de atitudes e uma de intenção comportamental, e versão online das atitudes implícitas; de igual modo, contribui-se à área das atitudes frente à adoção, propondo medidas explícitas e implícitas neste campo, suprimindo carência na literatura nacional.

No estudo 1, foi possível elaborar duas medidas explícitas de adoção, sendo uma medida atitudinal e uma outra de intenção de adotar. Já no Estudo 2, pôde-se testar o modelo explicativo da intenção de adotar, envolvendo as variáveis explícitas (valores e atitudes frente à adoção). No Estudo 3, por sua vez, elaborou-se um instrumento na versão online para medir atitudes implícitas frente à adoção, por meio do cálculo do escore C e do escore D, e dos lados *Congruente* e *Incongruente* (Greenwald, 2003).

Em suma, dentre as maiores contribuições desta pesquisa, estão: (1) construir duas medidas explícitas, sendo uma para avaliar as atitudes frente à adoção e outra objetivando medir a intenção comportamental de adotar; (2) testar um modelo explicativo da intenção de adotar por meio das variáveis explícitas valores e atitudes frente à adoção; (3) construir uma medida implícita na sua versão online para avaliar as atitudes frente à adoção; e (4) elaborar um modelo teórico alternativo, tendo em conta os valores e as atitudes implícitas frente à adoção.

Direções Futuras

Em se tratando de estudos futuros, seria importante testar o modelo explicativo da intenção de adotar considerando a medida implícita de valores humanos (Athayde, 2012), assim como novos indicadores para medir o comportamento, quais sejam: observação de campo ou estudos laboratoriais.

Mesmo que de natureza básica, cabe reconhecer algumas de suas possíveis aplicações. Presume-se que esta dissertação possibilite discussões que ultrapassem os limites do núcleo familiar, percorrendo as discussões e produções científicas, de modo que possa, por exemplo, guiar campanhas ou ações sociais e humanitárias que visem despertar para a importância da adoção, investindo em programas fundamentados na

promoção de valores humanitários, visando à construção de uma nova cultura da adoção, pautada em atitudes mais favoráveis frente a esta prática.

Por fim, parece adequado replicar a presente pesquisa em outros contextos. Seria interessante, por exemplo, contar com a participação de pretendentes e não pretendentes à adoção, para verificar se a EAFA é capaz de diferenciar tais grupos. Parece ser igualmente relevante desenvolver estudos longitudinais, conhecer sua estabilidade temporal, teste-reteste, avaliando em que medida o construto atitudes frente à adoção pode ser afetado pelo tempo.

Neste sentido, esta dissertação parece representar uma contribuição à área, favorecendo uma aproximação adequada entre os construtos valores humanos, atitudes frente à adoção e intenção de adotar.

REFERÊNCIAS

- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, 179 – 211.
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (1970). The prediction of behavior from attitudinal and normative variables. *Journal of Experimental Social Psychology*, 6, 466 – 487.
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (2005). The influence of attitudes on behavior. In D. Albarracín, B. T. Johnson, & M. P. Zanna (Eds.), *The handbook of attitudes*, (pp. 173 – 221): Lawrence Erlbaum Associates.
- Ajzen, I., & Sexton, J. (1999). Depth of processing, belief congruence, and attitude-behavior correspondence. In S. Chaiken & Y. Trope (Eds.), *Dual process theories in social psychology* (pp. 117-138). New York: Guilford.
- Alves, J. L. (1917). *Código Civil da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia.
- Amim, I. D., & Menandro, P. R. M. (2007). Preferências por Características do Futuro filho adotivo manifestadas por pretendentes à adoção. *Interação em Psicologia*, 11, 241-252.
- Aquino, T. A. A. (2009). *Atitudes e intenção de cometer o suicídio: Seus correlatos existências e normativos*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Ariès, P. (2006). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.
- Athayde, R. A. A. (2012). *Valores humanos e associações implícitas: um estudo pautado na construção e correlação de medidas*. Dissertação de Mestrado não-publicada. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

- Bassili, J. N., & Brown, R. (2005). Implicit and explicit attitudes: Research, challenges and theory. In D. Albarracín, B. T. Johnson, & M. P. Zanna. (Eds.), *Handbook of attitudes and attitude change* (pp. 543-574). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Baptista, J., Soares, I. & Henriques, M. (2013). Recuperação desenvolvimental após a adoção: Características da criança e da família adotiva. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 26, 396-404.
- Blair, I. V. (2001). Implicit stereotypes and prejudice. In G. B. Moskowitz (Ed.), *Cognitive social psychology*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Blaxton, T. A. (1989). Investigating dissociations among memory measures: support for transfer-appropriate processing framework. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition*, 15, 657-668.
- Bonds-Raacke, J.M. (2009). College students' attitudes toward adoption: A brief note. *College Student Journal*, 43, 132-135.
- Brinich, P.M. Some potential effects of adoption on self and object representations. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 35, 107-133
- Brodzinsky, D. M., Smith, D. W., & Brodzinsky, A. B. (1998). *Children's adjustment to adoption*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Brodzinsky, D., Schechter, D., Braff, A., & Singer, L. (1994). Psychological and academic adjustment in adopted children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 52, 582-590.
- Brown, D., Ryan, S, & Pushkal, J. (2008). Initial validation of the Open Adoption Scale: Measuring the influence of adoption myths on attitudes toward open Adoption. *Adoption Quarterly*, 10, 179-196.

- Brown, S., Smalling, S., Groza, V., & Ryan, S. (2009). The experiences of gay men and lesbians in becoming and being adoptive parents. *Adoption Quarterly*, 12, 229-246.
- Busnello, R. H. D., Stein, L. M., & Salles, J. F. (2008). Estudo de priming de identidade subliminar na decisão lexical com universitários brasileiros. *Psico*, 39, 41-47.
- Byrne, B. M. (1989). *A primer of LISREL: Basic applications and programming for confirmatory factor analytic models*. New York: Springer-Verlag.
- Byrne, B. M. (2001). *Strutural equation modeling with Amos: Basic concepts, applications, and programmimg*. New York: Springer – Verlag.
- Cai, H., Sriram, N., Greenwald, A. G., & McFarland, S. G. (2004). The Implicit Association Test's D measure can minimize a cognitive skill confound: Comment on McFarland and Crouch (2002). *Social Cognition*, 22, 673–684.
- Carvalho, D. M. (2013). *Adoção, guarda e convivência familiar*. Belo Horizonte, MG: Del Rey.
- Cassin, W. (2000). *O psicólogo judiciário e a cultura da adoção: Limites, contradições e perspectivas*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Cavalcanti, M. F. B. (2009). *Atitudes frente ao piercing e a intenção de usá-lo: Uma explicação a partir do compromisso convencional*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Cavalcante, L. I. C., & Magalhães, C. M. C. (2012). Relações de apego no contexto da institucionalização na infância e da adoção tardia. *Psicologia Argumento*, 30, 75-85.
- Cavazza, N. (2008). *Psicologia das atitudes e das opiniões*. São Paulo: Edições Loyola.

- Chaves, A. (1994). *Adoção*. Belo Horizonte, MG: Del Rey.
- Chaves, C. M. C. M. (2006). *Compromisso convencional: Fator de proteção para as condutas agressivas, anti-sociais e de uso de álcool?* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Chisnall, P. (1993). *Marketin Research: Analysis and Measurement*. McGraw-Hill.
- Costa, L. F., & Campos, N. M. V. (2003). A avaliação psicossocial no contexto da adoção: Vivências das famílias adotantes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19, 221-230.
- Costa, T. J. M. (1998). *Adoção Transnacional: um estudo sociojurídico e comparativo da legislação atual*. Belo Horizonte, MG: Del Rey.
- Costa, N.R.A., & Rossetti-Ferreira, M.C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434.
- Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira M. C. (2009). *Famílias Acolhedoras: Uma análise de experiências no estado de São Paulo*. Relatório científico de pós-doutorado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Coulanges, F. (1950). *A cidade antiga*. Lisboa: Clássica Editora.
- Coulanges, F. (1983). *A cidade antiga*. São Paulo: Hemus.
- Crowne, D., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24, 349-354.
- Cvencek, D., Greenwald, A. G., & Meltzoff, A. N. (2011). Measuring implicit attitudes of 4-year-old children: The Preschool Implicit Association Test. *Journal of Experimental Child Psychology*, 109, 187-200.
- Cvencek, D., Meltzoff, A. N., & Greenwald, A. G. (2011). Math–gender stereotypes in elementary-school children. *Child Development*, 82, 766-789.

- Dabbs, J. M., Bassett, J. F., & Dyomina, N. V. (2003). The Palm IAT: A portable version of the Implicit Association. *Behavior Research Methods Instruments Computers*, 35, 90-95.
- Dembroski, B. G., & Johnson, D. L. (1969). Dogmatism and attitudes toward adoption. *Journal of Marriage and the family*, 788-792.
- Diniz, M. H. (1996). Revista Literária de Direito.
- Dovidio, J. F., Kawakami, K., Johnson, C., Johnson, B., & Howard, A. (1997). On the nature of prejudice: Automatic and controlled processes. *Journal of Experimental Social Psychology*, 33, 510-540.
- Eagly, A. H., & Chaiken, S. (1993). *The psychology of attitudes*. Forth Worth: Harcourt Brace Jovanovich, Inc.
- Eagly, A. H., & Chaiken, S. (1998). Attitude Structure and function. Em D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (pp. 269-322). New York: McGraw-Hill.
- Ebrahim, S. G. (2001). Adoção tardia: Altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14, 73-80.
- Elejanarrieta, F. J., & Iñiguez, L. (1984). *Construcción de escalas de actitud tipo Thurstone y Likert*. UAB.
- Falcão, L. C. (2004). *Adoção de crianças por homossexuais: crenças e formas de Preconceito*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Fazio, R. H. (1995). Attitudes as object-evaluation associations: Determinants, consequences, and correlates of attitude accessibility. In R. E. Petty J. A.

- Krosnick (Eds.), *Attitude strength: Antecedents and consequences* (pp. 247-282). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Fazio, R. H. (2007). Attitudes as object-evaluation associations of varying strength. *Social Cognition, 25*, 603-637.
- Fazio, R. H., & Olson, M. A. (2003). Implicit measures in social cognition research: Their meaning and use. *Annual Review of Psychology, 54*, 297-327.
- Fazio, R. H., Jackson, J. R., Dunton, B. C., & Williams, C. J (1995). Variability in automatic activation as an unobtrusive measure of racial attitudes: A bona fide pipeline? *Journal of Personality and Social Psychology, 69*, 1013-1027.
- Fazio, R. H., Sanbonmatsu, D. M., Powell, M. C., & Kardes, F. R. (1986). On the automatic activation of attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology, 50*, 229-238.
- Fenster, J. (2002). Transracial adoption in black and white: A survey of social worker attitudes. *Adoption Quarterly, 5*, 33-57.
- Fenster, J. (2004). The relationship between optimism about race relations, Black awareness, and attitudes toward transracial adoption. *Journal of Ethnic & Cultural Diversity in Social Work, 13*, 45-67.
- Ferrand, L., Segui, J., & Grainger, J. (1996). Masked priming of word and picture naming: The role of syllabic units. *Journal of Memory and Language, 35*, 708-723.
- Fonseca, C. (2002). *Caminhos da Adoção*. São Paulo: Cortez.
- Forster, K.I., & Davis, C. (1984). Repetition priming and frequency attenuation in lexical access. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition, 10*, 680-698.

- Freire, F. (1994). *Abandono e adoção: Contribuições para uma cultura da adoção*. Curitiba: Terre des Hommes.
- Freitas, M. (1997). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Furnham, A. (1986). Response bias, social desirability and dissimulation. *Personality and Individual Differences*, 7, 385-400.
- Galambos, N. L., Petersen, A.C., Richards, M., & Gitelson, I. B. (1995). The attitudes toward women scale for adolescents (WSA): A study of reliability and validity. *Sex Roles*, 13, 343-356.
- Gibbons, J. L., Rufener, C. A., & Wilson, S. L. (2006). Gender attitudes mediate gender differences in attitudes toward adoption in Guatemala. *Sex Roles*, 54, 139-145.
- Gibbons, J. L., Rufener, C. A., & Wilson, S. L. (2006). Sex differences in adoption attitudes: The mediating effects of gender role attitudes. *Adoption Quarterly*, 9, 105-119.
- Google Acadêmico. (2012). *Atitudes frente à adoção/Escala de atitudes frente à adoção*. Página WEB: <http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=atitudes+frente+%C3%A0+ado%C3%A7%C3%A3o&btnG=&lr=> (consultado em 20 de novembro de 2012).
- Gouveia, V. V. (1998). *La naturaleza de los valores descriptores del individualismo y del colectivismo: Una comparación intra e intercultural*. Tese de Doutorado não publicada. Departamento de Psicologia Social, Universidade Complutense de Madri, Espanha.
- Gouveia, V. V. (2003). A natureza motivacional dos valores humanos: Evidências acerca de uma nova tipologia. *Estudos de Psicologia*, 8, 431-443.

- Gouveia, V. V. (2005, Julho). Toward a functional approach to human values. Trabalho apresentado no *9th European Congress of Psychology*, Granada, Espanha.
- Gouveia, V. V. (2006). O individualismo e o coletivismo normativo: comparação de dois modelos. In M. Ros & V. V. Gouveia (Eds.). *Psicologia Social dos Valores humanos: Desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados* (pp. 115-147). São Paulo, SP: Editora SESC São Paulo.
- Gouveia, V. V. (2012). *Calculadora de validade de construto (CVC)*. João Pessoa, PB: BNCS/ Universidade Federal da Paraíba.
- Gouveia, V. V., Fonsêca, P. N., Milfont, T. L., & Fischer, R. (2011). Valores humanos: Contribuições e perspectivas teóricas. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *A psicologia social: Principais temas e vertentes*. Porto Alegre, RS: ArtMed.
- Gouveia, V. V., Meira, M., Gusmão, E. E. S., Sousa Filho, M. L., & Souza, L. E. C. (2008). Valores humanos e interesses vocacionais: Um estudo correlacional. *Psicologia em Estudo*, 13, 593-601.
- Gouveia, V.V., Athayde, R.A.A., Mendes, L.A.C.M, & Freire, S.E.A. (2012). Introdução às Medidas Implícitas: conceitos, técnicas e contribuições. *Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul*, 1,80-92.
- Granato, E. F. R. (2005). *Adoção: Doutrina e prática*. Curitiba: Juruá.
- Granato, E. F. R. (2010). *Adoção: Doutrina e prática*. Curitiba: Juruá.
- Granato, E.F.R. (2003). *Adoção: Doutrina e prática*. Curitiba: Juruá.
- Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 10, 4-27.

- Greenwald, A. G., & Farnham, S. D. (2000). Using the Implicit Association Test to measure self-esteem and self-concept. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79, 1022-1038.
- Greenwald, A. G., McGhee, D. E., & Schwartz, J. K. L. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: The Implicit Association Test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 1464-1480.
- Greenwald, A. G., Nosek, B. A., & Banaji, M. R. (2003). Understanding and using the Implicit Association Test: I. An improved scoring algorithm. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85, 197-216.
- Greenwald, A.G., T.A. Poehlman, E.L. Uhlmann, M.R. Banaji. (2009). Understanding and Using the Implicit Association Test: Meta-analyses of predictive validity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 47, 17-41.
- Hair, J. F. Jr., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (2009). *Análise multivariada*. Porto Alegre, RS: Bookman.
- Hauton, J. C., Allen, D. G., & Scarpello, V. (2004). Factor retention decisions in exploratory factor analysis: A tutorial on parallel analysis. *Organizational Research Methods*, 7, 1991-205.
- Hofmann, W., Gawronski, B., Gschwendner, T., Le, Huy, & Schmitt, M. (2005). A Meta-Analysis on the correlation between the Implicit Association Test and explicit self-report measures. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31(10), 1369-1385.
- Hofstede, G. (1984). *Culture's consequences: International differences in word-related values*. Newbury Park, CA: Sage Publications.

- Holderbaum, C. S. (2009). *Efeitos de priming semântico em tarefa de decisão lexical com diferentes intervalos entre estímulos*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Holderbaum, C. S., & Salles, J. F. (2010). Priming semântico em crianças: efeitos da força de associação semântica e frequência do alvo. *Aletheia*, 33, 95-108.
- Huber, M. Z., & Siqueira, A. C. (2010). Pais por adoção: A adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12, 200-216.
- Index Psi. (2012). Atitudes frente à adoção. Retrieved November 15,2012, from <http://www.bvs-psi.org.br/>
- Inglehart, R. (1977). *The silent revolution: Changing values and political styles among Western publics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- IPEA (2004). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília.
- Joresköb, K., & Sörbom, D. (1989). *Lisrel 7 user's reference guide*. Mooresville: Scientific Software.
- Karpinski, A., & Steinman, R. B. (2006). The Single Category Implicit Association Test as a measure of implicit social cognition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 91, 16-32.
- Kenrick, D. T. (2010). Renovating the pyramid of needs: Contemporary extensions built upon ancient foundations. *Perspectives on Psychological Science*, 5, 292-314.
- Keyes, Sharma, Elkins, Iacono, & McGue, (2008) The Mental health of us adolescents adopted in infancy. *Archives Pediatrics Adolescents*, 162, 4119-425.

- Kirk, H. D. (1953). *Community sentiments in relation to child adoption*, unpublished Ph.D. dissertation, Cornell University.
- Klotz, W., & Wolff, P. (1995). The effect of a masked stimulus on the response to the masking stimulus. *Psychological Research*, 58, 92-101.
- Krosnick, J. A., Judd, C. M., & Wittenbrink, B. (2005). The measurement of attitudes. In D. Albarracin, B. T. Johnson, & M. P. Zanna. (Eds.), *The handbook of attitudes* (pp. 21-76). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Lane, K. A., Banaji, M. R., Nosek, B. A., & Greenwald, A. G. (2007). Understanding and using the Implicit Association Test. In B. Wittenbrink & N. Schwarz (Eds.), *Implicit measures of attitudes* (pp. 59-102). New York, NY: The Guilford Press.
- Leite, M.M. (1997). A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: M Freitas (Ed.), *História social da infância no Brasil* (pp.17-50). São Paulo: Cortez.
- Lemm, K. M., Lane, K. A., Sattler, D. N., Khan, S., & Nosek, B. A. (2008). Assessing implicit attitudes with a paper-format Implicit Association Test. In T. G. Morrison & M. A. Morrison (Eds.). *The psychology of modern prejudice*. Hauppauge, NY: Nova Science Publishers.
- Lemm, K., Sattler, D. N., Khan, S., Mitchell, R. A., & Dahl, J. (2002). *Reliability and validity of a paper-based Implicit Association Test*. Poster presented at the annual convention of the Society for Personality and Social Psychology, Savannah, GA.
- Lent, R. (2011). *Cem bilhões de neurônios: Conceitos fundamentais de neurociência*. São Paulo: Atheneu.
- Lima, L. P. (2002). Atitudes: Estrutura e mudança. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 187-225). Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian.

- Lisboa, S. M. (1996). *Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Forense.
- Lowery, B. S., Hardin, C. D., & Sinclair, S. (2001). Social influence effects on automatic racial prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology*, 81, 842-855.
- Maio, G. R., & Haddock, G. (2010). *The psychology of attitudes and attitudes change*. Los Angeles, CA: Sage Publications.
- Maison, D., Greenwald, A. G., & Bruin, R. (2001). The Implicit Association Test as a measure of implicit consumer attitudes. *Polish Psychological Bulletin*, 32, 1-9.
- Mallinger, G. M. (2010). *Placing children in need with gay and lesbian couples: influences on placement decisions*. Dissertação de Mestrado, University Pittsburg, Pittsburg.
- Marcílio, M.L. (1997). A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. In M, Freitas (Ed.), *História social da infância no Brasil* (pp. 51-76). São Paulo: Cortez.
- Marcílio, M. L. (1998). *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec.
- Mariano, F.N. (2004). *O cenário jurídico: A análise de processos de adoção no município de Ribeirão Preto (1991-2000)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Marmitt, A. (1993). *Adoção*. Rio de Janeiro: Aide.
- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and personality*. New York: Harper & Row.
- Maux, A.A.B., & Dutra, E. (2010). A adoção no Brasil: algumas reflexões. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 10, 356-372.

- McConnell, A. R., & Leibold, J. M. (2001). Relations among the Implicit Association Test, discriminatory behavior, and explicit measures of racial attitudes. *Journal of Experimental Social Psychology*, 37, 435-442.
- McCutcheon, J. (2011). Attitudes toward adoption by same-sex couples: Do gender roles matter?. Tese de Doutorado. University of Saskatchewan.
- Medeiros, E. D. (2008). *Correlatos valorativos das atitudes frente á tatuagem*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Merton, R. K. (1949). *Social theory and social structure*. New York: Free Press.
- Milfont, T. L. (2001). *A intenção de constituir família: Suas bases normativas e relacionais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Milfont, T. L., Gouveia, V. V., & Fisher, R. (2008). A functional theory of terminal values. *Australian Journal of Psychology*, 60.
- Mitchell, D.B., & Brown, A.S. (1998). Persistent repetition priming in picture naming and its dissociation from recognition memory. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 14, 213-222.
- Moraes, M. M. (1983). *Abandono e Adoção: Algumas repercussões psicológicas e*
- Mori, K., Uchida, A., & Imada, R. (2008). A paper-format group performance test for measuring the implicit association of target concepts. *Behavior Research Methods*, 40, 546-555.
- Morrison, J. R., Mark, M. D., & Steward, M.D. (1973). The Psychiatric status of the legal families of adopted hyperactive children, *Archives of General Psychiatry*, 28, 888-891.

- Nogueira, J. F. (2001). *A filiação que se constrói: O reconhecimento do afeto como valor jurídico*. São Paulo: Memória Jurídica.
- Nosek, B. A., Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (2005). Understanding and using the implicit Association Test: II. Method variables and construct validity. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31, 166-180.
- Nunnally, J. C. (1991). *Teoría psicométrica*. México, DF: Trilhas.
- Oliveira, F. S., Machado, R. S., Santos Filho, C. A. I., Santos, T. P. C., Pereira Junior, A., Lameira, A. P., Matsushima, E. H., & Gawryszewski, L. G. (2010). Efeito *priming* entre figuras de partes do corpo. *Psico-PUCRS*, 41, 118-127.
- Oliveira, T. P., & Cavas, C. S. T. (2009). *Construção de uma Escala de Atitude sobre Adoção Tardia*. In: XXXI Jornada Giulio Massarani de Iniciação Artística e Cultural, 2009, Rio de Janeiro, RJ.
- Olson, M. A., & Fazio, R. H. (2009). Implicit and explicit measures of attitudes: The perspective of the MODE model. In R. E. Petty, R. H. Fazio, & P. Briñol (Eds.), *Attitudes: Insights from the new implicit measures* (pp. 19-63). London, UK: Psychology Press.
- Osgood, C. E., Souci, G. J., & Tannenbaum, P. H. (1957). *The measurement of meaning*. Urbana, ILL: University of Illinois Press.
- Otuka, L. K., Scorsolini-Comim, F., & Santos, M. A. (2009). A configuração dos vínculos na adoção: uma atualização no contexto Latino-Americano. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 19(3), 475-486.
- Paiva, L. D. (2004). *Adoção: significado e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Palacios, J., Sandoval, Y. S., & Espinosa, E. M. S. (1996). La adopción en Andalucía.. In Pinto & Picon (2009). Adoção: Proposta preliminar para uma abordagem psicoterápica cognitivo-comportamental para pais adotantes. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 5, 3-17.
- Palacios, J., & Brodzinsky, D. (2010). Adoption research: trends, topics, outcomes. *International of Behavioral Development*, 34, 270-284
- Pasquali, L. (1996). Medidas escalares. In L. Pasquali (Ed.), *Teoria e métodos de medida em ciências do comportamento* (pp. 117-139). Brasília, DF: INEP.
- Paquali, L. (1997). *Psicometria: Teoria e Aplicações*. Brasília, DF, Editora UnB.
- Pasquali, L. (1999). *Instrumentos psicométricos: Manual prático de elaboração*. Brasília, DF: LabPAM/IBAPP.
- Pasquali, L. (2003). *Psicometria: Teoria dos testes na Psicologia e na Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Passetti, E. (1996). O menor no Brasil Republicano. In M. Priore (1996), *História da criança no Brasil* (pp.146-175). São Paulo: Contexto.
- Pauli, S. C., & Rossetti-Ferreira, M.C. (2009). Construção das dificuldades de aprendizagem em crianças adotadas. *Cadernos de Pesquisa*, 39, 881-895.
- Pimentel, C. E. (2004). *Valores humanos, preferência musical, identificação grupal e comportamento antisocial*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Pimentel, C. E., Torres, C. V., & Gunther, H. (2011). Estratégias de mensuração de atitudes em psicologia social. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *Psicologia social: Principais temas e vertentes* (pp. 196-210). Porto Alegre, RS: ArtMed.

- Pinto, M. C Palacios, J., & Amorós, P. (2006). Recent changes in adoption and fostering in Spain. *British Journal of Social Work*, 17, 1-15.
- Pinto, M. C. N., & Picon, P. (2009). Adoção: Proposta preliminar para uma abordagem psicoterápica cognitivo-comportamental para pais adotantes. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 5, 3-17.
- Priore, M.D. (1996). O papel branco, a infância e os jesuítas na Colônia. In Priore, M. (Ed.), *História da criança no Brasil* (pp. 10-27). São Paulo: Contexto.
- Reppold, C. T. (2001). *Estilo parental percebido e adaptação psicológica de adolescentes adotados*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Reppold, C. T., & Hutz, C. S. (2002). Adoção: Fatores de risco e proteção à adaptação psicológica. In C. S. Hutz (Ed.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: Aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp. 89-130). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Reppold, C.T. & Hutz, C.S. (2003). Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: Características psicossociais das mães adotivas. *Estudos de Psicologia*, 8, 25-36.
- Rizzardo, A. (2007). *Direito de família*. Rio de Janeiro: Forense.
- Rizzini, I. (1997). *O século perdido: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: USU.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.
- Rodrigues, S. (2001). *Direito civil*. São Paulo: Saraiva.
- Rodrigues, S. (2002). *Direito civil*. São Paulo: Saraiva.

- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: Free Press.
- Rudman, L. A., Greenwald, A. G., & McGhee, D. E. (2001). Implicit self-concept and evaluative implicit gender stereotypes: Self and ingroup share desirable traits. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 27, 1164-1178.
- Ryan, S. D. (2000). Examining social workers placement recommendations of children with gay and lesbian adoptive parents. *Families in Society: The Journal Contemporary Human Services*, 81, 517-528.
- Salles, J. F., Jou, G. I., & Stein, L. M. (2007). O paradigma de priming semântico na investigação do processamento de leitura de palavras. *Interação em Psicologia*, 11, 71-80.
- Schaller, M., Park, J. H., & Mueller, A. (2003). Fear of the dark: Interactive
- Schmidt, F. L., Hunter, J. E., & Raju, N. S. (1988). Validity generalization and situational specificity: A second look at the 75% rule and Fisher's *z* transformation. *Journal of Applied Psychology*, 73, 665-672.
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In M. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (pp. 1-65). New York: Academic Press.
- Schwartz, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? *Journal of Social Issues*, 50, 19-45.
- Schwartz, S. H., & Bilsky, W. (1987). Toward a universal psychological structure of human values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 550-562.
- Selltiz, C., Jahoda, M., Deutsch, M., & Cook, S. W. (1974). *Métodos de pesquisa nas relações sociais* (4^a ed.). São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- Sevilla, España: Junta de Andalucía / Consejería de Asuntos Sociales.

- Shelley-Sirene, M. L., & Ciano-Boyce, C. (2002). Becoming lesbian adoptive parents: An exploratory study of lesbian adoptive, lesbian birth, and heterosexual adoptive parents. *Adoption Quarterly*, 6, 33-43.
- Silva, J. L. M. (1995). *A família substituta no Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Saraiva.
- Silva, P. (1997). *Vocabulário Jurídico*. Forense.
- Siqueira, Liborni. (1993). *Adoção no Tempo e no Espaço*. Rio de Janeiro: Forense.
- Smith, C. T, & Nosek, B. A. (2010). Implicit Association Test. In I.B. Weiner & W.E, Craighead (Eds.). *Corsini's Encyclopedia of Psychology* (pp. 803-804).
- Sonego, J. C. (2009). A experiência da maternidade em mães adotivas. *Aletheia*, 29, 16-26.
- Squire, L., Kandel, E. (2003). *Memória: Da mente às moléculas*. Porto Alegre: Artmed.
- Stüttgen, P., Vosgerau, J., Messner, C., & Boatwright, P. (2011). *Adding significance to the Implicit Association Test*. Retirado em 12 de dezembro de 2011, de http://www.andrew.cmu.edu/user/pstuettg/Academic_files/IAT.pdf
- Sznick, V. (1993). *Adoção*. 2. Ed. São Paulo: Leud.
- Tabachnick, B. & Fidell, L. S. (2006). *Using multivariate statistics* (5ª ed.). New York: Harper Collins.
- Tamayo, A. (1988). Influência do sexo e da idade sobre o sistema de valores. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 38, 91-104.
- Teachman, B. A., Gapinski, K. D., Brownell, K. D., Rawlins, M., & Jeyaram, S. (2003). Demonstrations of implicit anti-fat bias: The impact of providing causal information and evoking empathy. *Health Psychology*, 22, 68-78.

- Terrell, J., & Modell, J. (2009). Antropology and Adoption. *American Antropologist*, 92 (1), 155-161.
- Thinkler, J. E. & Horne, (2011). Attitudes towards transracial adoption: measures and correlates. *Current Research in Social Psychology*. 177-189.
- Tittle, C., & Hill, R. (1967). *Attitude measurement and prediction of behaviour: An evaluation of conditions and measurement techniques*.
- Turner, D., & Nachtigall, R. (2010). The experience of infertility by Low-Income Immigrant Latino Couples: Attitudes Toward Adoption. *Adoption Quartely*, 13, 18-33.
- Van Ijzendoorn, M., Juffer, F., & Klein-Poelhuis, C. (2005). Adoption and cognitive development: A meta-analytic comparison of adopted and nonadopted children's IQ and school performance. *Psychological Bulletin*, 131, 301-316.
- Van IJzendoorn, M., & Juffer, F. (2006). Meta-analytic evidence for massive catch-up and plasticity in physical, socioemotional, and cognitive development. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47, 1228-1245.
- Vargas, M. M. (1998). *Adoção tardia: Da família sonhada à família possível*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Venâncio, R. P. (1999). *Famílias abandonadas: A Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador - séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Papirus.
- Weber, L. (2003). *Pais e filhos por adoção no Brasil*. Curitiba, PR: Juruá.
- Weber, L. N. D. (1997). Critérios de seleção de pais adotivos: e discussão. *Interação*, 1, 123-137.

- Weber, L. N. D. (1998). *Laços de Ternura: Pesquisa e histórias de adoção*. Curitiba, PR: Santa Mônica.
- Weber, L. N. D. (1999). *Aspectos psicológicos da adoção*. Curitiba, PR: Juruá.
- Weber, L. N. D. (2001). *Pais e filhos por adoção no Brasil: características, expectativas e sentimentos*. Curitiba, PR: Juruá.
- Weber, L. N. D. (2004). O psicólogo e as práticas de adoção. In H. S. Gonçalves, & F. P. Brandão (Eds.), *Psicologia Jurídica no Brasil* (pp. 99-140). Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Weber, L.N.D. (2007). *Aspectos psicológicos da adoção*. Curitiba, PR: Juruá.
- Weber, L. N. D., & Kossobudzki, L.H.M. (1996). Filhos da solidão: Institucionalização, abandono e adoção. Curitiba, PR: Governo do Estado do Paraná.
- Weber, L. N. D., Cornélio, S. A., Gagno, A. P., & Silva, M. L. (1995). Filhos adotivos: amores ou dissabores? *Revista de Ciências Humanas*, 4, 119-164.
- Whatley, M., Jahangardi, J. N., Ross, Rashonda., N., & Knox, D. (2003). College students sttitudes toward transracial adoption. *College Student Journal*, 37, 79-93.
- Wigboldus, D. H. J., Holland, R. W., & Van Knippenberg, A. (2005). *Single target implicit associations*. Unpublished manuscript.
- Wittenbrink, B., Judd, C. M., & Park, B. (1997). Evidence for racial prejudice at the implicit level and its relationship with questionnaire measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 262-274.
- Wittenbrink, B., & Schwarz, N. (2007). *Implicit measures of attitudes*. New York, NY: The Guilford Press.

Zuckerman, M. (1994). *Behavioral expressions and biosocial bases of personality*. New York: Cambridge University Press.

ANEXOS

ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CCHLA – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
DOCTORADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL
CEP 58.051-900 – João Pessoa – PB
Tel.: 83 3216 7924 / Fax: 83 3216 7064

Prezado(a) colaborador(a),

Esta pesquisa visa explicar as atitudes frente à adoção e está sendo desenvolvida pelo núcleo de pesquisa *Bases Normativas do Comportamento Social* da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Profª Patrícia Nunes da Fonsêca para a dissertação da aluna Tamiris da Costa Brasileiro. Para efetivação do estudo, gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo a este questionário.

Por favor, leia atentamente as instruções deste caderno e responda conforme seu julgamento, sem deixar qualquer das questões em branco.

Para que você possa respondê-lo com a máxima sinceridade e liberdade, queremos lhe garantir o caráter anônimo e confidencial de todas as suas respostas. Você também pode abandonar o estudo a qualquer momento sem nenhum tipo de prejuízo. Contudo, antes de prosseguir, de acordo com o disposto nas resoluções 196/96 e 251/97 do Conselho Nacional de Saúde, faz-se necessário documentar seu consentimento.

Por fim, nos colocamos a sua inteira disposição para esclarecer qualquer dúvida que necessite (patynfonseca@gmail.com)

Desde já, agradecemos sua colaboração.



Termo de Consentimento

Assinando este termo, estou concordando em participar do estudo acima mencionado, sob a coordenação da **Profa. Dra. Patrícia Nunes da Fonsêca**, do **Núcleo Bases Normativas do Comportamento Social**, estando ciente de que os dados fornecidos poderão ser utilizados para fins científico-acadêmicos.

João Pessoa, _____ de _____ de _____

Assinatura do participante

ANEXO B: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – UFPB



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa, do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 3ª Reunião realizada no dia 18/03/2013, o projeto de pesquisa intitulado: “MEDIDAS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS DE ATITUDES FRENTE À ADOÇÃO E SEUS CORRELATOS VALORATIVOS” da Pesquisadora Tamires da Costa Brasileiro. Prot. nº 087/13. CAAE: 13022113.3.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.


Dr^a Simone Marques, MSc, UFPB
Coordenadora CEP/CCS/UFPB
Mat. SIAPE: 0332610

ANEXO C: ESCALA DE ATITUDES FRENTE À ADOÇÃO (EAFA)

INSTRUÇÕES: Gostaríamos que indicasse em que medida você concorda ou discorda com cada uma das afirmações abaixo. Seja o(a) mais honesto(a) e sincero(a) possível nas suas respostas. Responda indicando um número na escala de resposta ao lado de cada frase, segundo seu grau de concordância ou discordância.

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Totalmente	Discordo Bastante	Discordo um pouco	Nem concordo nem discordo	Concordo um pouco	Concordo Bastante	Concordo Totalmente

1. Considero interessante a possibilidade de adotar uma criança.	1	2	3	4	5	6	7
2. Adotar uma criança é algo arriscado.	1	2	3	4	5	6	7
3. O ato de adotar possibilita a realização pessoal de quem adota.	1	2	3	4	5	6	7
4. Adotar uma criança é algo que trará mais benefícios do que prejuízos para os envolvidos.	1	2	3	4	5	6	7
5. Adotaria uma criança se não pudesse ter filhos.	1	2	3	4	5	6	7
6. Crianças adotadas tendem a apresentar problemas de comportamento.	1	2	3	4	5	6	7
7. Na criação dos filhos, o afeto é mais importante que a condição de ser pai e/ou mãe adotivos.	1	2	3	4	5	6	7
8. Não teria problemas em criar uma criança cujos pais são desconhecidos.	1	2	3	4	5	6	7
9. Pessoas que adotam crianças não pensam nas consequências futuras.	1	2	3	4	5	6	7
10. A adoção é um ato de solidariedade.	1	2	3	4	5	6	7
11. Preocupa-me a ideia de criar uma pessoa cuja origem é desconhecida.	1	2	3	4	5	6	7
12. As crianças abandonadas devem ficar em orfanatos.	1	2	3	4	5	6	7
13. Adotaria uma criança independente da raça, cor, sexo ou idade.	1	2	3	4	5	6	7
14. Considero adotar uma criança um gesto nobre.	1	2	3	4	5	6	7
15. Sob nenhuma hipótese me arriscaria a ter uma criança adotada.	1	2	3	4	5	6	7
16. Adotar uma criança é algo positivo.	1	2	3	4	5	6	7
17. Vejo-me como alguém capaz de adotar uma criança.	1	2	3	4	5	6	7

18. Quando alguém me diz que adotou uma criança, vejo esta ação com bons olhos.	1	2	3	4	5	6	7
19. A relação que os pais estabelecem com filhos adotivos nunca será igual a dos filhos biológicos.	1	2	3	4	5	6	7
20. Para os pais, a realização de ter um filho é importante, independente de ser biológico ou adotivo.	1	2	3	4	5	6	7
21. Não teria problemas em adotar uma criança caso surgisse oportunidade.	1	2	3	4	5	6	7
22. Adotar uma criança é algo que trará mais riscos do que benefícios para os envolvidos.	1	2	3	4	5	6	7
23. Admiro as pessoas que adotam crianças abandonadas.	1	2	3	4	5	6	7
24. Pai e Mãe é quem cria, independente do vínculo sanguíneo.	1	2	3	4	5	6	7
25. Adotar uma criança é algo que penso que nunca irei fazer.	1	2	3	4	5	6	7
26. A adoção é um ato aprovável.	1	2	3	4	5	6	7
27. As pessoas que têm filhos adotivos são realizadas em suas vidas.	1	2	3	4	5	6	7
28. As pessoas não devem fazer quaisquer distinções entre filhos biológicos e adotivos.	1	2	3	4	5	6	7
29. Filhos adotivos tendem a apresentar problemas de identidade.	1	2	3	4	5	6	7
30. A adoção deve ser uma prática encorajada.	1	2	3	4	5	6	7
31. As crianças criadas por pais adotivos são tão ajustadas quanto às criadas por pais biológicos.	1	2	3	4	5	6	7
32. Os pais adotivos são motivados pela ajuda às crianças que precisam de um lar.	1	2	3	4	5	6	7
33. A ruptura com os pais biológicos compromete o desenvolvimento da pessoa que foi adotada.	1	2	3	4	5	6	7
34. Considero o fato de ter filhos adotivos uma ação humanitária.	1	2	3	4	5	6	7

ANEXO D: QUESTIONÁRIOS DOS VALORES BÁSICOS (QVB)

INSTRUÇÕES. Por favor, leia atentamente a lista de valores descritos a seguir, considerando seu conteúdo. Utilizando a escala de resposta abaixo, indique com um número ao lado de cada valor o **grau de importância** que este tem como um princípio que guia sua vida.

1	2	3	4	5	6	7
Totalmente não importante	Não importante	Pouco importante	Mais ou menos importante	Importante	Muito importante	Totalmente importante

- 01.____**APOIO SOCIAL.** Obter ajuda quando a necessite; sentir que não está só no mundo.
- 02.____**ÊXITO.** Obter o que se propõe; ser eficiente em tudo que faz.
- 03.____**PODER.** Ter poder para influenciar os outros e controlar decisões; ser o chefe de uma equipe.
- 04.____**CONHECIMENTO.** Procurar notícias atualizadas sobre assuntos pouco conhecidos; tentar descobrir coisas novas sobre o mundo.
- 05.____**EMOÇÃO.** Desfrutar desafiando o perigo; buscar aventuras.
- 06.____**ESTABILIDADE PESSOAL.** Ter certeza de que amanhã terá tudo o que tem hoje; ter uma vida organizada e planejada.
- 07.____**AFETIVIDADE.** Ter uma relação de afeto profunda e duradoura; ter alguém para compartilhar seus êxitos e fracassos.
- 08.____**RELIGIOSIDADE.** Crer em Deus como o salvador da humanidade; cumprir a vontade de Deus.
- 09.____**SAÚDE.** Preocupar-se com sua saúde antes de ficar doente; não estar física ou mentalmente enfermo.
- 10.____**PRAZER.** Desfrutar da vida; satisfazer todos os seus desejos.
- 11.____**PRESTÍGIO.** Saber que muita gente te conhece e admira; quando velho receber uma homenagem por tuas contribuições.
- 12.____**OBEDIÊNCIA.** Cumprir seus deveres e obrigações do dia a dia; respeitar aos seus pais e aos mais velhos.
- 13.____**SEXUALIDADE.** Ter relações sexuais; obter prazer sexual.
- 14.____**CONVIVÊNCIA.** Conviver diariamente com os vizinhos; fazer parte de algum grupo, como: social, esportivo, entre outros.
- 15.____**BELEZA.** Ser capaz de apreciar o melhor da arte, música e literatura; ir a museus ou exposições onde possa ver coisas belas.
- 16.____**TRADIÇÃO.** Seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições da sua sociedade.
- 17.____**SOBREVIVÊNCIA.** Ter água, comida e poder dormir bem todos os dias; viver em um lugar com abundância de alimentos.
- 18.____**MATURIDADE.** Sentir que conseguiu alcançar seus objetivos na vida; desenvolver todas as suas capacidades.

ANEXO E: QUESTIONÁRIO DE DESEJABILIDADE SOCIAL MARLOWE-CROWNER

INSTRUÇÕES. Você encontrará abaixo uma lista de frases sobre características e atitudes pessoais. Por favor, leia cada frase e indique se ela é *verdadeira* (V) ou *falsa* (F) no que diz respeito à sua personalidade e comportamento.

01. Algumas vezes é difícil continuar com meu trabalho se não sou encorajado.	V ☐	F ☐
02. Nunca tive uma forte antipatia por ninguém.	V ☐	F ☐
03. Em algumas ocasiões eu já duvidei da minha capacidade para vencer na vida.	V ☐	F ☐
04. Às vezes sinto raiva quando não consigo fazer o que quero.	V ☐	F ☐
05. Meus modos à mesa são tão bons em casa quanto em um restaurante.	V ☐	F ☐
06. Entraria em um cinema sem pagar, se soubesse que não seria visto.	V ☐	F ☐
07. Gosto de fofocar de vez em quando.	V ☐	F ☐
08. Já senti vontade de me rebelar contra pessoas com autoridade, mesmo sabendo que elas estavam certas.	V ☐	F ☐
09. Já fingi estar doente para fugir de alguma responsabilidade.	V ☐	F ☐
10. Houve ocasiões em que já tirei vantagem de alguém.	V ☐	F ☐
11. Estou sempre disposto(a) a admitir quando cometo um erro.	V ☐	F ☐
12. Às vezes tento me vingar ao invés de perdoar e esquecer.	V ☐	F ☐
13. Sou sempre educado(a), mesmo com pessoas desagradáveis.	V ☐	F ☐
14. Já insisti para as coisas serem feitas do meu jeito.	V ☐	F ☐
15. Em algumas ocasiões senti vontade de quebrar coisas.	V ☐	F ☐
16. Nunca me chateio quando me pedem para retribuir um favor.	V ☐	F ☐
17. Nunca me irrita quando pessoas expressam ideias muito diferentes das minhas.	V ☐	F ☐
18. Em certas ocasiões eu já senti bastante inveja da boa sorte de outras pessoas.	V ☐	F ☐
19. Às vezes fico irritado(a) com pessoas que me pedem favores.	V ☐	F ☐
20. Nunca falei algo de propósito que magoasse alguém.	V ☐	F ☐

**ANEXO F: MEDIDA DE INTENÇÃO COMPORTAMENTAL DE ADOTAR
(EICA)**

Instruções: Gostaríamos que indicasse a **probabilidade de você adotar**, de acordo com os itens listados abaixo. Você pode marcar qualquer número de 1 a 5, segundo a probabilidade de realizar cada uma das afirmações indicadas.

Probabilidade baixa	1	2	3	4	5	Probabilidade alta
01. Na possibilidade de ter um filho adotivo, adotaria.	1	2	3	4	5	
02. Tenho metas claras de adotar um filho.	1	2	3	4	5	
03. Se eu pudesse optar, teria um filho adotivo.	1	2	3	4	5	
04. Para minha realização pessoal, adotaria um filho.	1	2	3	4	5	
05. Não planejo criar um filho adotivo.	1	2	3	4	5	

ANEXO G: INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS

CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES. Finalmente, gostaríamos de obter algumas informações sobre você. Assim, solicitamos que responda as perguntas a seguir.

1. Idade: _____ anos 2. Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

3. Orientação Sexual: ☐ Heterossexual ☐ Homossexual ☐ Bissexual

4. Estado civil: ☐ Solteiro ☐ Casado ☐ Separado
☐ Outro. Qual? _____

5. Escolaridade:
☐ Superior incompleto ☐ Superior completo
Qual o curso _____ Qual o curso _____
☐ Pós-graduação... Qual a área _____

6. Você tem uma religião?
☐ Não ☐ Sim... Qual? ☐ Católica ☐ Espírita ☐ Protestante ☐ Outra

7. Em que medida você se considera religioso?

Nada religioso	0	1	2	3	4	Totalmente religioso
----------------	---	---	---	---	---	----------------------

8. Em comparação com as pessoas da sua cidade, você diria que é da (marque):

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Classe baixa			Classe média				Classe alta		

8. Você Tem filhos? ☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, responda: ☐ Biológico ☐ Adotivo

9. Existem casos de adoção na sua família?

☐ não ☐ sim

Em caso afirmativo, responda: ☐ Sou filho adotivo ☐ Tenho filho adotivo

☐ Tenho irmão adotivo ☐ Outro: _____